

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**



**SÃO CRISTÓVÃO
MARÇO DE 2006**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**OS OFICIAIS DO EXÉRCITO BRASILEIRO E A FORMAÇÃO
DA ELITE INTELECTUAL SERGIPANA NO SÉCULO XIX
1822-1889**

RICARDO NASCIMENTO ABREU

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação do Prof. Dr. Jorge Carvalho do Nascimento.

**SÃO CRISTÓVÃO
MARÇO DE 2006**

**OS OFICIAIS DO EXÉRCITO BRASILEIRO E A FORMAÇÃO
DA ELITE INTELECTUAL SERGIPANA NO SÉCULO XIX
1822-1889**

**APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM ____ DE
ABRIL DE 2006**

**Prof. Dr. Jorge Carvalho do Nascimento
Orientador**

**Prof. Dr. Jonatas Menezes
Membro**

**Prof. Dr.
Membro**

Suplente

“A História ensina também a rir das solenidades da origem: gosta-se de acreditar que as coisas em seu início se encontravam em estado de perfeição; que elas saíram brilhantes da mão do criador, ou na luz sem a sombra da primeira manhã. A origem está sempre antes da queda, antes do corpo, antes do mundo e antes do tempo. Mas o começo histórico é baixo. Procura-se despertar o sentimento de soberania do homem mostrando o seu nascimento divino: isso agora se tornou um caminho proibido; pois em seu limiar está o macaco”.

Nietzsche

“Intelectuais sempre procuram exercer influência sobre as sociedades de que fazem parte. Sacerdotes, letrados e advogados disputaram séculos com guerreiros, príncipes e nobres as posições de prestígio, autoridade e decisão. Também lutaram uns contra os outros. Os arranjos resultantes dessas disputas descrevem, em linhas gerais, os conteúdos e orientações valorativas de civilizações passadas e presentes. A época moderna trouxe para essa arena um novo tipo intelectual, que afirma ser detentor da credencial máxima para suas aspirações de prestígio e poder: os novos conhecimentos, amparados pelas certezas da ciência.”

Simon Schwartzman

À minha mãe, Maria José Nascimento Abreu, sempre!
Ao Prof. Dr. Jorge Carvalho do Nascimento pela
permissão de autonomia e confiança no trabalho.

AGRADECIMENTOS

A trajetória de construção de um trabalho desta categoria configura-se como um dos mais paradoxais momentos na vida de qualquer mestrando. É o momento da vida no qual fazemos novas amizades, alargamos o nosso horizonte intelectual, dialogamos com diversos pesquisadores mundo afora e inserimo-nos numa comunidade intelectual que busca contribuir para o progresso responsável das ciências. Ao mesmo tempo, a tessitura de um trabalho dissertativo nos conduz a uma solidão de proporções imagináveis apenas para aqueles que bravamente desafiaram-se a realizar tal empreitada.

Desta forma, é com o dever de justiça que agradeço a todos aqueles que contribuíram para a concretização deste sonho, especialmente a Deus e à minha esposa Poliana Reis de Oliveira por alimentarem-me da serenidade necessária para suportar desafios cada vez maiores.

Agradeço à minha família por compreender os momentos de ausência e amparar as minhas angústias durante a trajetória deste trabalho.

Deixo registrada a minha sincera gratidão ao Prof. Dr. Jorge Carvalho do Nascimento e ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, por abrirem as portas de um mundo novo, apresentando-me a leituras que ora fazem parte de mim e influenciam sobremaneira a forma como enxergo o mundo.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	viii
LISTA DE QUADROS.....	x
RESUMO.....	xi
ABSTRACT.....	xii
INTRODUÇÃO.....	1

CAPÍTULO I

NOBREZA, POLÍTICA E EDUCAÇÃO: A GÊNESE DOS CONTINGENTES INTELLECTUAIS NO EXÉRCITO IMPÉRIAL	12
---	-----------

1.1 – O Comandante das Armas de Sergipe e a disputa do poder local.....	12
---	----

1.2 – Os oficiais políticos e comandantes do corpo de tropa de primeira linha na Província de Sergipe 1820 - 1850.....	29
--	----

1.3 - Educar o militar e educar o Cidadão: a tentativa de implantação do Método lancasteriano na Província de Sergipe através dos Militares.....	41
--	----

CAPÍTULO II

A HIGIENE, A FÉ E A CONSTRUÇÃO DA MODERNIDADE NA PROVÍNCIA DE SERGIPE: A MEDICINA, O CATOLICISMO E A ENGENHARIA MILITAR A SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO.....	52
--	-----------

2.1 - Os médicos e os padres na composição da oficialidade militar em Sergipe: a escrita de manuais, a propagação da fé cristã e a implementação das práticas higienistas no Exército.....	52
--	----

2.2 - As atuações políticas e profissionais dos Engenheiros Militares na Província de Sergipe.....	62
--	----

CAPÍTULO III

OS “BACHARÉIS FARDADOS” DA ESCOLA MILITAR DA PRAIA VERMELHA EM SERGIPE.....	67
--	-----------

3.1 – A Guerra do Paraguai como divisor de águas da formação do oficial do Exército Brasileiro.....	67
---	----

3.2 – A Escola Militar da Praia Vermelha e o caráter <i>sui generis</i> da formação dos seus oficiais.....	78
--	----

3.3 – Os militares sergipanos formados da Escola Militar da Praia Vermelha e a composição da intelectualidade Sergipana (1874 – 1889).....	87
--	----

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	100
----------------------------------	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	106
--	------------

ANEXOS.....	113
--------------------	------------

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Documento remetido à Província de Sergipe por solicitação do Barão de Lages

FIGURA 2 – Fragmento do recibo firmado pelo Comandante das Armas de Sergipe, acusando haver recebido a documentação enviada pelo Presidente da Província de Sergipe.

FIGURA 3 – Uniformes dos Corpos fixos de Caçadores das Províncias - 1858.

FIGURA 4 – Uniformes dos Regimentos de Linha da Corte.

FIGURA 5 – Decreto do Império oficializando a oferta do Ensino Mútuo no Brasil.

FIGURA 6 – Fragmento em detalhe do Decreto Imperial.

FIGURA 7 – Apostila da disciplina Gramática utilizada para educar os oficiais inferiores (Sargentos) e os soldados sergipanos.

FIGURA 8 - Fragmento em detalhe da apostila do método lancasteriano.

FIGURA 9 - Reprodução manuscrita da apostila do método lancasteriano.

FIGURA 10 – Fragmento em detalhe do manuscrito da apostila do método lancasteriano.

FIGURA 11 – Capa do manual de Hygiene Militar do Brasil

FIGURA 12 – Ficha médica do Capitão Aristides Armindo Guaraná.

FIGURA 13 – Solicitação para convalescença em residência.

FIGURA 14 – Ofício de solicitação de reforma por motivo de saúde.

FIGURA 15 – Solicitação de registro oficial do aparelho de pontaria.

FIGURA 16 – Parecer da comissão técnica militar do Exército.

FIGURA 17 – Fragmento do registro da composição dos Batalhões de Voluntários da Pátria em Sergipe.

FIGURA 18 – Carta na qual atestava-se a condição de militar incorporado aos Corpos de Voluntários da Pátria.

FIGURA 19 – Ofício do Presidente da Província de Sergipe determinando a partida para a Corte do Corpo de Voluntários da Pátria aquartelados na província.

FIGURA 20 – Ofício de resposta do Presidente da Província de Sergipe.

FIGURA 21 – Fragmento de documento no qual o Presidente da Província de Sergipe efetua a inserção dos oficiais da Guarda Nacional nas tropas de 1ª linha.

FIGURA 22 – Gravura da Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro do século XIX.

FIGURA 23 – Solicitação de matrícula na Escola Militar da Praia Vermelha após a conclusão dos exames preparatórios.

FIGURA 24 – Detalhe da capa nº 19 do jornal “O Soldado”.

FIGURA 25 – Homenagem prestada ao General Siqueira pelo jornal “Correio de Aracaju”.

FIGURA 26 – Foto do General Siqueira publicada pelo jornal “Correio de Aracaju”

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 – Quadro Hierárquico do Exército Brasileiro 1831.

QUADRO 02 - Voluntários sergipanos que se ofereceram para seguir junto com a tropa de linha rumo à Corte.

QUADRO 03 – País ou província de origem dos oficiais generais – 1840.

QUADRO 04 – Ocupação dos pais dos generais da geração de - 1840.

QUADRO 05 – Formação acadêmica dos Generais

QUADRO 06 – Cargos políticos exercidos pelos generais na década de 1840.

QUADRO 07 – Militares da província de Sergipe que não possuíam formação acadêmica superior.

QUADRO 08 – Ativistas da Medicina e suas atividades.

QUADRO 09 – Médicos militares que serviram na Província de Sergipe (1860-1889)

QUADRO 10 – Voluntários da Pátria por Províncias – 1865.

QUADRO 11 – Registro geral dos alunos do curso superior EMPV (1870-1889)

RESUMO

Compreender a dinâmica formacional dos oficiais do Exército Brasileiro ao longo do século XIX, seja através das academias civis e militares, seja por conta dos seus estudos independentes acerca dos mais diversos campos do saber é o objetivo principal deste estudo que visa também analisar a participação destes oficiais junto ao seio da intelectualidade sergipana ao contribuírem efetivamente para o desenvolvimento político, econômico, social e educacional desta província. Desta forma, pretende-se desconstruir um estereótipo que se formou sobre a referida classe, de que estes pertencem a uma categoria social desprovida de quaisquer qualidades intelectuais. Esta afirmação, somada a manipulação do imaginário social por parte dos republicanos do início do século XX, que legaram para as gerações futuras a idéia de que durante os anos do regime imperial pouco ou nada se fez na Província de Sergipe, por ser esta, terra desprovida de valores intelectuais, uma vez que seus ilustrados não encontrariam aqui as oportunidades necessárias para desenvolver suas atividades, fez com que poucas pesquisas se interessassem pelos estudos locados nos anos oitocentos. Através dos conceitos historiográficos de Jacques Le Goff, somados às interpretações sociológicas de Norbert Elias, Michel Foucault e Pierre Bourdieu, além das análises de Jean François Sirinelli, Norberto Bobbio e Sérgio Micelli acerca da conceituação do termo “intelectual”, podemos dar respostas às hipóteses formuladas para esta pesquisa, utilizando como ponto de partida e de apoio os estudos de pesquisadores que abordaram o problema em nível nacional, como por exemplo, os professores José Murilo de Carvalho e Celso Castro, como também o trabalho das professoras Eugênia Andrade Vieira da Silva e Andreza Santos Cruz, que sinalizaram para a problemática em um nível mais local. A necessidade de buscar fontes inéditas ou pouco exploradas forçaram que parte desta pesquisa fosse realizada nos fundos do Arquivo Histórico do Exército, do Arquivo Nacional, no acervo do Real Gabinete Português de Leitura, na Biblioteca Nacional e em outros *loci* de pesquisa que transcendiam os limites fronteiriços do acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e do Arquivo Público de Sergipe. Desta forma, esperamos estar contribuindo para fomentar e elucidar um pouco mais o debate acerca das atuações dos militares e das suas instituições perante os demais membros da configuração social sergipana.

Palavras-chave: Civilização, Educação, Intelectuais, Militares, Sergipe.

ABSTRACT

To understand the way the Brazilian Army officers were trained throughout the XIX century, either through civil and military academies or through their own efforts in pursuing their studies, that involved various fields of knowledge, is the main objective of this study that also intends to analyze the effective participation and contribution of these officers, along with a group of intellectuals from the state of Sergipe, in the political, economical, social, and educational development of this province. By doing so, it intends to dismantle a stereotype that was formed about the referred-to group, a stereotype that this group belongs to a social category of people who lack intellectual qualities. Such affirmation, added to the idea the republicans of the beginning of the XX century passed on to future generations, that during the years of the imperial regime little or nothing was done in the province of Sergipe due to a lack of intellectual values, led to a situation in which few researchers showed interest in studying the 1800's. Through Jacques Le Goff's concepts of history, added to the sociological interpretations of Norbert Elias, Michel Foucault and Pierre Bourdieu, as well as to the analysis of Jean François Sirinelli, Norberto Bobbio and Sérgio Micelli about the concept of the term 'intellectual', we can give answers to the hypothesis that were thought of for this research by using as a starting point and as support, the studies of researchers that approached this problem on a national level, people such as the professors José Murilo de Carvalho e Celso Castro, as well as the works of the professors Eugênia Andrade Vieira da Silva e Andreza Santos Cruz, who dealt with the problem on a local level. The necessity of looking for unprecedented sources or the ones that had been little explored forced this research to happen in the 'depth' of the Army Historical Archive, the National Archive, the Collection of the Portuguese Royal Bureau of Reading, the National Library, and in other sites of research that went beyond the limits of the collection of the Historical and Geographical Institute of Sergipe and the Public Collection of Sergipe. This way, we expect to contribute to the motivation and elucidation of the debate regarding the role the military and their institutions had with the other members that made up the social configuration of Sergipe.

Keywords: Civilization, education, intellectuals, military, Sergipe.

INTRODUÇÃO

O estudo dos militares como categoria social¹ constituiu-se nos últimos anos num campo no qual várias pesquisas vêm tentando elucidar suas nuances e aspectos formacionais, organizacionais, hierárquicos e principalmente suas relações com o mundo político e intelectual. Tais pesquisas, no entanto, concentram-se basicamente no período republicano brasileiro e, dentro deste, um bom volume de trabalhos adotam para si os marcos do período da ditadura militar no Brasil.

A razão principal para a concentração destes estudos no período republicano está diretamente ligada às ações de legitimação deste regime. Os artífices da revolução buscaram construir um discurso através do qual o momento monárquico brasileiro fosse representado tal qual a Idade das Trevas, criando também um imaginário de ordem e progresso para a nova época que ora iniciara.

A elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça, mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro. (CARVALHO, 2005, 10).

O século XIX ainda representa uma grande incógnita no que diz respeito a vários aspectos da corporação castrense e, apesar de termos algumas boas pesquisas, muito ainda há de ser desvendado. A historiografia oficial do Exército Brasileiro, feita muitas vezes pela própria corporação, fez-nos assumir uma série de “verdades”, e erigiu uma memória quase irretocável da instituição militar, fazendo com que, mesmo pesquisas científicas sérias, feitas por pesquisadores experientes, fossem obrigadas a assimilar aquilo que os militares intencionalmente queriam que fosse destinado às gerações posteriores, isso graças a um controle rigoroso das potenciais fontes, acesso restrito aos seus arquivos, dentre outras medidas que visaram garantir a imagem da Força Armada perante a opinião pública.

¹ É Fernandes (1979) quem vai desenvolver um amplo estudo dos militares como categoria social. Segundo ela, o conceito de categoria social perpassa obrigatoriamente por um viés de cunho ideológico. O conceito guarda consigo a representação do Estado como o outro em relação à sociedade. É este divórcio, este lugar diferente do Estado, que marca a o conceito de categoria social (militar, intelectual, etc). Deste modo, esta pesquisa assume que o conceito de categoria social retém o que lhe especifica, quando comparado com todo tecido social.

O que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores (LE GOFF, 2003, 525).²

Desta forma, fazer uma pesquisa que consiga contemplar qualquer singular aspecto do cotidiano militar, seja internamente ou analisando as relações entre militares e civis, no século XIX, acaba deparando-se com a responsabilidade, de elucidar elementos outros, que caso não sejam devidamente esclarecidos, fatalmente conduzirão o pesquisador a uma visão aligeirada do fenômeno estudado.

Outro aspecto que mereceu relevância na tessitura deste trabalho foi o fato da necessidade, nem sempre fácil, de romper com as certezas construídas pelos e/ou para os militares, vistos como pertencentes a uma instituição completamente homogênea, sugerindo que as análises acerca de todos os fatos militares ocorridos na Corte³ fossem transplantadas sem maiores problemas para as microrealidades militares das províncias.

Fica claro então que o surgimento deste tema como objeto factível de pesquisa, constitui-se, desde já, num grande trabalho de estranhamento e crítica às fontes, sejam elas primárias ou secundárias, ao tempo que propõe algo relativamente novo em Sergipe, contrariando por vezes algumas idéias que se encontram legitimadas perante a academia e perante a historiografia militar sergipana.

Estudar os oficiais do Exército Brasileiro ao longo do século XIX, percebendo-os como participantes ativos da vida intelectual da Província de Sergipe, trouxe a reboque, a responsabilidade de compreender aspectos da organização das tropas de linha, a distribuição destas tropas no território sergipano, a subordinação das tropas às autoridades locais e

² O historiador Jacques Le Goff considera que enquanto conhecimento do passado, a história não teria sido possível se este último não tivesse deixado traços, monumentos, suportes da memória coletiva. Dantes o historiador operava uma escolha entre os vestígios, privilegiando, em detrimento de outros, certos monumentos, em particular os escritos nos quais, submetendo-os à crítica histórica, se baseava.

Hoje o método seguido pelos historiadores sofreu uma mudança. Já não se trata de fazer uma seleção de monumentos, mas sim de considerar os documentos como monumentos, ou seja, colocá-los em série e tratá-los de modo quantitativo; e para além disso, inserí-los nos conjuntos formados por outros monumentos: os vestígios da cultura material, os objetos de coleção, os tipos de habitação, a paisagem, os fósseis e, em particular, os restos ósseos dos animais e dos homens. Enfim, tendo em conta o fato de que todo documento é ao mesmo tempo verdadeiro e falso, trata-se de pôr à luz as condições de produção e de mostrar em que medida o documento é um instrumento de poder.

³ Por Corte compreenda-se o município neutro do Rio de Janeiro, sede administrativa da monarquia brasileira. O município neutro não fazia parte da província do Rio de Janeiro, mas exercia sobre ela grande influência.

centrais, os processos e os critérios de promoção e ascensão dentro do oficialato, bem como, em alguns casos, os aspectos da formação destes oficiais nas escolas militares disponíveis no período imperial brasileiro.

Os marcos temporais escolhidos para demarcar esta pesquisa, 1822–1889, representam um momento rearranjo das diversas forças políticas, sociais e militares na província e, no primeiro caso, reveste-se de uma importância lógica: a necessidade de compreender a História Militar de Sergipe a partir do início de Sergipe, após dois anos como território independente da Província da Bahia. A pesquisa empírica mostrou-nos a viabilidade deste marco temporal, uma vez que o conturbado processo de independência de Sergipe apresentou novos atores na cena política e militar, sendo necessária a criação de uma tropa provisória e que fosse leal ao novo governo, assim denominada, Corpo de Tropa de Linha de Sergipe. O segundo marco temporal, delimita o espaço histórico do regime monárquico no Brasil, encerrando esta análise que objetiva demonstrar que, na província de Sergipe, no século XIX, existiu uma intensa vida intelectual, e neste contexto, os militares que aqui estiveram foram legítimos participantes.

O cenário militar do século XIX em Sergipe, para fins de exeqüibilidade analítica do estudo, foi dividido aqui nesta pesquisa em dois momentos: o primeiro obedece ao marco cronológico inicial, 1822, e estende-se até o ano de 1850, momento no qual entrou em vigor a Lei de Promoção dos Militares. Este documento reveste-se de grande importância para o estudo, pois foi a partir da sua entrada em vigor que passamos a verificar a preocupação interna da força para com a efetiva profissionalização dos seus quadros de oficiais, abandonando paulatinamente a política de acesso ao oficialato através de favores concedidos ao Governo Imperial. Em um segundo momento, 1850 até 1889 deparamo-nos com alguns fenômenos, locais e imperiais, de valores capitais para esta pesquisa: a mudança da capital de Sergipe, que demandou grandes esforços de engenharia, aumentando ainda mais a importância da figura do engenheiro militar na província, a guerra do Paraguai, que exigiu de Sergipe grandes contingentes de pessoal para engrossar as fileiras do Exército Nacional nas terras paraguaias e a reabertura da Escola Militar da Praia Vermelha que trouxe para o cenário militar um oficial amante das ciências positivas, capaz de pensar acerca de políticas implementáveis para o ordenado progresso do Brasil. Influenciados pela Revolução Francesa, estes militares passaram a discutir, com caráter de prioridade, as questões da Filosofia, da Matemática, da Literatura, da Física, aliadas às questões bélicas. Passaram a ocupar postos

importantes dentro da administração imperial e, segundo os historiadores, foram os grandes responsáveis pela derrocada da monarquia brasileira.

Outra questão de ordem metodológica desta pesquisa constituiu-se na definição do *corpus* a ser analisado. Como a profissão militar impunha à tropa uma grande mobilidade territorial, o que possibilitava que o nortista pudesse servir em unidades localizadas no sul do império e vice-versa, interessou-nos, neste trabalho, por uma questão acesso às fontes de pesquisa, somente os sergipanos natos que após o ingresso no oficialato, vieram a servir em Sergipe, na administração imperial ou na tropa de 1ª linha, em algum momento da carreira.

A parte empírica desta pesquisa, iniciada nos arquivos sergipanos do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, no Arquivo Público de Sergipe, e na Biblioteca Epifânio Dôrea, por mostrar-se insuficiente para a compreensão do objeto estudado, demandou que fosse complementada a busca por fontes primárias no Arquivo Histórico do Exército - AHEx, nos fundos de pesquisa do Arquivo Nacional, no Real Gabinete Português de Leitura, na Biblioteca Nacional e, por fim, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, todos situados na cidade do Rio de Janeiro.

Somente após este longo trajeto de empiria, que resultou num saldo positivo de toda sorte de documentos e jornais referentes à vida militar na Província de Sergipe, foi possível compreender particularidades desta corporação, seja na 1ª, na 2ª ou na 3ª linha, montar toda a trajetória das organizações militares do Exército de 1ª linha da província (estendendo-se até a época republicana, desvendando assim a verdadeira genealogia do 28º Batalhão de Caçadores), compreender o surgimento da Guarda Nacional na província, bem como as relações existentes entre esta e o Exército e, fundamentalmente, visualizar as formas como os oficiais militares interagiam com os demais membros da *intelligentsia*⁴ sergipana, nos mais diversos momentos do século XIX.

Foi SILVA (2004) quem primeiro sinalizou para o fato de que a *intelligentsia* sergipana havia sido formada e consolidada ainda no século XIX. Na sua pesquisa intitulada *A formação intelectual da elite sergipana (1822–1889)*, são derrubados alguns mitos acerca

⁴ O conceito de *intelligentsia* aqui adotado contempla as especificidade da conceituação de Mannheim, que designa os intelectuais como grupos sociais que, em todas as sociedades, têm a tarefa de formular uma interpretação do mundo para a sociedade.

desta elite. Mitos estes que na maioria das vezes negavam a existência de intelectuais sergipanos durante o período monárquico, uma vez que Sergipe não se constituía como terra de oportunidades. Isso ocasionava uma migração em massa dos intelectuais, deixando a província desprovida de capital intelectual. Esta construção, claramente republicana, guiou a grande maioria dos estudos sergipanos, desestimulando, muitas vezes, que pesquisadores adentrassem o período imperial, já que suas pesquisas descambariam no zero absoluto. Alguns campos do conhecimento tal qual a História da Literatura Sergipana ainda hoje se ressentem de estudos mais aprofundados no referido período.

Na análise de SILVA (2004), foram elencados 400 (quatrocentos) nomes de pessoas que comporiam um espectro significativo da elite intelectual sergipana, por serem reconhecidos e legitimados pelos seus pares e pelos demais membros da sociedade. Basicamente foram utilizados pela pesquisadora os dicionários biobibliográficos de Manuel Armindo Cordeiro Guaraná⁵ e de Liberato Bittencourt⁶ para o levantamento dos intelectuais estudados. Nos perfis biobibliográficos dos 400 intelectuais, Silva aponta para o fato de que os militares eram uma parcela representativa deste campo, esta constatação tornou-se também uma das forças motrizes desta pesquisa.

Uma constatação de fundamental importância na pesquisa de Silva diz respeito à composição da *intelligentsia* sergipana. Suas conclusões apontam para o fato de que nem todos os integrantes das elites sergipanas no período monárquico eram possuidores de formação superior. Os dados apontam para um percentual de cerca de quarenta por cento dos integrantes da intelectualidade sergipana, desprovidos da formação superior. Esta tendência é seguida fortemente pelo grupo dos militares, dada as variadas formas de ingresso na vida

⁵ Nasceu em São Cristóvão em 1848. Filho de Theodoro Cordeiro Guaraná, advogado provisionado, e de Andreina Muniz de Menezes Guaraná. Faleceu em 1924, aos 76 anos de idade, em Aracaju. Formado pela Faculdade de Direito do Recife, em 1867, aos 23 anos de idade. No período imperial, ocupou os seguintes cargos: Promotor Público das Comarcas de São Cristóvão em 1872/1874-1878, de Itabaiana em 1873, de Estância em 1881; Secretário da Província do Piauí, em 1878 e da Província do Ceará em 1882; Chefe de Polícia, Lente interino de Latim do Lyceu Piauiense, em 1878; Procurador Fiscal da Tesouraria Provincial de Sergipe em 1879; Juiz de Direito de Oieras, antiga capital do Piauí, em 1882, e de Itabaiana em 1884. Em 1902, foi Juiz Federal no Ceará; foi desembargador do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, em 1890; Sócio fundador e honorário do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Sócio correspondente do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco, Sócio do Instituto do Ceará e sócio de várias associações. Colaborou em diversos jornais de Sergipe e de outros Estados.

⁶ Major de Artilharia, bacharel em Matemática e Ciências Físicas, engenheiro militar, lente e instrutor de Estradas da Escola Militar, diretor do Ginásio Federal, sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e correspondente do da Paraíba e do de Pernambuco, condecorado com a medalha do mérito científico, de 1ª Classe, da academia de Palermo e com a medalha de prata de mérito militar.

castrense. Desta forma, após a análise criteriosa dos perfis biográficos dos oficiais do Exército Imperial em Sergipe, chegamos à formatação de três grupos de oficiais que serão objeto desta pesquisa.

O primeiro destes grupos corresponderá àqueles oficiais que não possuíam a formação superior em escolas militares ou quaisquer outras escolas superiores do Império. A análise deste grupo corresponderá ao primeiro capítulo desta pesquisa.

Não coube à Real Academia Militar a exclusividade de suprir as tropas de linha do Exército Imperial com os oficiais nela formados. O Imperador reservava para si o direito de nomear e promover qualquer cidadão que por ter comprovadamente origem nobre pudesse servir ao Império Brasileiro na condição de oficial. Servindo-se da tradição portuguesa instaurada por D. José através do alvará de 16 de março de 1757, que buscava atrair os filhos da nobreza para as lides militares com o objetivo de obter irrestrita lealdade dos oficiais à medida que estes fossem alcançando os postos do generalato, D. João VI, no Brasil adota postura semelhante e, por necessidade de manutenção da ordem pública das províncias, incorpora ao Exército Imperial, nas tropas de 1^a, 2^a e 3^a linhas grandes contingentes de oficiais, na maioria das vezes indicados pelos poderes locais.

Esta estratégia, comum nas sociedades de corte, visava à manutenção de um equilíbrio social em torno do monarca. Setores sensíveis como o exército, não poderiam ficar longe do poder de influência do Imperador. Desta forma bem pontua Elias.

Assim como outras posições sociais, a do soberano autocrata também precisa de uma estratégia de conduta muito bem planejada, caso seu ocupante pretenda manter todo o poder que o trono lhe confere por um longo período, assegurando-o para si mesmo e, no caso de um rei, para a sua família. Justamente por serem tão grandes, neste caso, a elasticidade dessa posição e a margem de manobra para decisões que ela permite, é grande a possibilidade de condutas arbitrárias, desvios de rumo, escolhas erradas, que posteriormente podem conduzir à restrição de poder e da dominação. Nessa posição, com todas as tentações que ela oferece a seu ocupante, é necessário ter a segurança e a destreza de um equilibrista para sistematicamente tomar medidas a fim de que a concentração de poder à disposição do soberano não se reduza (ELIAS, 2001, 48).

De acordo com a pesquisa de SOUZA (2005), dos 46 generais do Exército Imperial em 1840, 30 deles não passaram por uma academia, nove formaram-se na Real Academia

Militar, quatro cursaram a academia da Armada, dois estudaram entre nobres em uma instituição marcada pela indisciplina e um teve seus estudos superiores realizados em uma universidade civil. O único traço que os unia era a estreita relação de todos com a coroa. Era ela a detentora do monopólio de distribuição das patentes, o que ocasionou uma grande procura, por partes dos nobres, da carreira das armas. Por outro lado, isso levava o Exército a uma incrível desmilitarização, fato que era percebido pela total ausência de disciplina nos corpos de tropa.

Não foram poucos os oficiais beneficiados pelas promoções ofertadas pela coroa. A urgente necessidade de prover os claros funcionais das províncias fizeram com que, até mesmo as exigências iniciais para obtenção do título de cadete fossem reduzidas. Os documentos da época indicam que estavam habilitados aos postos do Exército aqueles cidadãos que comprovadamente prestassem serviços à coroa, fossem eles como voluntários nas campanhas do Sul, como engenheiros, médicos ou capelães, fossem como administradores de órgãos militares ou não, ou ainda na manutenção da ordem pública nas comarcas e vilas nas quais os presidentes das províncias não fossem capazes, pela limitação de recursos, a prover a segurança dos moradores.

Neste perfil de oficiais podemos enquadrar uma das principais figuras militares da primeira metade do século XIX: os **Comandantes das Armas** nas províncias. Este militar respondia, de forma mais ou menos autônoma, por toda a força militar da província, podendo decidir acerca dos usos das tropas estacionadas no território de sua influência. Não raro encontram-se relatos de presidentes de províncias, queixando-se ao Imperador a respeito dos desmandos cometidos pelos Comandantes das Armas, numa verdadeira disputa tácita pelo poder local.

É a chegada da Família Real ao Brasil que impõe ao novo império uma grande onda desenvolvimentista com o fito de gerar as condições mínimas de governabilidade por parte dos integrantes da corte portuguesa. A abertura de várias instituições de nível superior a exemplo das escolas de Direito em São Paulo e em Olinda (1827), das escolas de Medicina da Bahia (1815) e do Rio de Janeiro (1813) e da Academia de Belas Artes (1820) visava formar, aqui mesmo no Brasil, uma *intelligentsia* que pudesse assumir importantes postos da burocracia e da vida intelectual brasileira.

Contemporânea a este surto educacional está a fundação da Real Academia Militar (1810), como se pode ver, uma das primeiras iniciativas da administração imperial, com vistas a formar um contingente de oficiais compatível com as dimensões territoriais brasileiras. O pioneirismo da escola, sem dúvida alguma, se deveu ao fato de que, segundo Motta (2001), ao chegar ao Brasil, D. João encontraria forças militares demasiadamente frágeis para receber o nome de Exército. As tropas, mínimas em quantidade e bisonhas quanto à formação, invés de contribuir, mostravam-se como um verdadeiro empecilho ao desenvolvimento e à segurança do Império. Apesar da sua natureza estratégica, D. Rodrigo de Souza Coutinho, então Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, deparou-se com forças contrárias a fundação de um estabelecimento militar no Brasil. Grande parte dos generais portugueses que atravessaram o Atlântico junto com a corte portuguesa enxergavam com desconfiança esta iniciativa que, indubitavelmente retiraria das mãos portuguesas a exclusividade da formação militar dos oficiais que supririam os corpos de tropa no Brasil.

Certamente que somente o argumento da defesa bélica poderia encontrar grandes opositores, tanto no Brasil quanto em Portugal. A fundação da Real Academia Militar, no entanto, repousava sobre um irrefutável discurso: o da necessidade urgente de modernização nacional. Seria dela a função de formar um contingente de engenheiros que fosse capaz de, sem oferecer resistências maiores, ser enviado para todos os cantos do Império a fim de concretizar a construção de obras públicas surgidas das demandas que o desenvolvimento impunha.

D. Rodrigo Coutinho concebeu a Real Academia Militar como um instituto formador de oficiais para o Exército e de engenheiros para a Colônia. Era ele sensível às necessidades militares e, também, aos reclamos dos serviços públicos civis. À sua visão surgiram as imensas distâncias brasileiras pedindo estradas, os largos rios exigindo pontes, o litoral reclamando portos. Esta colônia, este verdadeiro continente, ainda intocado, era um desafio às técnicas da engenharia. Importava, sem tardança, pensar nos engenheiros que haveriam de decifrar e dominar o gigante, numa espécie de guerra ao império e ao primitivismo da terra brasileira (MOTTA, 2001, 21).

Desta forma, ficava definido no Estatuto da Escola as suas finalidades, em ordem de importância estratégica:

1. Formar oficiais de Artilharia, oficiais engenheiros, inclusive oficiais engenheiros geógrafos e topógrafos, aptos não só para os misteres militares, como para a direção de trabalhos civis de minas, estradas, portos e canais.

2. Formar oficiais de Infantaria e de Cavalaria.

Esta divisão das distintas formações, já conceitualmente explícita no estatuto de 1810 fez surgir, dentro da própria corporação, estereótipos que distinguiram os grupos de alunos entre científicos, para aqueles que seguiam as carreiras de artilheiro ou engenheiro e tarimbeiros, para os oficiais que faziam os cursos de infantaria e de cavalaria. Esta segregação, nascida entre os próprios alunos da escola, era um reflexo da duração do curso ao qual cada grupo era submetido. Enquanto os artilheiros e engenheiros tinham um curso mais longo, com sete anos em média, os infantes e cavalarianos permaneciam na escola por somente dois anos. A duração do curso refletia, logicamente, a quantidade de disciplinas cursadas por cada um dos grupos de oficiais.

O termo “tarimbeiro”⁷, usado pejorativamente para designar o oficial de caráter mais tropeiro, aquele destinado a conduzir o grosso das tropas a pé (infantes) ou a cavalo (cavalarianos), foi tomado pela historiografia militar como uma característica posta como antônima do termo “científico”, ou seja, alguns estudos por considerarem os infantes e os cavalarianos como uma tropa de valor intelectual menor, puseram-lhes de escanteio nas análises acerca da importância dos militares no Brasil. Esta análise decorre do fato de que naquele momento específico da História do Império, os corpos de tropa de linha do Exército eram, em sua maioria, compostos de oficiais sem instrução militar formal e que desempenhavam as funções destinadas aos infantes e cavalarianos. No entendimento da época, estas armas demandavam uma estrutura de formação muito mais simplificada que as ditas “científicas” já que o maduro oficial tarimbeiro surgiria naturalmente do contato com a tropa e não nos bancos escolares. A escassez de quadros qualificados para o desempenho de atividades ligadas à engenharia supervaloriza os militares com a devida formação, possibilitando que este grupo tenha uma notoriedade social mais ampla que os oficiais tarimbeiros.

Cumprido, no entanto, destacar que durante os dois anos de curso, os oficiais ditos “tarimbeiros” eram submetidos a um currículo extremamente voltado para as ciências exatas, tendo como objeto de estudos do primeiro ano a Aritmética, a Álgebra, a Geometria a

⁷ Este termo deriva diretamente do termo tarimba, um estrado de madeira onde dormiam os soldados nos quartéis, e que pejorativamente foi ligado àqueles oficiais que tinham um caráter mais *troupiér*, ou que não possuíam estudos militares superiores. Este termo passa a ser bastante utilizado no final do séc XIX, no interior da Escola Militar da Praia Vermelha, para designar os alunos que cursavam as Armas de Infantaria e Cavalaria.

Trigonometria e o Desenho. Já durante o segundo ano de estudos os alunos adquiriam conhecimentos de Álgebra, Geometria Analítica, Cálculo Diferencial e Integral, Geometria Descritiva e Desenho. Além disso, eram também estudadas as disciplinas militares integrantes do quinto ano, quais sejam: Tática, Estratégia, Castrametação, Fortificação de Campanha e Reconhecimento do Terreno. Este currículo que era cumprido pelos militares infantes e cavalarianos, por si já nos mostra que a educação recebida por este grupo, embora inferior àquela destinada aos “científicos”, possibilitava que estes tivessem domínio acerca das ciências exatas, o que já os colocava em um patamar superior ao grosso da população brasileira.

Fica claro que por mais reduzida que fosse a formação dos “tarimbeiros”, em relação aos “científicos”, a ênfase científica na Matemática estava explícita. Fez-se necessário, nesta pesquisa, transcender a estes estereótipos para visualizar os militares, se não de forma homogênea, mas ao menos desprovidos dos rótulos postos pelos grupos estabelecidos no interior da corporação, como forma de serem vistos como pessoas dotadas de maiores qualidades. É Elias quem lembra-nos que mesmo em pequenas comunidades, as relações de poder são exercitadas até mesmo na construção de auto – imagens dos grupos que as compõem.

O grupo estabelecido cerrava fileiras contra eles e os estigmatizava, de maneira geral, como pessoas de menor valor humano. Considerava-se que lhes faltava a virtude humana superior – o carisma grupal distintivo – que o grupo dominante atribuía a si mesmo. [...] Mais ainda, em todos estes casos, os indivíduos superiores podem fazer com que os próprios indivíduos inferiores se sintam, eles mesmos, carentes de virtudes – julgando-se humanamente inferiores (ELIAS, SCOTSON, 2000, 20).

A rotina dos oficiais das armas de infantaria e cavalaria impunha-lhes freqüentes cálculos de trajetória de projéteis, o hábil domínio da composição das munições e respectivas dosagens da pólvora, além disso, os freqüentes e longos deslocamentos das tropas pelo Brasil, faziam com que estes oficiais buscassem e adquirissem informalmente conhecimentos sobre a Química, para o correto trato da água a ser consumida pelas tropas, Medicina Veterinária, principalmente os cavalarianos, não somente para o trato das montarias, mas também para o trato dos víveres que serviriam de alimento às tropas em deslocamento. Desta forma, fica claro que mesmo os ditos tarimbeiros pertenciam a uma pequena elite de brasileiros capazes de transitar pelas certezas das ciências. Obviamente que o caráter mais aquartelado dos

“tarimbeiros” em comparação com a visibilidade social dos artilheiros e engenheiros, nos obriga a compreender que o trânsito daqueles para com as ciências revertia-se para questões internas, ou seja, para a solução de problemas militares. Já os “científicos” são concebidos pelo próprio estatuto da escola como fundamentais para a solução dos problemas civis – construção de pontes, estradas, prédios públicos, etc.

Uma vez que durante todo o processo da pesquisa, não localizamos em Sergipe, militares das Armas de Infantaria e Cavalaria, formados na Real Academia Militar, durante o período de 1820 até 1850, no segundo capítulo traçaremos uma análise acerca de dois perfis distintos de oficiais: no primeiro caso buscaremos compreender o grupo dos oficiais formados na Real Academia Militar, ou em suas recorrentes subdivisões, e que obtiveram o diploma superior em Engenharia. Estes profissionais desempenharam, em Sergipe, papéis fundamentais no que diz respeito ao planejamento e execução de obras públicas, vindo muitos deles a assumir importantes funções políticas ou administrativas na burocracia imperial. No segundo momento, debruçaremos-nos na análise dos oficiais médicos, formados em instituições civis de ensino superior, mas que foram incorporados às tropas de linha, por serem possuidores de um capital intelectual de valor incalculável para o Exército. Neste momento buscaremos compreender as práticas higienistas destes profissionais como forma de manutenção da saúde dos corpos de tropa. Enquadraremos algumas destas práticas como civilizatórias, utilizando-se para tal dos conceitos contidos na obra de Norbert Elias.

No terceiro capítulo trataremos, especificamente, dos militares possuidores de formação superior na Escola Militar da Praia Vermelha, considerada por muitos estudiosos como um dos principais centros de ensino superior do final do século XIX. A quase totalidade dos oficiais que o país produziu algum tempo depois da Guerra do Paraguai (1864-1870), formou-se na Escola Militar da Praia Vermelha, que evoluíra da Real Academia Militar. Estes militares que já foram objeto de bons estudos de pesquisadores importantes no campo da Antropologia e da História, necessitam de ser compreendidos a partir das suas atuações junto aos membros das elites locais, para que não incorramos no erro de transmutar as conclusões acerca destes estudos genéricos para todas as micro-realidades das províncias.

CAPÍTULO I

NOBREZA, POLÍTICA E EDUCAÇÃO: A GÊNESE DOS CONTINGENTES INTELECTUAIS NO EXÉRCITO IMPERIAL.

1.1 – O Comandante das Armas de Sergipe e a disputa do poder local.

Uma das questões que se transformou em pauta constante do Imperador do Brasil logo após a chegada da Família Real foram os constantes pedidos de ajuda por parte dos presidentes de província para garantir a ordem pública nas comarcas e vilas em todo o território brasileiro. A tropa de linha⁸, como era conhecido o Exército, era numericamente incapaz de garantir, em todos os pontos das províncias, a segurança necessária para que as atividades sociais pudessem ser desenvolvidas dentro da normalidade.

A política adotada pelo D. João VI para atender às demandas de segurança sem comprometer os cofres imperiais perpassava por uma verdadeira liturgia⁹ entre os membros das elites locais e o monarca. Dando continuidade a uma tradição portuguesa criada em 1757, o Império brasileiro reservava para si o direito de promover a qualquer tempo, ao posto de cadete, qualquer cidadão que comprovasse a origem¹⁰ nobre e/ou prestasse relevantes serviços à coroa, sejam estes serviços como voluntário nas campanhas de guerra do Exército ou através da manutenção de uma milícia armada que resguardasse a ordem pública nas províncias. Esta relação mostrava-se deveras providencial uma vez que o poder central garantia para si a

⁸ Segundo Cunha (2000), as forças militares terrestres existentes no Brasil, em 1821, abrangiam três categorias: a 1ª Linha, formada pelo Exército permanente; a 2ª Linha, denominada de milícias e constituída por brasileiros em quase toda a sua totalidade, formava o exército da reserva, e suas unidades estavam distribuídas em todo o território nacional, particularmente no litoral; 3ª Linha ou ordenanças, uma espécie de guarda territorial, tinha seu emprego previsto apenas nos casos de emergência.

A tropa de 1ª linha era integrada, de forma mais significativa, por militares portugueses. Os brasileiros representavam 30% desse segmento, mas sempre enquadrados por oficiais oriundos da antiga metrópole.

⁹ O conceito de Liturgia é de inspiração weberiana. Nesta pesquisa entendemos por liturgias formas de prestação de serviços administrativos por notáveis locais com seus próprios recursos, não remuneradas e voluntárias. Sua prática administrativa caracteriza-se pelo diletantismo, pela mobilização do prestígio pessoal, pelo domínio dos processos orais e pela busca constante de resultados consensuais negociados.

¹⁰ Dentre as várias leis e decretos baixados por d. João VI, que persistiam no período pós independência, a provisão do Conselho Superior Militar, de 26 de outubro de 1820, regulamentava a decisão de criar novos títulos militares que pudessem ser estendidos aos brasileiros excluídos do acesso à distinção de Cadete. Pela tradição portuguesa, concessão do título de cadete era exclusiva dos jovens que detivessem o foro de moço fidalgo da Casa Real ou que fossem filhos de oficiais militares, ou ainda que provassem nobreza notória por parte dos pais e dos quatro avós.

completa submissão das elites locais através da distribuição destes títulos que mais serviam para a ostentação de status que para a formação de um exército forte e organizado.

...Hei por bem, por minha imediata e real resolução de 6 de setembro último, tomada em consulta de meu Conselho Supremo Militar, de 25 de agosto do mesmo ano, com o parecer do qual houve por bem conformar-me, determinar e estabelecer em regra o seguinte: 1º. Para a admissão dos segundos – cadetes e soldados particulares nomear-se-á no regimento a que pertencer a pessoa que pretender ser reconhecida (...) e perante um Conselho dará provanças de sua pessoa, as quais deverão consistir em fazer certa filiação e idoneidade. O Conselho julgará com o parecer de três oficiais como entender, remetendo-vos o processo para aprovardes ou desaprovardes, declarando as razões em caso de negativa (...) 2º Os segundos – cadetes serão reputados em distinções como os primeiros – cadetes, mas usarão somente uma estrela no ombro direito, e serão tidos como habilitados para passarem a oficiais da mesma forma que os primeiros, devendo estes ter preferência quando haja uma igualdade de merecimento; porém nem os primeiros e nem os segundos serão obrigados a ocupar postos de oficiais inferiores. Contudo os cadetes farão nos exercícios e guardas o serviço de sargentos, quando seja necessário, e mesmo como ensino, para se habilitarem ao comando e responsabilidade. 3º. E querendo fazer mercê aos filhos dos oficiais da segunda linha possam igualmente ser reconhecidos segundos – cadetes, caso que por motivo da patente de seus pais não estejam na classe de serem os primeiros; e que os filhos de sargentos – mores das ordenanças também possam ser segundos – cadetes. 4º. Como os soldados particulares podem ser filhos de homens, que pelos seus empregos civis não sejam inferiores em representação na república aos oficiais de patente cujos filhos podem gozar da distinção de segundos – cadetes, não devem por isso ser privados das mesmas honras, e não convindo confundir as origens de distinção, os soldados particulares trarão no ombro esquerdo a estrela que vai designada para os segundos – cadetes no ombro direito. 5º. Como as formalidades de reconhecimento(...) têm por fim fazer ciente a todo corpo a hierarquia a que pertence aquela praça, para que lhe sejam guardados os privilégios e distinções competentes o reconhecimento deverá ser feito na frente de todo o corpo (...) 6º. Os postos de oficiais inferiores serão ocupados por soldados particulares, escolhidos por seus merecimentos, sem atenção à antiguidade, não devendo contudo dele ser isentos os cabos de esquadra, que se distinguirem, não obstante terem saído da classe dos soldados simples. E logo que os soldados particulares exercerem qualquer posto de oficial inferior, serão considerados aptos para passarem a oficiais de patente, se lhes competir, comparando-se o seu merecimento pessoal com o de outras classes, que tiveram acesso aos outros postos, tendo atenção a que com a igualdade de merecimento devem ter preferência para o primeiro posto de oficial os primeiros – cadetes, depois os segundos, depois os inferiores que tiverem sido soldados particulares e em último lugar os inferiores que tiverem sido da classe dos soldados simples. 7º. Os soldados particulares nos corpos de segunda linha gozarão das distinções de cadetes e seu uniforme ou distintivo será uma estrela no ombro esquerdo, porém na segunda linha não passarão a exercer os postos de oficiais inferiores, e tão somente servirão como tais em guardas, exercícios quando convier; e dessa classe sairão unicamente os promovidos para os postos de oficiais de patente. E quando suceda que os indivíduos procurarem o serviço nas milícias que tenha qualidades para na primeira linha serem primeiros ou segundos – cadetes, na segunda serão

apenas soldados particulares, e não poderão usar outros distintivos que o dessa classe.¹¹

QUADRO 01
QUADRO HIERÁRQUICO DO EXÉRCITO BRASILEIRO EM 1831.

Oficiais	
Oficiais Gerais	Marechal de Exército Tenente General Marechal de Campo Brigadeiro
Oficiais Superiores	Coronel Tenente – Coronel Major
Oficiais Subalternos	Capitão Primeiro Tenente Segundo Tenente
Oficiais Inferiores	Primeiro Sargento Segundo Sargento Furriel
Baionetas	
Cabos	
Anspeçadas	
Soldados	

Fonte: Arquivo Nacional, Coleção das Leis do Brasil – Decreto de 04 de maio de 1831.

De maneira geral, essa é a estrutura organizadora das patentes e da hierarquia militar do Brasil até as reformas instituídas em meados do século XIX, quando então podemos perceber as primeiras alterações na ordem dos acessos ao exército e de ascensão aos postos do oficialato. Antes destas reformas, não podemos deixar de pontuar que diretamente atrelado ao sucesso na ascensão hierárquica do militar de linha brasileiro estava a atuação política. Ser um oficial era antes uma honraria que uma profissão. É Souza (2005) quem nos lembra que caracterizadas por um baixo perfil de racionalização, as instituições imperiais, dentre elas o Exército, ficavam inteiramente sujeitas à autoridade real como agente produtor e distribuidor de símbolos e títulos de caráter nobiliárquico. Aqueles oficiais que ambicionassem uma posição de destaque no interior da sociedade deveriam somar aos privilégios de nascimento, atitudes que comprovassem a sua dedicação e fidelidade à causa monárquica, que poderiam ser realizadas no próprio campo militar, ou pelo ingresso no jogo político partidário. De uma maneira ou de outra era através destes caminhos que se galgavam as promoções internas.

¹¹ *Coleção das leis do Brasil.*

Mesmo com a abertura da Real Academia Militar (1810), o Império Brasileiro não abre mão do caráter personalíssimo da composição de parte dos quadros dos oficiais das tropas de linha. A própria gênese da academia está muito mais relacionada a formação de um quadro de engenheiros, necessário para conduzir as inúmeras obras urbanísticas e prediais, do que para a formação de quadros de infantess e cavalariass especialistas na arte das guerras.

Sob a ótica de ELIAS (2000), este tipo de figuração foi bastante comum no *ancien régime*. Ao Rei cabia traçar a estratégia de sobrevivência do reino, mas acima de tudo, cabia a ele esquadriñar de forma habilidosa a sua própria manutenção no poder. Desta forma a distribuição de prebendas em troca da obediência e lealdade dos súditos constituiu-se como elemento de toque nas sociedades organizadas em torno de monarcas.

Era salutar para o monarca que a figuração social por ele construída permanecesse em uma tensão permanente para que este pudesse, mesmo de longe, governar. As disputas pelo poder no nível inferior ao do monarca representavam a garantia da lealdade dos súditos, materializada na eterna vigilância dos que ocupavam as posições satélites da figuração real.

Ciúmes e invejas rondavam o rei, mantendo o equilíbrio social. O rei fazia o seu papel como um artista. Seu interesse preponderante, à parte a simples manutenção do poder, era a possibilidade de supervisionar a engrenagem humana que tinha que controlar, a qual sem dúvida continha uma carga de explosivo[...]

Cada indivíduo dentro da rede de interdependências tendia, em função do prestígio, a vigiar cada passo prescrito aos outros e sua pontualidade. Assim no âmbito de tal figuração, cada um controlava automaticamente os outros (ELIAS, 2001, 145).

Imerso neste contexto da Corte brasileira, indicado diretamente pelo Imperador para controlar todas as atividades militares nas províncias estavam os Comandantes das Armas. Pela análise das fontes consultadas, esta figura de importância capital para a figuração da Corte brasileira, dispunha de um poder somente comparável ao de presidente de província, não sendo incomuns relatos de atritos entre ambas as partes.

Na província de Sergipe, quando da transformação do Corpo de Tropa de Sergipe em 26º Batalhão de Caçadores, em 1824, Manoel Clemente Cavalcante d'Abuquerque, o Barão de Lages, então Presidente da Província, reclama ao Imperador que sejam demarcadas as atribuições inerentes ao seu cargo, bem como que sejam repassadas para o Sr. Ignácio José

Vicente, Comandante das Armas de Sergipe, ordens no sentido de que este deveria julgar-se hierarquicamente submetido às ordens da presidência. O estopim deste atrito, deveu-se ao fato de ter o Comandante das Armas, procedido a todas as propostas para o preenchimento das vagas de oficiais e praças da nova unidade militar sem ter submetido a apreciação prévia ou póstuma do Presidente. Em extenso documento o Barão expõe para o Imperador que não tratava-se de ciúmes, mas sim de respeito àquele leal súdito que no âmbito da província, representava o próprio poder imperial.

Em resposta aos apelos da Província de Sergipe, D. Pedro remeteu o documento abaixo, no qual ordenava a devida parcimônia ao Comandante das Armas exigindo deste o correto trato para com a autoridade da Presidência.

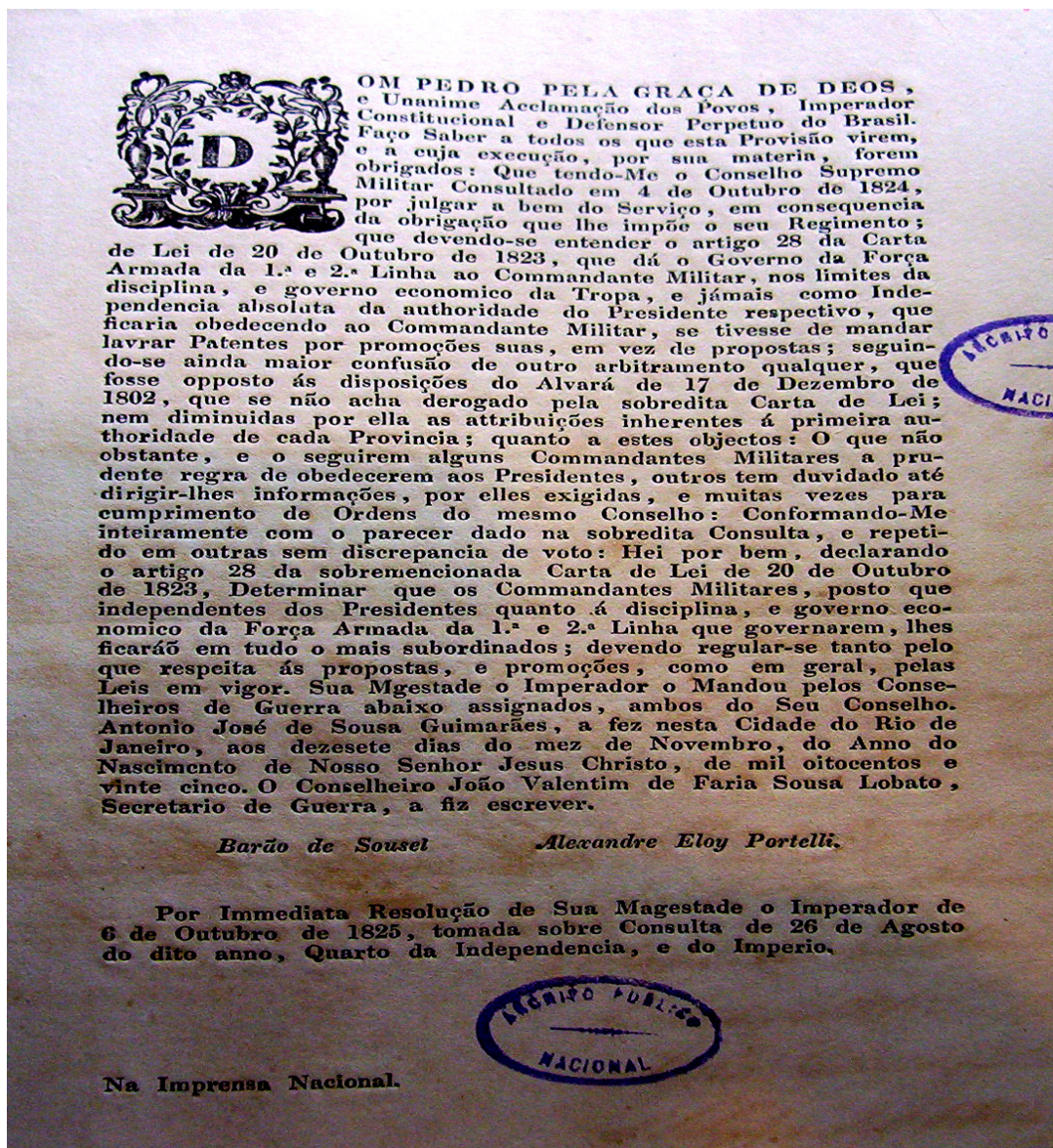


Figura 1 – Documento remetido à Província de Sergipe por solicitação do Barão de Lages. Fonte: Arquivo Nacional, Série Guerra IG¹ 105 (1820–1826) – Documentos de Sergipe – Correspondências do Presidente da Província.

A narrativa deste fato, bem como o seu desfecho mostra-nos a tentativa das diferentes esferas do poder no nível provincial de construir, a exemplo do Imperador, as suas próprias figurações com o fito de beneficiar setores específicos da elite sergipana. Não estava em jogo apenas a composição da oficialidade do recém criado batalhão sergipano, e sim a possibilidade de presentear com patentes militares cidadãos que por sua lealdade e préstimos à coroa estivessem habilitados para o exercício das lides militares. A resposta imperial deixa claro ao Comandante das Armas de Sergipe que este era possuidor de relativa autonomia para

o trato das questões militares, no entanto, a promoção dos oficiais deveria estar diretamente atrelada à consulta do Presidente, uma vez que transcendia aos assuntos estritamente castrenses, perpassando por questões de estratégias políticas.

O Brigadeiro Ignácio José Vicente da Fonseca acusa ao Barão de Lages o recebimento do referido documento em tom de extremo desagrado para com a postura da Presidência.

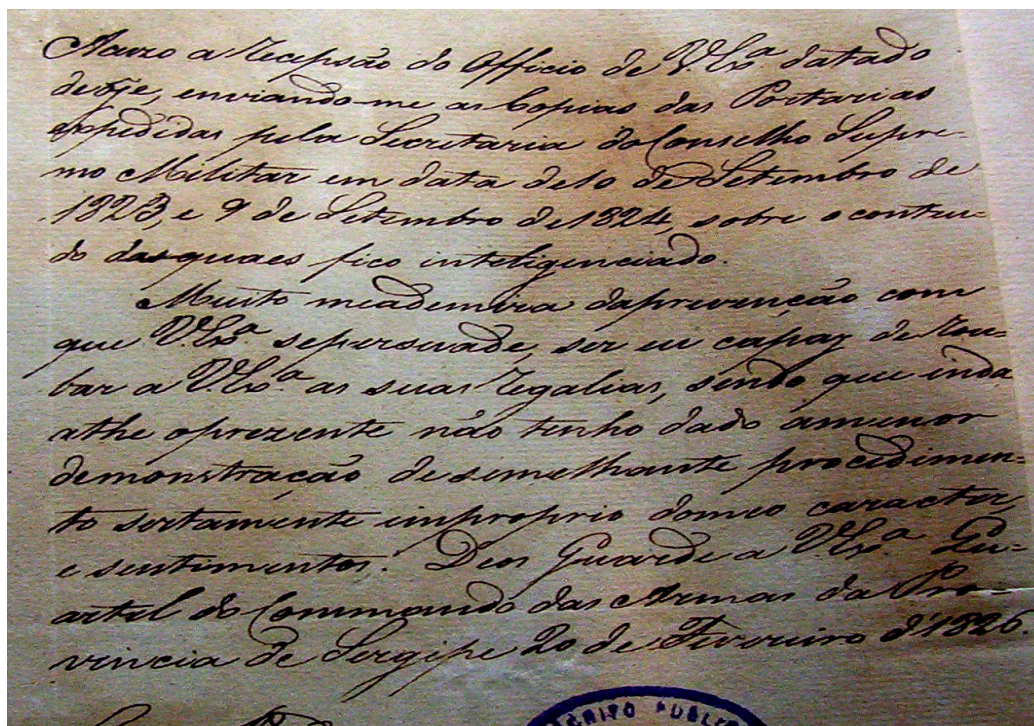


Figura 2 – Fragmento do recibo firmado pelo Comandante das Armas de Sergipe, acusando haver recebido a documentação enviada pelo Presidente da Província de Sergipe.¹²Fonte: Arquivo Nacional, Série Guerra, IG¹ 105 (1820–1826) – Documentos de Sergipe – Correspondências do Presidente da Província.

Não fica claro pelos documentos se a representação contra as indicações aos postos de oficiais para o novo batalhão de Sergipe, feita pelo Barão de Lages é aceita, ou se permaneceram os nomes indicados pelo Comando das Armas, entretanto, uma nova proposta de nomes é feita pelo Comandante das Armas para que sejam incorporados ao Batalhão de

¹² Transcrição do documento: “Acuzo a recepção do officio de VEx datado de hoje, enviando-me as cópias das portarias expedidas pela Secretaria do Conselho Supremo Militar em data de 10 de setembro de 1823, e de 9 de setembro de 1824, sobre o conteúdo das quaes fico intelligenciado.

Muito me admira da prevenção com que VEx (...) ser eu capaz de roubar a VEx as suas regalias, sendo que (...)aprezente não tenho dado a menor demonstração de semelhante procedimento certamente impróprio do meu caráter e sentimentos. Deos Guarde a VEx. Quartel do Comandante das Armas da província de Sergipe 20 de Fevereiro d’1826”.

número 26, cidadãos civis e militares que, segundo consta, ofereceram-se voluntariamente para marchar com a tropa de linha para o Rio de Janeiro, por ocasião da “Proclamação da Sua Majestade o Imperador”.

A relação dos contemplados por este, no entanto, é bastante reveladora de dados que nos permitem visualizar alguns dos atores sociais agraciados com as patentes militares nas tropas de primeira linha.

Além de manter-se o quadro dos oficiais que já faziam parte do extinto Corpo de Tropa de Sergipe, foram indicados os seguintes sergipanos:

QUADRO 02
VOLUNTÁRIOS SERGIPANOS QUE SE OFERECERAM PARA SEGUIR JUNTO COM A TROPA DE LINHA RUMO À CORTE.

Relação das praças que em consequência da Proclamação da S.M. o Imperador, se ofereceu voluntariamente para marcharem com o Batalhão de Caçadores n 26 de 1ª linha do Exército.		
Atividade	Nome	Exposição de motivos
Padre	Vicente de São Paulo	Ofereceu-se voluntariamente para marchar, e fazer as funções de capelão do batalhão pela impossibilidade do atual Capelão Sr. Manuel do Patrocínio.
Cidadão	Francisco de Paula Martins	Primeiro escripturário da Secretaria Militar, ofereceu-se voluntariamente para marchar no exercício de comissário pagador do Batalhão.
Capitão de Caçadores de 2ª Linha	Manoel José Ribeiro Navarro.	Achando-se por comissão no posto de capitão do 1º Batalhão de Caçadores de 2ª linha desta cidade, foi novamente contemplado para o mesmo posto, o referido Batalhão na proposta que ultimamente tive a honra de levar à presença de S. M. o Imperador: ofereceu-se voluntariamente para marchar como adido ao batalhão de caçadores de primeira linha.
1º Cadete	Miguel Jerônimo de Novais	Servia no Batalhão de 2ª linha de Vila Nova, ofereceu-se voluntariamente para assentar praça e marchar com o Batalhão de 1ª linha.
2º Cadete	Guilherme José Pinto	Ofereceu-se voluntariamente para assentar praça e marchar com o Batalhão de 1ª linha.

Fonte: Arquivo Nacional, Série Guerra – IG¹ 105 (1820-1826).

Esta disputa pelo direito de representar o Imperador na escolha dos cidadãos para compor os quadros oficiais dos corpos de tropa, principalmente na primeira e segunda linha do Exército, não foi algo pontual entre o Barão de Lages e o Brigadeiro Ignácio José Vicente da Fonseca. Outros relatos mostram que este tipo de desgaste no governo local foi freqüente.

Algumas vezes o Ministro da Guerra acatava os recursos do Presidente da Província, outras vezes assumia as indicações dos Comandantes das Armas, num malabarismo de poder que somente podia ser interpretado a partir da própria estrutura de uma sociedade de corte.

Segundo BOURDIEU (2004) toda esta questão perpassa diretamente pela questão da estipulação da ordem simbólica, através do poder pessoal ou estatal de nomeação.

Na luta simbólica pela produção do senso comum, ou mais precisamente, pelo monopólio da nomeação legítima como imposição oficial – isto é, explícita e pública – da visão legítima do mundo social, os agentes investem o capital simbólico que adquiriram nas lutas anteriores e, sobretudo todo o poder que detêm sobre as taxinomias instituídas, como os títulos. Assim, todas as estratégias simbólicas por meio das quais os agentes procuram impor a sua visão das divisões do mundo social e da sua posição nesse mundo podem situar-se entre dois extremos: o insulto, *ideos logos* pelo qual um simples particular tenta impor o seu ponto de vista correndo o risco da reciprocidade; a nomeação oficial, acto de imposição simbólica que tem a seu favor toda a força do colectivo, do consenso, do senso comum, porque ela é operada por um mandatário do Estado, detentor do monopólio da violência simbólica legítima (BOURDIEU, 2004, 150).

Um dos sergipanos que ocupou o cargo de Comandante das Armas e que melhor representou a política imperial da distribuição dos títulos nobiliárquicos foi Bento de Mello Pereira ou Barão de Cotinguiba. O relativo silêncio das fontes no que diz respeito à passagem deste militar pelo Comando das Armas foi prova reveladora de que a substituição do seu antecessor estava ligada a vontade direta do imperador, e não somente aos méritos militares do Barão de Cotinguiba. O dicionário biobibliográfico de Armindo Guaraná reserva para Bento de Mello um verbete no qual destacam-se as qualidades de leal súdito da coroa e militar com brilhante tino político.

Bento de Mello Pereira, Barão de Cotinguiba.

Nasceu em vila nova no anno de 1780, sendo filho de Felipe de Mello Pereira e D. Rosa Maria do Espírito Santo, e faleceu a 23 de setembro de 1866.

Capitão-mor de ordenanças de Villa nova, foi depois Barão de Cotinguiba por Decreto de 25 de Março de 1849. Prestou muitos bons serviços à legalidade quando do movimento revolucionário de 1817 em Pernambuco, repercutiu nas margens do rio S. Francisco.

Foi comandante das Armas de Sergipe de 1827 a 1829; membro do governo da Província em 1830, Presidente de Sergipe por carta imperial de 27 de agosto de 1837 e comandante superior da Guarda Nacional da comarca de Villa Nova, exonerado a 17 de outubro de 1843. Esteve no governo em um período de grande agitação tendo sido Vice-presidente em 1834-1837 1839-1842. Entrou na Lista Tríplice para senador do Império na eleição procedida

a 5 de janeiro de 1859 e era commendador da Ordem de Christo e Official da Ordem da Rosa.

Escreveu:

- Proclamação aos sergipanos em 17 de novembro de 1836 pelo Presidente, etc. Avulso. Transcripto no “Jornal do Commercio” do Rio de 24 de Dezembro seguinte (GUARANÁ, 1925, 48).

Em 1831 o 26º Batalhão de Caçadores é extinto e a Província de Sergipe experimenta mais de uma década sem a presença das tropas de 1ª linha. Somente em 1842 é criada a Companhia de Caçadores de Sergipe, entretanto, a figura do Comandante das Armas já não mais aparece nos registros da época. Assim, a indicação e promoção dos oficiais que estivessem lotados na Província de Sergipe passava a ser de fato e de direito uma atribuição do Presidente.

A forma como estavam estipuladas as promoções e o acesso aos postos do Exército tinham o claro interesse de fazer perpetuar as elites nos postos de mando da sociedade imperial. O Exército existia como instituição bisonha e incapaz de cumprir com as suas atribuições legais. Seus oficiais utilizavam-se das patentes e das rápidas promoções para ostentar o status que o posto concedia. Além disso, a possibilidade de controle de tropas armadas conferia-lhes uma visibilidade social suficiente para que estes pudessem ter trânsito livre nos meios aristocráticos da sociedade sergipana.

O fato de não serem possuidores de formação superior não representava impeditivo algum para que estes militares fossem considerados intelectuais. O próprio conceito de intelectual devia ser visto de forma contextualizada. O antropólogo Celso Castro traça uma análise acerca dos militares do século XIX, enquadrando-os no bojo da população brasileira e concluindo que

É preciso relativizar o que se entende por “não-elite”. Segundo o censo de 1872, de uma população livre de oito milhões e meio de habitantes, havia menos de doze mil alunos matriculados nas escolas secundárias e, no país como um todo, não mais que oito mil pessoas com educação superior (Carvalho, J. 1980:65). No conjunto da população brasileira, mesmo os oficiais de origem mais humilde pertenciam à minúscula porcentagem de letrados que receberam alguma educação além da básica (CASTRO, 1995, 27).

Nesta pesquisa partimos do pressuposto de que os movimentos intelectuais são, na verdade, movimentos sociais dependentes da estrutura de poder local e histórica, seus atores elegiam um conjunto de teorias e noções, não necessariamente construídos na academia e este conjunto passa a ser encarado como o repertório¹³ com o qual a cena intelectual é composta. No caso do grupo de oficiais do Exército que serviram em Sergipe no período compreendido entre os anos de 1820 e 1850, o repertório de teorias estava grandemente voltado para o mundo das questões políticas, até porque é neste período que o próprio Exército é manipulado como uma instituição que possuía mais serventia política que estrategicamente militar.

O repertório deve então ser encarado como um conjunto de recursos intelectuais disponíveis numa dada sociedade em certo tempo. É composto de padrões analíticos; noções; argumentos; conceitos; teorias; esquemas explicativos; formas estilísticas figuras de linguagem; metáforas. Não importa a consistência teórica entre seus elementos. Seu arranjo é histórico e político (ALONSO, 2002, 39).

Este repertório de que tratamos apresenta uma característica muito peculiar na historiografia das elites militares sergipanas do século XIX. Como a oficialidade das tropas de linha eram compostas a partir das elites locais, e neste período que vai até aproximadamente 1850, não encontraremos nesta formação de Exército a exigência das múltiplas transferências dentro das províncias do Império, infere-se que a *intelligentsia* militar sergipana do período era composta de membros da elite fixados na própria terra natal.

Visto a partir de outro ângulo, o que se pode dizer é que o tratamento dado pelo Império Brasileiro ao Exército era deveras duplo. Para o monarca existiam dois campos bem definidos. O primeiro diz respeito ao grupo de oficiais portugueses, formados nas escolas militares européias e que cruzaram o atlântico juntamente com a família Real. Estes oficiais detiveram a grande maioria dos postos de mando da macroestrutura administrativa imperial. De acordo com Souza (2005) a tradição portuguesa de composição do generalato do Exército não foi abandonada imediatamente para que os oficiais superiores e oficiais gerais de origem brasileira pudessem ocupar os cargos de assessoria direta do Imperador.

¹³ Repertórios são criações culturais aprendidas, mas elas não descendem de uma filosofia abstrata ou ganham forma como resultado de propaganda política; eles emergem da luta (...) e designam (...) um conjunto limitado de esquemas que são aprendidos, compartilhados e postos em prática através de um processo relativamente deliberado de escolha (Tilly Apud Alonso, 2002:39)

Dos 46 generais que se encontravam no Brasil entre os anos de 1837 a 1850 observase a forte concentração de militares portugueses ou de pessoas mais próximas à Corte.

QUADRO 03
PAÍS OU PROVÍNCIA DE ORIGEM DOS OFICIAIS GENERAIS – 1840

Local	Nº	%
Portugal	22	47,9
Rio de Janeiro	8	17,4
Rio Grande do Sul	5	10,9
Pernambuco	2	4,3
Minas Gerais	2	4,3
São Paulo	2	4,3
Bahia	2	4,3
Outros	3	6,6
Total	46	100

Fonte: SOUZA, Adriana Barreto de. *A serviço de Sua Majestade: a tradição militar portuguesa na composição do generalato brasileiro (1837-50)*. In CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 161.

A análise dos dados contidos nesta tabela deixa claro que o Exército Imperial, dito operacional, estava concentrado nas mãos de 35 oficiais situados na corte e nas províncias do Sul do Brasil por conta da necessidade estratégica que a região exigia. Os demais oficiais que eram incorporados à tropa de linha poderiam ser convocados a qualquer instante para reforçar o grosso das tropas da corte no Sul, mas enquanto esta possibilidade não se apresentasse como real, as elites militares das províncias demonstravam ser detentoras de uma caráter fortemente ligado às questões políticas locais.

QUADRO 04
OCUPAÇÃO DOS PAIS DOS GENERAIS DA GERAÇÃO DE 1840

	Nº	%
Militar	19	41,3
Negociante	2	4,3
Médico	2	4,3
Magistrado	1	2,2
Político	1	2,2
Sem identificação	21	45,7
Total	46	100

Fonte: SOUZA, Adriana Barreto de. *A serviço de Sua Majestade: a tradição militar portuguesa na composição do generalato brasileiro (1837-50)*. In CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. Nova História Militar Brasileira. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 162.

O fato de que os oficiais portugueses até próximo da década de 1850 ocupavam mais da metade dos postos de comando do Exército Brasileiro, comprova que os cargos ocupados por brasileiros nas províncias estavam muito mais ligados à política de liturgia do imperador que a tentativa de criação de um exército forte e preparado para a arte da guerra.

QUADRO 05
FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS GENERAIS

Formação	Nº	%
Real Academia Militar	9	19,6
Academia de Marinha de Lisboa	3	6,5
Real Colégio dos Nobres	2	4,3
Real Academia de Guardas Marinhas	1	2,2
Universidade de Coimbra	1	2,2
Sem Formação Acadêmica.	30	65,2
Total	46	100

Fonte: SOUZA, Adriana Barreto de. *A serviço de Sua Majestade: a tradição militar portuguesa na composição do generalato brasileiro (1837-50)*. In CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. Nova História Militar Brasileira. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 162.

QUADRO 06
CARGOS POLÍTICOS EXERCIDOS PELOS GENERAIS NA
DÉCADA DE 1840

Cargos	Nº	%
Presidente de Província	14	30,4
Conselho de Guerra	14	30,4
Assembléia Provincial	10	21,7
Ministério	9	19,5
Conselho de Estado	6	13,0
Senado	3	6,5
Nunca ocuparam cargo político	21	45,6
Total	46	100

Fonte: SOUZA, Adriana Barreto de. *A serviço de Sua Majestade: a tradição militar portuguesa na composição do generalato brasileiro (1837-50)*. In CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 162.

A noção de que existiam dois exércitos bem distintos de si também fica clara em MOTTA (2001) quando este analisa o processo de criação da Real Academia Militar no Brasil em 1810. Seu idealizador, D. Rodrigo, recebeu fortes pressões advindas dos generais portugueses no Brasil, bem como das próprias escolas de formação de militares em Portugal. Todos os boicotes foram postos em prática com o fito de inviabilizar o projeto de criação de uma escola militar que fatalmente iria retirando paulatinamente das mãos dos oficiais portugueses a hegemonia dos postos de mando da burocracia militar imperial. As escolas militares portuguesas, por exemplo, negaram-se veementemente a remeter para a Real Academia Militar os livros e compêndios que versassem sobre a estratégia militar portuguesa, proibindo de forma incisiva quaisquer tipos de uso por parte da Real Academia brasileira. Desta maneira, Motta aponta diversos relatos das dificuldades de contratação de Lentes especializados (pois muitos oficiais portugueses recusaram o convite), bem como a precariedade do material didático utilizado pelos alunos da escola militar brasileira.

Aspecto digno de registro é o que diz respeito ao livro didático. A Carta de 1810 partia da idéia de que cada cadeira deveria corresponder a um compêndio, elaborado pelo seu lente, e que levasse em conta as condições especiais dos alunos da Academia. “Organizar o compêndio” era para o

professor tarefa obrigatória e não cumpri-la era “não poder ser adiantado em postos nem obter recompensas e graças”. Fácil imaginar a utilidade de disposições tais numa época em que o livro didático não existia, em que fontes de estudo não estava à mão sequer dos professores quanto mais dos alunos, época sem bibliotecas e de livrarias precaríssimas (MOTTA, 2001, 30).

A política de concessão de postos era, desta forma, extremamente apoiada pelos generais portugueses criando micro-exércitos provinciais geridos pelos Comandantes das Armas e sem grande força e expressão imperial. O fato de não possuir, o Exército Imperial, um corpo de Estado Maior também é revelador da pouca importância que era dada a organização da tropa como um todo. Desta forma, deparamo-nos com tropas de linha que seguiam normas próprias, com uniformes próprios e destinações distintas.



Figura 3 – Uniformes dos Corpos fixos de Caçadores das Províncias - 1858. Fonte: RODRIGUES, J. Washt. *Uniformes do Exército Brasileiro 1730-1922*. Acervo: Setor de iconografia do Arquivo Histórico do Exército.



Figura 4 – Uniformes dos Regimentos de Linha da Corte. Fonte: RODRIGUES, J. Washt. *Uniformes do Exército Brasileiro 1730-1922*. Acervo: Setor de iconografia do Arquivo Histórico do Exército.

Os uniformes representam simbolicamente, ao longo dos tempos, um forte fator de coesão entre membros de uma determinada coletividade. A história dos uniformes certamente confunde-se com a história dos exércitos. Além do seu caráter estratégico, uma vez que serve para identificar elementos de tropa amiga em meio aos combates, os uniformes conferem aos seus usuários a sensação de pertencimento a algo de maior dimensão. Quanto maiores os corpos de tropa, maiores são as preocupações dos seus comandantes para com a normatização e a uniformidade de vestimentas dos seus membros, pois entende-se que estes elementos configuram-se como algo fundamental para a manutenção dos pilares da hierarquia e disciplina e, fundamentalmente, do caráter unitário e coeso dos exércitos.

A iconografia dos uniformes do Exército Imperial Brasileiro nos revela que praticamente cada uma das províncias brasileiras adotava para si um determinado padrão de uniforme, quebrando o caráter macro da Força e explicitando a forte ligação existente entre as tropas de linha e os poderes locais. Existia, então, o Exército Imperial sergipano, o Exército Imperial bahiano, o pernambucano, o gaúcho, dentre outros, selando um pacto tácito entre o Imperador e as elites locais. Estas mantinham o poder das armas, o que lhes conferia

representatividade política e social, sob a condição de que numa necessidade maior, estas tropas deveriam ser vertidas para a causa da unidade do Império.

Outro dado que nos é bastante revelador diz respeito à formação acadêmica destes oficiais gerais. Dos 46 oficiais analisados por SOUZA (2005), trinta deles nunca freqüentaram instituições superiores de nenhuma natureza, o que comprova que não necessariamente o fato de possuir nível superior era condição básica para integrar a elite da sociedade brasileira do século XIX. Enquanto num nível macroscópico da estrutura, a nobreza da origem portuguesa era valorizada para ocupar os postos de mando, no âmbito das províncias a influência política dos indivíduos constituía-se em condição fundamental para a composição do oficialato.

1.2 – Os oficiais políticos e comandantes do corpo de tropa de primeira linha na Província de Sergipe 1820 - 1850.

No item anterior deste capítulo, foram destacadas as figuras dos oficiais do Exército Brasileiro que, mesmo sem formação acadêmica superior, ocuparam cargos de Presidente de Província e de Comandante das Armas no período compreendido entre os anos de 1820 e 1850. Porém, cumpre destacar que, dentro do espectro analisado dos sergipanos natos que ocuparam postos no Exército Imperial resta-nos a análise de nomes que foram de suma importância para a vida política e intelectual da Província de Sergipe.

Tomando por base exclusivamente¹⁴ os verbetes do dicionário biobibliográfico de Armindo Guaraná, é possível destacar os nomes de alguns militares que ocuparam funções políticas de prestígio, desempenharam funções militares que lhes proporcionaram visibilidade social, ou que estiveram ligados diretamente ao exercício de comando das tropas de 1ª linha¹⁵, do Corpo de Tropa de Linha de Sergipe – (antes de 1822 a 1824), ao 26º Batalhão de Caçadores de Sergipe (1824 – 1831) ou a Companhia de Caçadores de Sergipe (1842 – 1865)

Dentro destes padrões estabelecidos foram encontrados os nomes dos seguintes militares sergipanos cujas trajetórias são reveladoras do repertório intelectual com o qual era formada a *intelligentsia* militar sergipana:

¹⁴ Fui levado a assumir exclusivamente as indicações do Dicionário Bio-bibliográfico de Armindo Guaraná uma vez que alguns dos perfis biográficos deste estudo não desempenharam funções militares e sim políticas, desta forma a possibilidade de reunir outros indícios acerca da atuação destes indivíduos, no espaço de tempo destinado para esta pesquisa, tornou-se remota. Além disso, neste momento considero a intencionalidade do autor do referido dicionário, uma vez que os persigo o entendimento do que viria a ser a elite intelectual de Sergipe. A seleção dos sergipanos ilustres, feita pelo Guaraná (1925), indica-me aqueles indivíduos que eram possuidores da legitimação social da época em que viveram sendo este dado fundamental para o enquadramento destes como intelectuais pertencentes à elite da Província de Sergipe.

¹⁵ Apesar de verificar nas fontes consultadas uma intensa movimentação de tropas pelo interior da Província de Sergipe, estas tropas formavam o que era conhecido na época pela segunda e terceira linha do Exército. Existe farta documentação acerca destes militares no Arquivo Histórico Nacional – Rio de Janeiro. Nesta pesquisa, no entanto, por questões de escolhas metodológicas e possibilidades de exigüidade trabalharei somente com os corpos de tropa da 1ª linha.

QUADRO 07
MILITARES SERGIPANOS QUE NÃO POSSUÍAM FORMAÇÃO ACADÊMICA SUPERIOR

Nome do Militar	Profissão do Pai	Posto que ocupava quando faleceu	Local de Nascimento	Arma, quadro ou Serviço.	Cargos ocupados e funções exercidas .
Antonio José Pereira Guimarães	Não Consta	Excluído do Exército	Japaratuba	Não consta	Advogado, Vereador, Juiz Municipal Suplente, Ajudante de ordem da presidência.
Antonio Moniz de Souza	Comerciante	Não consta	Villa de Campos	Infantaria	Comerciante.
Joaquim Martins Fontes	Não Consta	Capitão – Mor	Itabaianinha	Não consta	Capitão-mor das ordenanças da Villa do Lagarto, comandante superior da comarca de Estância, Membro do Conselho do Governo, Presidente da Câmara municipal, Juiz de órfãos e vice presidente da província 1834 – 1837.
José da Trindade Prado – Barão de Propriá.	Capitão Mor	Coronel com título nobiliárquico de Barão.	Santo Amaro das Brotas	Não consta.	Comandante superior de vários municípios de Sergipe. Membro da diretoria do Imperial Instituto Sergipano de Agricultura e sócio benemérito do Gabinete Literário de Sergipe.
José Zacarias de Carvalho	Capitão	Coronel	Simão Dias	Não consta	Político de grande influência e prestígio. Comandante superior da Guarda Nacional.
Manuel da Silva Rosa Junior	Não Consta	General	Maroim	Infantaria	Senador Federal
Venceslao Freire de Carvalho	Não Consta	Coronel	Lagarto	Infantaria	Comandante de tropas nas campanhas do Uruguai e do Paraguai

Fonte: GUARANÁ, Manuel Armino Cordeiro. *Diccionario bio-bibliográfico sergipano*. Edição do Estado de Sergipe. 1925.

Ao traçarmos uma análise acerca do que viria a ser a intelectualidade militar no século XIX, deparamo-nos com diversos historiadores que vêm enfatizando a formação obtida pelos brasileiros junto às Escolas Militares que funcionaram no Império brasileiro. Em SCHULZ (1994) encontramos a tentativa de demonstrar como o vínculo entre a mudança nos critérios de ascensão na carreira e a escolarização, associada à reforma da Lei de Promoções elaborada pelo General Felizardo em 1850, contribuíram para o esvaziamento dos postos oficiais diretamente nomeados pelo Imperador.

A falta do título gerada pela ausência de estudos superiores não impedia que o oficial ascendesse na carreira e ocupasse diversos postos de direção, e a ausência da formação militar, não necessariamente representava a ausência de formação intelectual. Desta maneira, a verificação das trajetórias dos militares sergipanos que não freqüentaram a Real Academia Militar, revela que todos eles eram detentores de um capital cultural muito acima das possibilidades da massa populacional. Fez cair por terra então, a idéia de que o Exército Brasileiro da primeira metade do século XIX era composto de um contingente de oficiais analfabetos. Esta construção que foi assumida pela historiografia por muito tempo, começou a ser erigida pelos militares que fizeram os estudos superiores na academia e, à medida que começaram a ocupar e estabelecer-se nos corpos de tropa e nas funções políticas e administrativas do Império, buscaram desqualificar os seus antecessores como forma de legitimar-se no campo.

Este tipo de comportamento pode ser perfeitamente explicado através das constatações que ELIAS (2000) apresenta no seu estudo acerca de dois grupos que coexistiam em uma determinada localidade. Um dos grupos, por ser mais antigo na região acreditava ser detentor de um carisma grupal que lhes confere superioridade em relação ao grupo oposto. No caso dos militares do século XIX, o elemento que vai conferir esta sensação de carisma grupal e, em consequência, de superioridade é o fato de que os mesmos foram submetidos a um processo educacional formal que os capacitou para desempenhar funções antes desempenhadas por pessoas que foram apadrinhadas pelo Imperador.

A peça central dessa figuração é um equilíbrio instável de poder, com as tensões que lhes são inerentes. Essa é também a preconditione decisiva de qualquer estigmatização eficaz de um grupo outsider por um grupo estabelecido. Um grupo só pode estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído. Enquanto isso acontece, o estigma de desonra coletiva imputado aos outsiders pode fazer-se prevalecer. O desprezo absoluto e a estigmatização unilateral e irremediável dos outsiders, tal como a estigmatização dos intocáveis pelas castas superiores da Índia ou a dos escravos africanos ou seus descendentes na América, apontam para um equilíbrio de poder muito instável. Afixar o rótulo de “valor humano inferior” a outro grupo é uma das armas usadas pelos grupos superiores nas disputas de poder, como meio de manter sua superioridade social. Nesta situação, o estigma social imposto pelo grupo mais poderoso ao menos poderoso costuma penetrar na auto-imagem deste último e, com isso, enfraquecê-lo e desarmá-lo (ELIAS, SCOTSON, 2000, 23,24).

O golpe final dado aos militares sem formação acadêmica que ingressaram no Exército Imperial através das indicações dos presidentes das províncias foi dado em meados de 1850, quando o então Ministro da Guerra Manuel Felizardo, fez ser aprovada a Lei de Promoções do Exército, estabelecendo critérios para a ascensão aos postos da hierarquia militar.

O desafio então, está em buscar enxergar o grupo dos oficiais sem formação militar através das suas trajetórias, buscando compreender o grau de inserção destes no grupo que compunha a elite intelectual sergipana da primeira metade do século dezenove.

A primeira etapa para o descortinar desta questão reside na tentativa de buscar compreender o conceito de intelectual. Sirinelli (2003) aponta o caráter polimorfo, polifônico e polissêmico deste conceito, ressaltando a imprecisão daí decorrente para se estabelecer critérios de definição da palavra. Segundo sua análise, faz-se necessário defender uma definição de geometria variável, mas baseada em invariantes.

Estas podem desembocar em duas acepções do intelectual, uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os “mediadores” culturais, a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento. No primeiro caso, estão abrangidos tanto o jornalista como o escritor, o professor secundário como o erudito. Nos degraus que levam a esse primeiro conjunto postam-se parte dos estudantes, criadores ou “mediadores” em potencial, e ainda outras categorias de “receptores” da cultura (SIRINELLI, 2003, 242).

É também Sirinelli (2003) quem nos conduz a compreender que as redes de relações são fortes indicadores da inserção dos indivíduos nos grupos das elites ou das não-elites. Os enlaces matrimoniais, os cargos políticos ocupados, a associação em instituições técnico - científicas, ou seja, há uma série de elementos que podem dar subsídios ao pesquisador para que este possa compreender o caráter polimorfo dos grupos intelectuais.

No estudo que procedeu acerca dos perfis de quatrocentos nomes de intelectuais sergipanos do século XIX, SILVA (2004) mostra que comparar quantitativamente gerações só para valorar é deixar de ver que cada uma delas tem suas especificidades e que, cada tempo produz uma determinada geração, inserida num contexto único. Assim, cumpre-nos compreender o grupo de militares sergipanos atrelado a um período no qual as estratégias de sucesso e conseqüentemente de ascensão nos postos do Exército, perpassavam obrigatoriamente pelo cumprimento das exigências que a época via como necessárias. Devemos ter em mente que para a época em questão não havia demérito algum em ter uma carreira militar meteórica pelo ato de atrelá-la a uma brilhante carreira política, pelo contrário, este era o ideal de homem bem sucedido da sociedade imperial brasileira.

Um dos aspectos que logo no decorrer do levantamento das fontes chamou a atenção para a pesquisa foi o fato de que nesta primeira geração de militares sem formação acadêmica superior, os integrantes dos primeiros postos da carreira tinham pouca visibilidade social. Poucas vezes são mencionados os feitos de militares que ocuparam os postos de tenente ou capitão. Normalmente os oficiais que ocupavam destaque nas páginas dos jornais e nos documentos da época, eram aqueles que encontravam-se ocupando altos postos da hierarquia castrense. Atribuo isto a algumas questões naturais.

A primeira das questões é o fato de que na fonte privilegiada por esta pesquisa para a captação dos nomes dos oficiais sem formação acadêmica que estavam integrados à elite, o indivíduo sempre era registrado com o posto que ocupava na ocasião do seu falecimento. Há ainda um agravante, uma leitura ingênua dos perfis biográficos traçados pelo Armindo Guaraná conduz o leitor a uma interpretação equivocada de que o militar em questão sempre ocupou o posto de general ou coronel. Poucas vezes Guaraná apresenta uma cronologia dos fatos atrelada ao posto no qual o militar encontrava-se naquele

momento. Ressalte-se que isto não constitui demérito para a obra do autor em questão, foram opções metodológicas utilizadas pelo mesmo, dada a própria formatação do texto.

Um segundo ponto que considero de relevante importância diz respeito ao fato de que muitos que estavam nos postos iniciais da carreira, estavam ainda atrelados às rotinas da tropa. É freqüente encontrarmos nos relatos de Guaraná que o militar assentou praça num corpo de tropa de linha e, é plausível considerar que este militar deva ter passado algum período acompanhando as atividades militares desta tropa. Desse modo, não estamos afirmando que os indivíduos ligados às atividades da tropa não estivessem inseridos no que denominamos elite intelectual sergipana. O que está posto é que por questões de seleção natural, as fontes da época privilegiaram aqueles que já haviam galgado altas patentes no interior da corporação. Uma análise do quadro 07 nos confirma com clareza estas proposições.

Por fim, não podemos deixar de pontuar que o fato de que se determinado militar atingiu as altas patentes da corporação, significa que o mesmo foi hábil o suficiente para manusear em seu próprio benefício o repertório de idéias e conceitos tidos como válidos pelo conjunto dos membros da elite sergipana. Ter alta patente no Exército Brasileiro da primeira metade do século XIX, digo mais uma vez, era sinônimo de sucesso, e não de demérito.

Tomemos como exemplo para análise o perfil biográfico do militar José da Trindade Prado, Barão de Propriá.

Filho do capitão-mor José da Trindade Pimentel e D. Marianna Francisca de Menezes, nasceu na antiga freguesia de Santo Amaro das Brotas no ano de 1804 e faleceu a 25 de junho de 1875 no engenho de Várzea Grande, hoje usina “Santa Clara”, tendo sido sepultado no cemitério da Capella. Attingia a phase da adolescência, exatamente na época em que o Brasil se preparava para entrar no convívio das nações livres. Arrastado pelos impulsos patrióticos do seu coração, abraçou a causa da santa pátria, disposto a sacrificar-se pela mais nobre aspiração dos seus filhos – a independência de Santa Cruz.

Tendo sido um dos primeiros a apresentar-se na organização do corpo de Voluntários d’Acclamação em Sergipe, foi nomeado pelo General Pedro Labatut Capitão da 3ª Companhia, em atenção a seu zelo e préstimo abonados por sua conduta, probidade e limpeza de mãos, accrescentando a isto o considerável dispêndio de sua algibeira em fornecer á tropa do exército pacificador quartéis e todos os mais utensílios na ocasião de sua marcha pelos limites de Sergipe para os da Bahia. Affeiçãoando-se á vida

militar, assentou praça voluntariamente no extinto batalhão número 26 de caçadores em 29 de janeiro de 1823 no posto de capitão, em comissão mediante o donativo de dois contos de reis em dinheiros entregue á Caixa Militar, confirmado no mesmo por decreto de 4 de agosto de 1825.

Em 15 de fevereiro de 1827 marchou para as campanhas do Sul e de volta a 22 de maio de 1829 continuou a prestar serviços na Côrte e na província, onde além de exercer effectivamente o logar de instrutor geral da G.N, contribuiu para o restabelecimento da ordem e tranquillidade pública, alteradas pela revolução começada em novembro de 1836. Por decreto de 2 de Dezembro de 1839 foi reformado no posto de major.

Regressando a província, dedicou-se á lavoura a ás luctas absorventes da política, assumindo dentro de pouco tempo a posição de chefe de um dos partidos. Na história da imprensa sergipana figura como o introdutor de uma typografia em 1841, na qual se imprimiram, em Laranjeiras os periódicos de feição partidárias sob as denominações – “O Triumpho” (sic) Pedro Segundo”, “Guarani” e “O Telegrapho” (1844 – 1848).

Representante do seu partido na Assembléia Provincial em sete biênios, presidiu por diversas vezes os trabalhos legislativos; e como vice-presidente da província, esteve no governo pela quinta vez sem jámais afastar-se dos seus princípios de moderação e justiça. Espírito pouco iluminado pela luz da sciencia, mas cidadão honrado e de raro senso prático, o seu máximo empenho na administração sempre foi zelar os dinheiros públicos dando-lhes a mais esculpulosos applicação. Mediante a observância deste programma de severa economia, conseguiu accumular nos cofres da Thesouraria regulares reservas para a garantia das necessidades mais urgentes. Coronel, comandante superior de vários municípios do norte de Sergipe, official e commnedador da Ordem Rosa, Cavalheiro e commendador da de Christo, foi por decreto de 14 de março de 1860 agraciado com o título nobiliárquico de Barão de Propriá. Accrescem ao numero dessas honrarias as de membro da Directoria do extinto Imperial Instituto Sergipano de Agricultura e de sócio benemérito do Gabinete Litterário Sergipano, também extinto (GUARANÁ, 1925, 187, 188).

O relato acerca da trajetória política e militar do Barão de Propriá nos revela nuances próprias deste período no que tange ao ingresso e ascensão nos posto da carreira castrense. Inicialmente o primeiro indício digno de registro diz respeito a origem do Barão. Sendo o seu pai capitão-mor do império, sua entrada no Exército poderia ser, conforme os critérios da época, um fato certo. O que mais nos chama a atenção é o fato de que somente a origem “nobre” do Barão não foi suficiente para lhe garantir a promoção ao posto de capitão. Por ocasião da passagem das tropas leais ao Império, o futuro Barão praticamente custeou todas as despesas, inclusive de alojamento. O depósito de dois contos de reis também parece ter sido fundamental para que este conquistasse a patente de capitão. Se formos analisar este fato tendo por base os valores do mérito intelectual, jamais iríamos compreender ou aceitar como legítima a promoção do referido militar.

A ida de José Trindade do Prado para as lutas das campanhas do Sul do Império também foram decisivas para o seu respectivo sucesso. Sobre isto SOUZA (2005) bem pontua, observando que

A instituição do título é expressão da luta da Coroa pelo monopólio das forças militares.[...] Apesar do alvará de 16 de março se dirigir à nobreza, ele também concede o direito ao título aos “filhos fé oficiais militares que tenham ou tivessem pelo menos a patente de sargento-mor pago, ou sendo filhos de mestre de campo dos terços auxiliares ou ordenanças”. Em linguagem moderna, aos filhos de oficiais com a patente mínima de major do Exército ou de coronel das milícias. [...] De ascendência nobre ou não, [...] era integrada por oficiais altamente subordinados à Coroa e dependentes da sua generosidade.[...] Cada promoção vinha acompanhada de outras mercês régias, podendo o oficial ser agraciado até mesmo com um baronato ou outro título de nobreza. Os combates na região sul também criaram oportunidades para vários oficiais nascidos no Brasil darem provas de sua fidelidade à coroa. Alguns deles, integrantes das forças milicianas, por conta do bom desempenho nessas lutas passaram ao Exército, tendo acesso a altas patentes e a títulos nobiliárquicos (SOUZA, 2005, 167).

A atuação do Barão de Propriá, fruto do seu desempenho e lealdade à Coroa, passa a ser quase que integralmente no campo da política. Como justificar que alguém não vinculado à tradição bacharelesca que supostamente dominava a sociedade brasileira, pudesse atingir tão altos cargos políticos? Como não considerar alguém que chefiou um dos partidos políticos sergipanos e implantou a primeira tipografia de Sergipe para dar vazão aos textos de cunho partidários, um membro da elite sergipana? E por fim, mesmo com a declaração do seu biógrafo, de que o Barão de Propriá era pouco afeito às ciências, como encarar a sua vinculação ao Imperial Instituto de Agricultura de Sergipe e ao Gabinete Literário Sergipano, sem considerá-lo como um membro da *intelligentsia* da província de Sergipe?

Muito comum neste período os militares já serem possuidores de atributos técnicos ou intelectuais que não necessariamente tenham sido adquiridos através da educação formal. O caso do militar Antonio Moniz de Souza ilustra de forma plena esta situação. Inicialmente comerciante, decide partir para Portugal para defender a metrópole que estava sob a invasão de Napoleão. No seu regresso, após um naufrágio do navio no qual viajava, deparou-se no convento de Santo Antônio onde recebeu fortes ensinamentos acerca da botânica, através do Frei Mariano da Conceição Veloso. Regressou a Sergipe agregando-se ao Batalhão do Imperador de onde seguiu para a Bahia e Rio de Janeiro. O

interessante disto tudo é o fato de ter o militar, ao longo das suas jornadas, procedido a uma série de observações de caráter naturalista que permitiram que escrevesse diversos textos versando sobre a diversidade natural do Brasil.

Na sua produção intelectual, constam os seguintes trabalhos:

- **Viagem e observações de um brasileiro**, que, desejando ser útil á sua pátria, se dedicou a estudar os usos e costumes de seus Patrícios, e os três reinos da natureza, em vários logares e sertões do Brasil; offerecidas á nação brasileira. Tomo primeiro. Rio de Janeiro 1834, 218 págs. In. 8º pg. Typ. Americana de I. P. da Costa.

- **Máximas e pensamentos praticados por Antonio Moniz de Souza**, o homem da Natureza em suas viagens pelos sertões do Brasil desde 1812 até 1840. Publicados por um amigo. Nictheroy, 1843, 56 pags. In. 12º Typographia Nictheroyense.

- **Descobertas curiosas, que nos Reinos Vegetal, Animal e Mineral**, por sítios e sertões de várias das Brasíliaas Províncias, Bahia, Sergipe e Alagoas, fez o capitão Antonio Moniz de Souza e Oliveira. Offerecida em 1846 ao Instituto Histórico Geográfico e Ethnographico do Brazil pelo coronel Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva.

- **Tratamento da morphéa pela casca da raiz da sucupira**. No “Correio Sergipense” de 08 de agosto de 1885.

Em partes da descrição de Guaraná acerca do Capitão Antonio Moniz de Souza, são destacadas as contribuições deste militar para com o desenvolvimento da medicina e das ciências naturais.

Espírito emancipado dos prejuízos realistas, Moniz de Souza, na sua linguagem despretenciosa e não raras vezes incorreta, falando ou escrevendo, não sabia recuar diante do onnipotente autoritarismo daquelles tempos, quando nos seus conceitos pessimistas contra os actos da administração pública, julgava dever attingir a pessoa inviolável do imperante, a quem com a maior sobranceira e firme desassombro increpava por não promover o progresso do paiz e a felicidade dos brasileiros.[...] Verdadeiro apóstolo da civilisação e da sciencia. Moniz de Souza [...] obedecia ao seu gênio indagador e analysta, estudando muitos vegetais cujas virtudes até então desconhecidas vieram a enriquecer a medicina brasileira. Os seus estudos foram além, abrangendo um campo mais vasto de suas experiências e descobertas em

mineralogia e zoologia, de que fez preciosas collecções offerecidas depois ao Museu Nacional (GUARANA, 1925, 29).

No entanto, o carácter bacharelesco com o qual estavam impregnados os valores do autor do dicionário fazem com que seu biógrafo elabore o seguinte comentário acerca da formação do Moniz de Souza:

Pena é que tão privilegiado talento não houvesse recebido a necessária educação científica para que pudesse ter sido tão grande notabilidade nas sciencias naturaes, quanto foi Tobias nos domínios da Filosofia e do Direito (GUARANA, 1925, 29).

O Capitão Moniz de Souza não se enquadra no perfil aristocrático que o Exército Imperial costumava agraciar com títulos e promoções. Mas ainda assim, sua fidelidade à Coroa e, conseqüentemente à causa portuguesa, renderam-lhe promoções até o posto de capitão. Certamente a abrupta estacionada neste posto deve-se ao fato de que o militar em questão não enveredou pela carreira política. De uma forma ou de outra, jamais poderíamos compreender a atuação de Moniz de Souza diferentemente da atuação dos intelectuais do período.

Antonio José Pereira Guimarães foi também possuidor de um dos perfis de militares sem formação superior que nos serve de forma exemplar para compreender as tendências e as práticas intelectuais do primeiro quartel do século dezenove. Este militar assentou praça no 26º Batalhão de Caçadores, já como cadete, e após ser promovido a alferes seguiu junto com o batalhão para as campanhas do Sul do Brasil. Depois de comandar o destacamento da Polícia criado em Propriá, exonerou-se do Exército para fixar residência naquele município. Daí por diante exerceu, como prático a carreira da advocacia, chegando a ser promotor público da comarca de Villa Nova e exator e coletor da Capella.

Demonstrava interesse pelas questões literárias e, um dos seus poemas, escrito por ocasião da morte da sua primeira esposa, mereceu a atenção do seu biógrafo, que o publicou no seu dicionário biobibliográfico:

*Roxa flôr, triste saudade
Triste emblema da afflicção
E's retrato de minha alma
Cópia do meu coração*

*Triste qual minha ventura
Roxa qual meu coração
Mudamente, flôr mimosa,
Exprimis minha paixão.*

Sendo encarregado pelo Presidente da Província, o Dr. Manuel Cunha Galvão, de estudar a História de Propriá, desempenhou-se dessa comissão escrevendo o texto intitulado – Memória sobre a villa de Propriá desde a sua origem até hoje (1859).

Importa que compreendamos que o ingresso nas fileiras do Exército era, por si só, um fator de gozo de determinado prestígio social ou de ligação com as elites locais. Como foi explicitado no primeiro tópico deste capítulo, quem decidia a indicação dos nomes para o ingresso e a promoção dos oficiais do Exército era o Presidente da Província, sendo muitas vezes diretamente influenciado pelo Comandante das Armas.

O fato de ter ingressado nas fileiras da tropa de linha concedia visibilidade suficiente para que o oficial pudesse buscar inserção no mundo político, seja no cenário provincial, seja no cenário nacional. Assim, entendemos que ser oficial do Exército Imperial brasileiro exigia do pretendente um repertório básico e uma rede de relações muito bem definida, sendo reservado para estes indivíduos postos de comando e cargos políticos de grande importância no contexto do período analisado.

A falsa impressão que se criou acerca dos militares que não fizeram cursos superiores nas academias criadas para tal, como uma massa ignorante e que via no Exército uma possibilidade de acomodar-se na burocracia, transformando-se em parasitas do sistema deve ser imediatamente revista. Estes militares faziam parte da figuração que era fomentada pelo próprio Império e que necessitava desta ordem para manter-se como tal.

Classificar a Província de Sergipe nos seus primeiros anos como terra desprovida de capital intelectual, significa incorrer em forte equívoco, deixando de contemplar nuances específicas do período e a própria dinâmica da organização das elites sergipanas.

O problema que requer maior atenção nesse debate diz respeito ao conjunto de representações sobre a História do Brasil, disseminado a partir do movimento republicano. Dentre as idéias difundidas está presente uma quase consensual certeza de que as práticas científicas brasileiras são obras exclusivas do republicanismo, desfocando assim as discussões a respeito deste problema. É evidente o fato que o Estado republicano efetuou transformações no discurso a respeito da ciência. Porém não se pode afirmar que tais preocupações e concepções eram novas na sociedade brasileira. As alterações no discurso acerca da pesquisa científica e tecnológica durante a Primeira República, além da busca da legitimação política do regime, são reveladoras do modo como os campos acadêmicos buscavam legitimar-se sob a condição de serem conhecimentos científicos suficientes para a solução dos problemas da vida brasileira (NASCIMENTO, 2005, 8).

O que podemos perceber após a análise sumária destes perfis biográficos é que os militares eram detentores de um repertório adquirido fora dos muros das escolas militares, e que permitiam que eles fossem compreendidos pela sociedade da época como integrantes da *intelligentsia* sergipana. Desta forma, esta pesquisa alinha-se com outras pesquisas historiográficas que percebem que a *intelligentsia* sergipana não era composta somente por intelectuais portadores de diplomas de formação superior, e sim de intergrupos de formações diversas, que se articulavam entre si originando o que chamamos de elite intelectual.

1.3 – Educar o militar e educar o Cidadão: a tentativa de implantação do Método lancasteriano na Província de Sergipe através dos Militares.

Através do Decreto Imperial de 09 de Abril de 1823, o Imperador do Brasil implanta oficialmente o método lancasteriano como forma de difundir em todas as Províncias do território a instrução elementar, não somente para os militares, mas para todos os súditos do reino que quisessem “aproveitar-se de tão vantajoso estabelecimento”.

O Exército Imperial, que ora iniciava uma fase de modernização do seu material e corpos de tropa, ainda acumulava em suas linhas um número bastante razoável de militares analfabetos. Um dos motivos que justificam as taxas tão altas de analfabetismo nos corpos de tropa era o modelo de recrutamento adotado nas províncias do Império. Através dos seus recrutadores, o Exército impunha à população brasileira uma verdadeira caçada humana em busca de capital humano para o preenchimento das vagas nas diversas unidades de primeira, segunda e terceira linhas. Desta forma, algumas comarcas chegavam a organizar festas públicas para reunir o máximo de pessoas recrutáveis possíveis no mesmo ambiente e proceder às capturas.



Figura 5 – Decreto do Império oficializando a oferta do Ensino Mútuo no Brasil. Fonte: Arquivo Nacional, Série Guerra IG³ 23 (1823–1827) – Documentos de Sergipe – Ensino mútuo.

O sistema de recrutamento forçado era muito pouco seletivo no que diz respeito à instrução que o cidadão dispunha, e se considerarmos que normalmente o cidadão instruído ingressava nas fileiras do Exército pelas vias do oficialato, restavam somente os completamente sem instrução para servirem como soldados nos quartéis.

O recrutamento forçado era ainda o principal artifício para preencher as linhas do Exército. A caçada humana do recrutamento tinha o efeito de uma praga: vilas e cidades são abandonadas, os moços fogem, agricultura e indústria são prejudicadas. Põe-se em movimento no recrutamento forçado um jogo de gato-e-rato: os recrutadores usam de todos os expedientes e ardis para completar suas cotas, e os recrutáveis potenciais, de sua parte, realizam esforços desesperados de evasão ou adequação às circunstâncias de isenção. Fuga, automutilação, resistência armada, falsificação de documentos, casamentos de última hora, tudo servirá na profusão de estratégias de evasão dos recrutáveis. Quanto maiores as dificuldades de completar os efetivos, menor consideração se espera dos recrutadores para com as isenções legalmente estabelecidas (MENDES, 2005, 125).

Assim o intuito do Imperador para com o Método Mútuo era de poder oferecer educação elementar aos soldados e oficiais inferiores (sargentos), como forma de possibilitar que estes pudessem acompanhar a evolução do material bélico e das táticas militares modernas. Mas a grande vantagem do novo método era o de possibilitar que os súditos civis pudessem desfrutar conjuntamente com os militares, os benefícios da educação elementar, uma vez que a proposta basilar lancasteriana era a de prover muita instrução, a muita gente, em um curto espaço de tempo, o que representaria uma grande economia para os cofres públicos e um decréscimo nas pressões sociais no que diz respeito a oferta de educação para a população.

Isto justifica então o fato de que a primeira iniciativa oficial de implantação do método lancasteriano no Brasil, no ano de 1823, tenha ficado a cargo da Repartição dos Negócios da Guerra. Os presidentes de província ficaram com a incumbência de indicar para o Ministério da Guerra um ou dois militares para seguirem para o Rio de Janeiro aprender o novo método e empregarem nas suas respectivas unidades militares.

De acordo com os registros numéricos da Repartição dos Negócios da Guerra, a Província de Sergipe enviou dois militares ao Rio de Janeiro para serem capacitados a difundir método, contudo, os mesmos registros indicam que somente um dos militares

concluiu o curso com aproveitamento, o outro militar foi desligado do curso e remetido de volta para a unidade militar de origem pelo motivo de mau comportamento.

Os indícios nos levam a crer que o método lancasteriano não foi ofertado, em Sergipe, para militares e civis conjuntamente. Diferentemente de outras províncias que abriram vagas para o público civil, na província sergipana, o modelo que foi implantado pelos militares foi o de escola regimental, atendendo exclusivamente o pessoal interno. Esta formatação de ensino destinava-se especificamente aos corpos de soldados e oficiais inferiores, compreendendo a Leitura, Caligrafia, Aritmética, Geografia a duas dimensões e o Desenho linear. Com isso, buscava-se dar maior consistência ao ensino de primeiras letras nos batalhões do Exército.

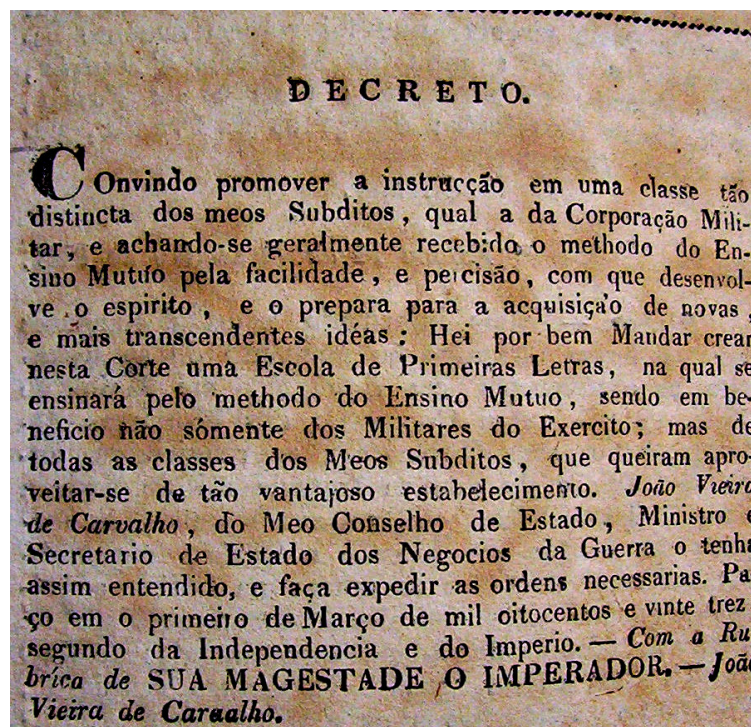


Figura 6 – Fragmento em detalhe do Decreto Imperial. Fonte: Arquivo Nacional, Série Guerra IG³ 23 (1823–1827) – Documentos de Sergipe – Ensino mútuo.

Na análise de Alves (2002), fosse pela premência de qualificar seus quadros para que pudessem incorporar-se ao movimento geral de modernização dos exércitos, fosse pelo objetivo de formar cidadãos afinados com a idéia de nação necessária ao

fortalecimento da corporação, a oficialidade empreendeu um conjunto expressivo de ações, visando ampliar o domínio das chamadas primeiras letras.

Durante a pesquisa de campo realizada no Arquivo Nacional foram encontradas, no Fundo Guerra, diversas apostilas tipografadas que eram utilizadas para o ensino da Gramática através do método de Lancaster.

No que tange o ensino desta disciplina, o material demonstra a necessidade do domínio das regras gramaticais do idioma como forma de bem escrever e bem falar a Língua Portuguesa. Lembremo-nos que a questão do idioma era tratado como ponto nevrálgico para a unidade do Império desde o século XVIII com a proibição pombalina do uso do idioma geral.

A crença da possibilidade e existência da pureza lingüística do idioma como elemento indispensável para a salvaguarda da unidade territorial brasileira é uma idéia que remonta a antiguidade clássica, através dos gregos. Os generais gregos diante da pulverização política das Cidades – Estado, faziam circular por todos os domínios gregos que enquanto aquele povo tivesse o mesmo sangue e falasse a mesma língua, jamais seria derrotados por povos invasores.

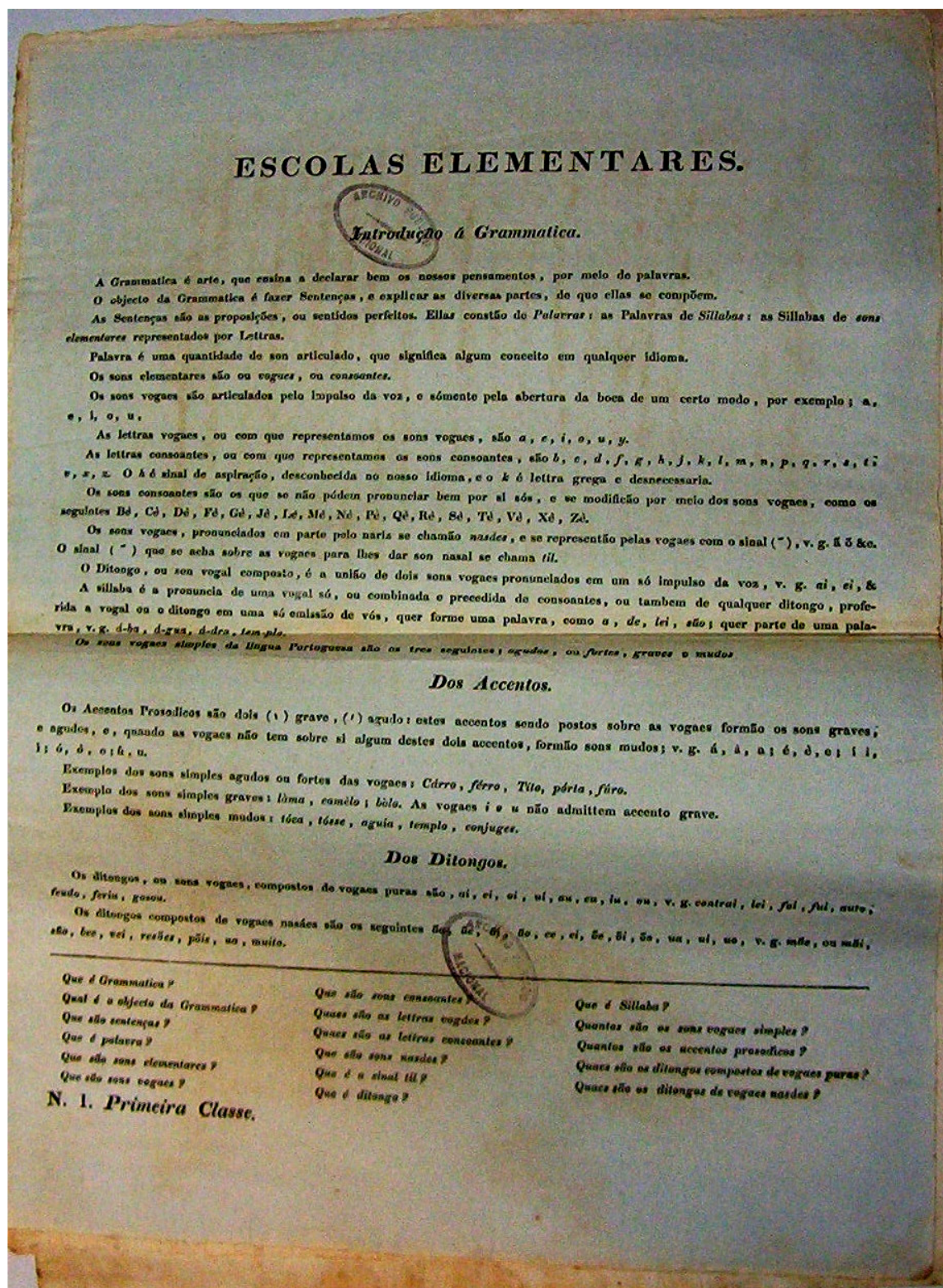


Figura 7 – Apostila da disciplina Gramática utilizada para educar os oficiais inferiores (Sargentos) e os soldados sergipanos. Fonte: Arquivo Nacional, Série Guerra IG³ 23 (1823–1827) – Documentos de Sergipe – Ensino mútuo.

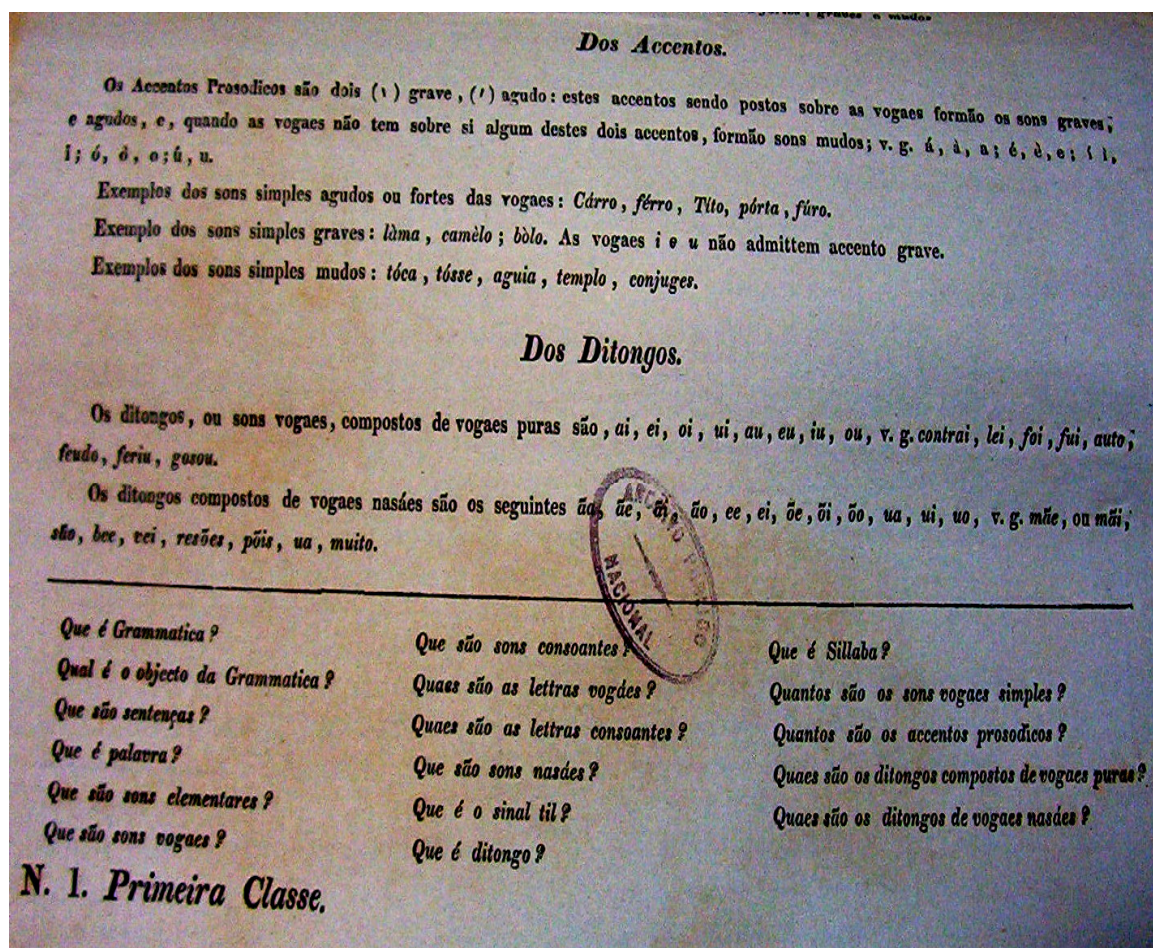


Figura 8 – Fragmento em detalhe da apostila do método Lancasteriano. Fonte: Arquivo Nacional, Série Guerra IG³ 23 (1823–1827) – Documentos de Sergipe – Ensino mútuo.

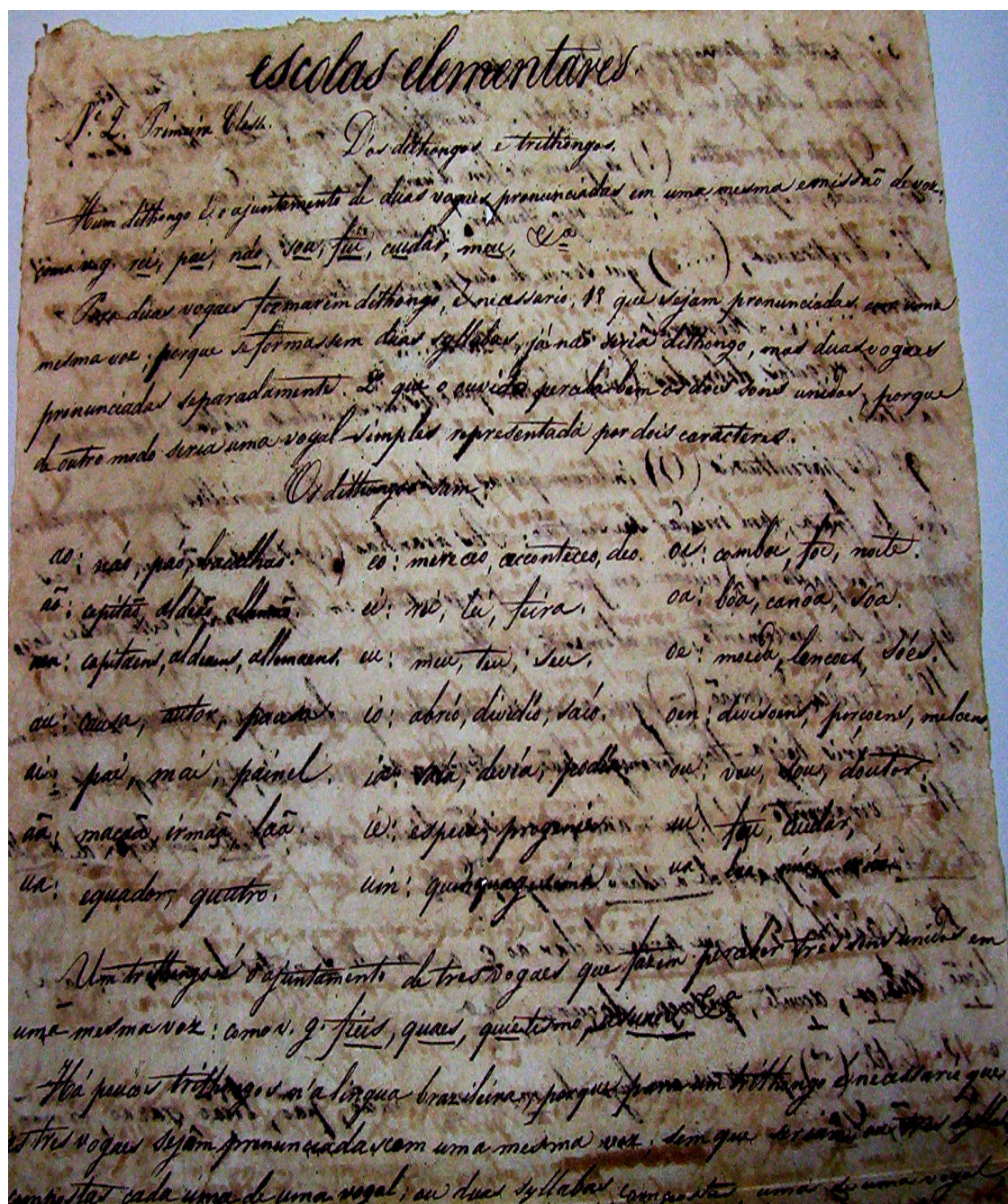


Figura 9 – Reprodução manuscrita da apostila do método lancasteriano. Fonte: Arquivo Nacional, Série Guerra IG³ 23 (1823–1827) – Documentos de Sergipe – Ensino mútuo.



Figura 10 – Fragmento em detalhe do manuscrito da apostila do método lancasteriano. Fonte: Arquivo Nacional, Série Guerra IG³ 23 (1823–1827) – Documentos de Sergipe – Ensino mútuo.

As apostilas seguiam a uma ordem básica de exposição do conteúdo a ser explorado. Inicialmente os conceitos eram apresentados e exemplificados e, logo em seguida, uma bateria de exercícios de verificação de aprendizagem era aplicado aos alunos. Muitas vezes, a escassez de materiais obrigava que o instrutor da disciplina reproduzisse à mão o seu conteúdo.

Os oficiais que serviam nas unidades dos corpos de tropa de linha realizavam um verdadeiro processo de refinamento civilizatório. Através do método mútuo ensinavam às praças lotadas em suas unidades ao menos a possibilidade de ler, escrever e contar. Além disso, os mais básicos hábitos de convivência social eram ensinados para uma parcela da sociedade sergipana recrutada, dentro dos quartéis. O uso do garfo e faca, maneiras à mesa, o controle dos sons naturais do corpo, o trato para com os superiores, além de diversas práticas de manutenção da higiene pessoal e das instalações aquarteladas.

O conceito de civilização refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível de tecnologia, ao tipo de maneira, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, idéias religiosas e costumes. Pode se referir

ao tipo de habitações ou à maneira como homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo sistema judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos. Rigorosamente falando, nada há que não possa ser feito de forma “civilizada” ou “incivilizada” (ELIAS, 1994, 23).

Em todas as sociedades o homem passa por um processo civilizador individual que é função do processo civilizador social. As práticas educacionais, portanto são fundamentalmente práticas civilizatórias. Práticas que abrangem os âmbitos político, econômico, religioso, técnico, moral e social. A civilização diz respeito a um processo, ao seu resultado. Enfatiza as regularidades, o que é comum a todos os homens (NASCIMENTO, 2005, 208,209).

Estas práticas civilizatórias executadas no interior dos aquartelamentos, muitas vezes não eram bem recebidas pelos soldados e oficiais inferiores que ofereciam diversos tipos de resistência, inclusive à própria ordem disciplinar da caserna.

O que ocorria, na verdade, é que uma das mais importantes peças do equilíbrio político das províncias no período imperial, o Juiz de Paz¹⁶, acabava por ter em mãos os poderes policiais e de recrutamento. Desta forma os indivíduos de personalidade turbulenta, poderiam ter seus ânimos acalmados pela possível ameaça de recrutamento. Uma vez que os Juízes de Paz conheciam em profundidade os assuntos da comarca as quais estavam ligados, e isto incluía conhecer as qualidades morais dos habitantes e das redes de relações às quais estes habitantes estavam ligados os recrutadores recorriam sempre às indicações destes juízes como forma de executar uma “limpeza” de vadios, ladrões e pessoas desprovidas de apadrinhamento. Assim, eram alvos prediletos da vigilância dos Juízes de Paz: negros livres, viajantes, ciganos, perturbadores da ordem pública e estrangeiros.

¹⁶ A melhor definição teórica acerca do papel dos Juízes de Paz pode ser encontrada em Vieira (2002). “Ao lado dos Juizes de Direito havia os Juízes de Paz no Brasil, eleitos com os vereadores municipais, e aos quais se atribuía uma função conciliatória, com as partes antes da demanda, “ por todos os meios pacíficos que estivessem ao seu alcance” como preliminar obrigatória para o ingresso no Juízo contencioso. [...] Assim, ao lado da preservação dos princípios liberais e do autoritarismo estatal, surgia o princípio da conciliação, primeiro passo para vigorar, em toda a sua plenitude, a Justiça de Paz, cuja denominação, por si só, deixa bem explícita a importância da sua finalidade: distribuir a paz, a união, a harmonia,[...] a justiça desprovida das longas formalidades judiciárias”.

Na Província de Sergipe, observou-se que a prática destes Juízes obedecia a uma dinâmica um pouco diferente da teoria para a qual foi criada a função. Os Juízes de Paz, por serem detentores do poder da justiça e da força, através do comando da Guarda Nacional acabavam desempenhando um papel de vigilância policial, julgamento e executor das penas, uma vez que determinava quem deveria ser capturado pelos recrutadores para cumprir o serviço militar obrigatório. Como a sua função era eletiva, a parcialidade e a troca de favores políticos foram marcas registradas dos que desempenharam esta função em Sergipe.

Assim, as práticas civilizatórias das quais nos referimos acima são também, em grande medida, práticas de vigilância e de formação de corpos dóceis, o exército transformava-se também em casa de correção e as tentativas de fuga e deserção eram constantes.

É em Foucault que encontramos uma análise depurada acerca dos procedimentos adotados pelos Estados como forma de controlar o corpo através da sua domesticação.

Estes métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõe uma relação de docilidade – utilidade, são o que podemos chamar de disciplina. Muitos processos disciplinares existiam há muito tempo: nos conventos, nos exércitos, nas oficinas também. Mas as disciplinas se tornaram no decorrer dos séculos XVII e XVIII fórmulas gerais de dominação [...] O corpo humano entra em uma maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma anatomia política, que é também igualmente uma mecânica do poder, que está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que se operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos dóceis. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência) FOUCAULT, 1987, 118,119).

Esta domesticação dos soldados deveria ser feita através de um cerrado controle das atividades desenvolvidas na rotina do militar como forma de não permitir brechas para as fugas e a ociosidade. Neste sentido, a utilização do método lancasteriano nos quartéis visava, além de fornecer a educação elementar aos soldados aquartelados, promover uma ocupação do tempo e adoçar os corpos para a irrestrita obediência à hierarquia do Exército.

Cumpramos então que destaquemos que tais iniciativas civilizatórias foram executadas no âmbito das províncias pelos militares integrantes dos corpos de tropa de linha do Exército Imperial. Não podemos então legar somente aos militares que possuíam visibilidade política o status de integrantes das elites intelectuais. Ressalte-se que o desafio de implantar um método de ensino considerado revolucionário e moderno, necessitava de pessoal que possuisse um mínimo de qualificação intelectual, sendo, na visão do próprio Imperador, o Exército a única instituição com presença nacional suficiente e pessoal qualificado para a implantação do referido método.

O sucesso ou não da implantação do método em algumas províncias pode ser atribuído à implantação simultânea do método, através de professores civis que arregimentaram para suas escolas grande parte da população. Há ainda o fato de que em comunidades muito pequenas, matricular-se em uma das escolas de ensino mútuo era quase sinônimo de recrutamento voluntário, idéia extremamente desagradável para os jovens da época.

CAPÍTULO II

A HIGIENE, A FÉ E A CONSTRUÇÃO DA MODERNIDADE NA PROVÍNCIA DE SERGIPE: A MEDICINA, O CATOLICISMO E A ENGENHARIA MILITAR A SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO.

2.1 - Os médicos e os padres na composição da oficialidade militar em Sergipe: a escrita de manuais, a propagação da fé cristã e a implementação das práticas higienistas no Exército.

De acordo com GONDRA (2004), em até meados de 1808, no Brasil, os cuidados com a saúde e as estratégias de cura eram atividades partilhadas por diversos sujeitos que, ao longo dos anos foram ocupando-se das diversas artes de conhecimento médico disponível no início do século XIX. Eram físicos, cirurgiões, feitiçeiros e curiosos que dispunham de um repertório de práticas que aliviavam e tratavam, de maneira muito empírica, as enfermidades da população brasileira. Estes sujeitos possuíam uma legitimação tácita de um saber adquirido por meio da pura observação, das tentativas de cura e de alguns poucos exames que os habilitavam a exercer as práticas médicas.

QUADRO 08
ATIVISTAS DA MEDICINA E SUAS ATIVIDADES

Ativistas da medicina	Atividades
Físicos ou licenciados	Médicos da época que ocuparam os cargos de físicos da Coroa, do Senado, da Câmara, do Partido e da Tropa.
Cirurgiões – barbeiros ou cirurgiões – aprovados ou cirurgiões examinados	Deveriam exercer unicamente a cirurgia, no entanto praticavam toda a medicina, dada a escassez dos físicos.
Aprendizes de barbeiros e cirurgiões – barbeiros	Praticavam toda a medicina em função da inexistência de profissionais habilitados
Barbeiros	Submetiam-se a exames para atos de sangria, sarjação, aplicação de ventosas e arrancamento dos dentes. Arvoravam-se em médicos quando podiam.
Boticários e seus aprendizes	Praticavam a medicina em função da inexistência de profissionais habilitados

Fonte: GONDRA, José Gonçalves. *Artes de Civilizar: Medicina, Higiene e Educação escolar na Corte Imperial*.

Com a criação das escolas de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, o campo médico passa a ser ditado por uma nova ordem: as certezas legitimadoras fornecidas pela ciência. Os bacharéis em Medicina e Direito passam a apresentar-se para a sociedade como os únicos autorizados a transitar pelas Leis e pela saúde individual e coletiva. Este processo conduz todos aqueles desprovidos desta legitimação acadêmica ao charlatanismo e ao exercício ilegal da profissão.

Assim, fundamentado nas operações de ordenar, prescrever, certificar, avaliar, prometer e ameaçar, um conceito foi sendo construído de modo que a medicina pudesse se apresentar como legítima ciência no processo de regramento da vida individual e do ordenamento social. Constituída nestes termos, passou a exigir para si uma autoridade e poder até então só experimentado pelo discurso de matriz religiosa, o que não implica e não nos autoriza a falar de uma renúncia do modelo religioso. Pelo contrário, trata-se de adotar o modelo da religião, revestindo-o com os elementos da ciência, mantendo-se conservado o lugar de quem analisa, avalia, julga, prescreve e ameaça. Foi, pois, esta concepção de medicina que se tornou preponderante ao longo do século XIX, tempo em que, não e demais recordar, estavam sendo inauguradas no Brasil as primeiras instituições oficiais voltadas para a formação oficial e profissionalizada do médico. (GONDRA, 2004, 43)

Os médicos adquiriam, no bojo da sua formação, não somente a perspectiva da cura, mas também a responsabilidade de civilizar, atentando para a saúde pública e disseminando práticas higienistas que fossem capazes de conduzir a sociedade brasileira ao status de civilização. Todo este discurso de ciência, Medicina e civilização era parte de um projeto de conquista do campo médico retirando daqueles que não possuíam o saber acadêmico toda e qualquer possibilidade de exercício daquele ofício.

A arte da Medicina sempre esteve relacionada aos exércitos, e certamente que, no Brasil, à medida em que o Exército Imperial estruturava-se na condição de uma organização moderna, com seus oficiais sendo formados por academias militares, e perdendo cada vez mais o seu caráter local, os médicos vão reivindicar para si o lugar que lhes é devido dentro da força. Por serem possuidores de formação superior, estes médicos, que originalmente não estavam atrelados aos postos hierárquicos do Exército, vão aos poucos dando forma ao que ficou conhecido pelo nome de Corpo de Saúde do Exército. De acordo com a curta narrativa de SANTOS FILHO (1991), antes dos médicos formados nas academias, os corpos de tropa agregavam cirurgiões para que estes fossem os responsáveis pela manutenção da saúde e higiene dos homens.

Neste primeiro período que vai até 1808, não existia corpo de saúde nos exércitos lusos – e o do Brasil foi criado somente em 1849 – mais havia os cirurgiões agregados às tropas, e os que serviam juntamente com os físicos, nos hospitais e enfermarias militares.[...] Todos os Regimentos, todos os agrupamentos das tropas de linha[...] possuíam um cirurgião-mor, também chamado de primeiro-cirurgião. Havia ainda um “segundo” dito, ou “cirurgião-ajudante”, de acordo com a importância numérica do corpo de soldados. Assim, os regimentos e batalhões, aquartelados na capital e nas principais cidades e vilas das capitanias, constavam geralmente com o primeiro e segundo cirurgiões, ao passo que os destacamentos alojados nos postos fronteiriços ou em posições estratégicas do litoral e do interior – destinados à defesa contra a pirataria, contra as invasões estrangeiras e à contenção do policiamento das tribos indígenas – tinham apenas um. (SANTOS FILHO, 1991, 297)

Com a criação do Corpo de Saúde do Exército, fez-se necessário permitir que estes profissionais ascendessem na carreira militar atingindo os postos de oficial superior até a patente de major. Em Sergipe, apesar da grande rotatividade destes profissionais na Província, alguns sergipanos destacaram-se pela implementação de práticas higienistas pensadas para o Exército, mas que acabavam intencionalmente difundindo-se por toda a população da província.

A análise dos almanaques dos oficiais do Exército é reveladora de uma boa quantidade de militares que exerceram a atividade da Medicina em Sergipe. Estas fontes, entretanto, não nos permitem identificar a naturalidade do médico militar, centrando a nossa discussão em cima daqueles que foram citados pelo Armindo Guaraná. No entanto, apresentamos um quadro demonstrativo no qual são apresentados os nomes dos médicos militares em Sergipe e os respectivos postos nos quais aqui serviram.

Mesmo localizando somente um médico militar seguramente sergipano, podemos afirmar que esta categoria profissional tem uma excelente valorização dentro da força, uma vez que o próprio Almanaque do Exército dispõe seus quadros em ordem hierárquica de precedência, ou seja, inicialmente os oficiais gerais, após isso os militares que ocupam funções administrativas no âmbito das províncias, após isto aparecem os militares do quadro de engenharia, seguidos pelos do Estado Maior de 1ª e 2ª classes, imediatamente após, antes mesmo dos militares de infantaria e cavalaria, oficiais honorários e reformados, aparecem os integrantes do Corpo de Saúde de Exército.

QUADRO 09
MÉDICOS MILITARES QUE SERVIRAM NA PROVÍNCIA DE SERGIPE (1860 - 1889)

Nome	Função	Posto	Naturalidade
Francisco de Paula Freire	1º Cirurgião	Major	Sergipe¹⁷
Jayme Álvares Guimarães	1º Cirurgião	Capitão	-
Manoel Ignácio de Vasconcellos	2º Cirurgião	1º Tenente	-
José Antônio da Silva Marques	1º Cirurgião	Capitão	-
Augusto José de Lemos	2º Cirurgião	1º Tenente	-
José João de Araújo Lima	-	Capitão reformado	-
Salustiano José Pedrosa	2º Cirurgião	1º Tenente	-
Ascendino Ângelo dos Reis	2º Cirurgião	1º Tenente	-
Laurentino Argio de Azambuja	2º Cirurgião	-	-
Álvaro Telles de Menezes	2º Cirurgião	-	-
João Alexandre Seixas	2º Cirurgião	-	-
Joaquim José da Silva Sardinha	2º Cirurgião	-	-
João Antônio da Silva Marques	1º Cirurgião	-	-
José Marques da Silva Bastos	1º Cirurgião	-	-
Euclides Alves Requião	2º Cirurgião	-	-
José Francisco da Silva Mello	2º Cirurgião	-	-

A precípua função destes militares contemplava a implantação das práticas higienistas dentro dos quartéis, o controle de moléstias, principalmente as de caráter contagioso e a seleção para o serviço militar obrigatório. Todas estas atividades eram estipuladas por manuais elaborados por médicos militares no âmbito do Império e que visavam minimizar as quantidades de militares baixados às enfermarias, bem como os alistamentos de indivíduos portadores de moléstias que pudessem comprometer as atividades militares do grupo.

Um destes manuais que circularam pelo Império e que foi utilizado exaustivamente pelos médicos militares em Sergipe intitulava-se “Da Hygiene Militar” de autoria do

¹⁷ De todos os nomes elencados na tabela 09, o único médico militar que seguramente é natural da Província de Sergipe é o Drº Francisco de Paula Freire, cruzando os dados obtidos nos almanaques do Exército e do dicionário biobibliográfico de Armino Guaráná, percebe-se que poucos sergipanos médicos, considerados ilustres por Guaráná, decidiram abraçar a carreira das Armas.

médico José Muniz Cordeiro Gitahy. No seu índice estavam contidos os assuntos que poderiam ser consultados para solução de problemas que envolvessem higiene dentro e fora dos quartéis, principalmente no que dizia respeito ao recrutamento dos contingentes.

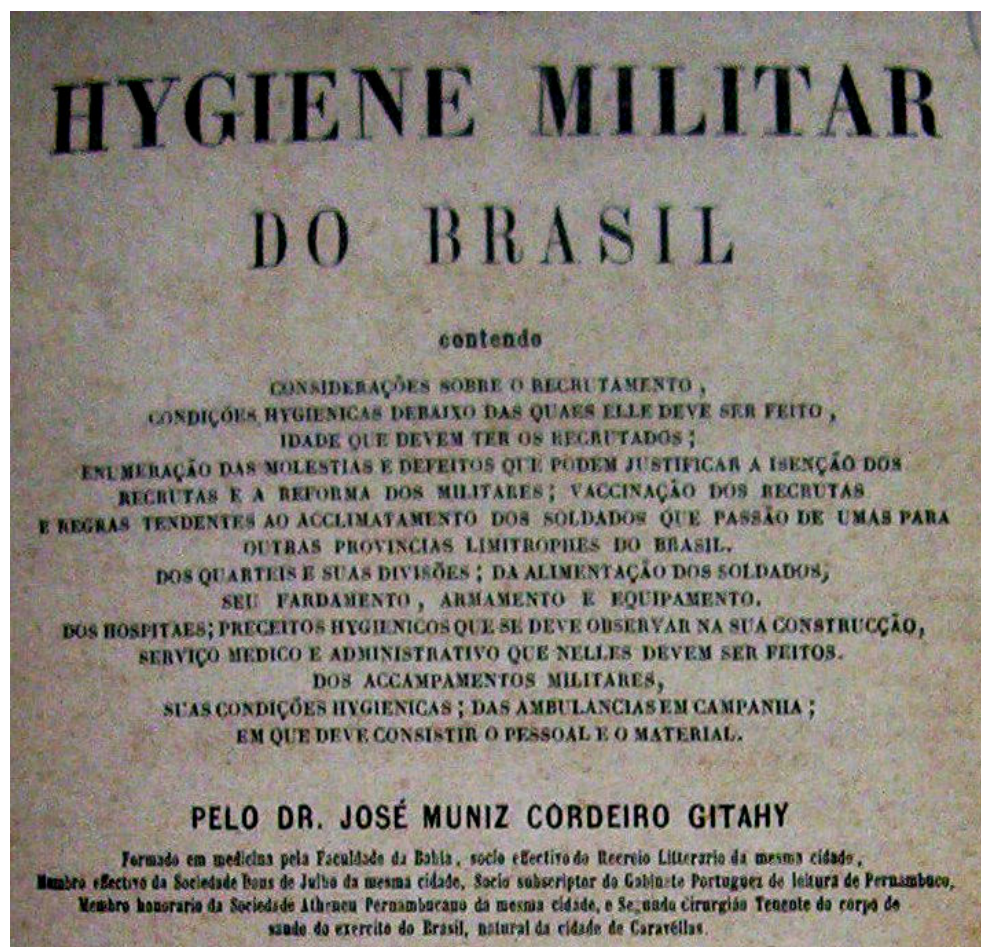


Figura 11 – Capa do Manual de Higiene Militar do Brasil Fonte: Real Gabinete Português de Leitura.

No prefácio da sua obra, o Drº Gitahy exalta o Exército Brasileiro, que em busca da modernidade que se impõe aos exércitos nacionais cria um corpo especial de médicos a quem delega a responsabilidade de conduzir a tropa rumo ao status de civilização. O autor nos indica que além desta obra, têm sido publicadas em todas as províncias do Império coleções de regras tendentes ao estado sanitário das tropas, baseadas em concepções científicas que norteiam a questão da saúde sanitária dos corpos de tropa. Na introdução da sua obra, o médico segue exaltando a todos aqueles que dedicam suas vidas a arte de curar, conduzindo ao argumento de que sem a medicina científica, não há civilização.

A hygiene, ou antes a civilização de que ella é uma face, se funda sobre o principio da perfectibilidade physica e moral do homem, e se resume em duas palavras – moralidade e commodo.

Sendo o fim principal da medicina conservar a saúde, é evidente a importância do estudo da hygiene, este ramo precioso das sciencias médicas, e de que se tem merecido a mais accurada applicação de todos os homens d'arte.

Quando o estado de soffrimento do corpo vem impedir que a alma goze os bens, que lhes são oferecidos, nada a pode satisfazer; sendo, portanto, a saúde de alguma sorte, tão preciosa como a vida, porque viver não é gozar da existência, mas sim gozar da saúde. – *Mens sana in corpore sano*.

E o médico tem a mais restrita obrigação de indicar os meios mais adequados a manter a organização humana no seu estado de saúde; porque elle deve possuir-se deste sentimento sublime [...] elle é revestido de um sacerdócio, [...] médico e sabedoria são inseparáveis.

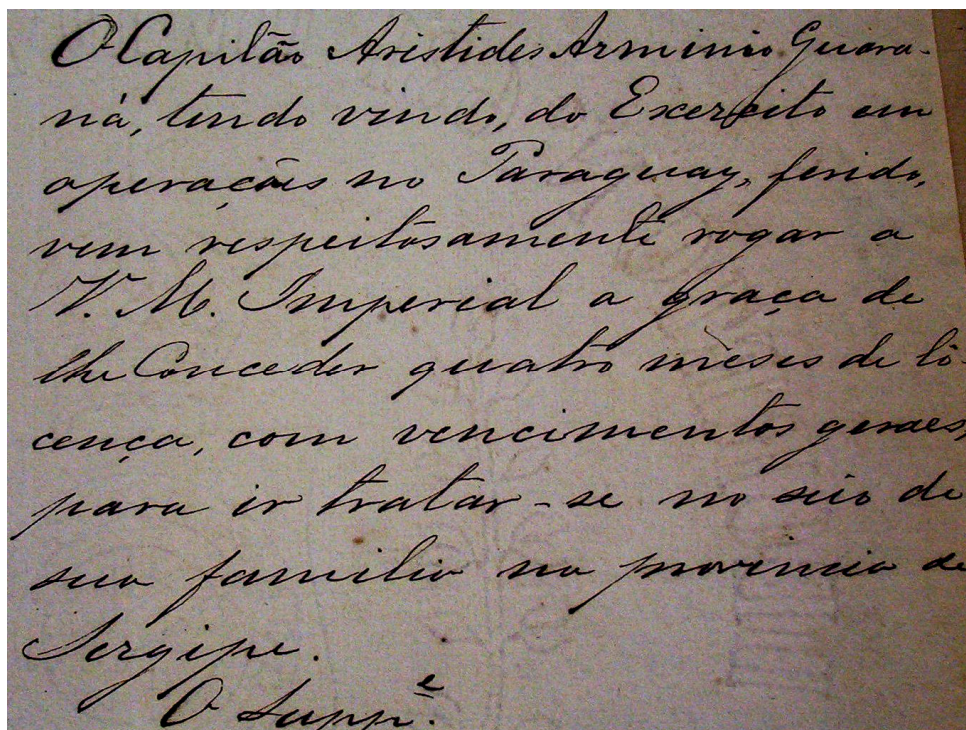
Como consequência das funções que exerciam no Exército, sendo detentores da exclusividade de, sem a ninguém consultar, alistar ou dispensar os jovens capturados pelos recrutadores, os médicos militares, além do prestígio intelectual, gozam, também do prestígio social, possuindo ampla rede de relações, principalmente entre os juizes de paz, que possuíam por hábito, castigar os jovens delinquentes das suas comarcas com o recrutamento forçado no Exército, e libertar aqueles que fossem protegidos das elites locais. Além disso, pelo fato de somarem ao status de militar, a condição de médicos, amparado pelas certezas da ciência, faz com que não exista uma ligação imediata entre os grupos de médicos e dos militares, até porque, antes mesmo de serem militares, eles se compreendiam como médicos.

Ainda acerca dos médicos militares, esta pesquisa mostrou-se reveladora de um dado importante. Esta categoria de oficiais acabou sendo uma das mais importantes pedras de toque do processo de modernização da força. A análise feita em cima da evolução dos processos médicos no Exército explicitou um refinamento nos processo burocráticos que envolviam a saúde dos militares. Este discurso médico, envolvido de certezas científicas, possibilitou aos comandantes das tropas, em todos os níveis, tomar decisões administrativas e operacionais com base nos pareceres das juntas médicas formadas com os cirurgiões médicos militares.

Corpo	Companhia	Posto	Nome	Idade	Naturalidade	Molestias ou defeitos phisicos	Parecer da junta	Observações
Corpo Mayor de 1.ª Classe		Capitão	Aristides o Sr. Armindo Guaraná.		Paraguai	Falta de terçaim Incurável ferido de ante braço pag. pa parecer em co da mão direita e serviços de sessão n.º 1095 reitos em consequência de 8 de Fevereiro de 1869 frequência de amor. Dificilmente se pôde ir para a mata por fechar o mi- nimento de arcos para sua ma de fazer subsistên- cia.		

Figura 12 - Ficha médica do Capitão Aristides Armindo Guaraná. Fonte: Arquivo Histórico do Exército - AHEx.

Toda esta modernização médico – burocrática foi fundamental para que o Exército Imperial, através de um rígido controle de pessoal, lograsse êxito na campanha bélica que empreendeu contra o Paraguai. Aos médicos cumpria a manutenção do soldado em combate pelo maior prazo possível, pois o Governo Imperial não poderia admitir que houvesse um grande número de baixados e dispensados, uma vez que isso poria por terra todo o esforço de arregimentação de homens em todas as províncias através dos batalhões de Voluntários da Pátria.



O Capitão Aristides Arminio Guaraná, tendo vindo, do Exército em operações no Paraguai, ferido, vem respeitosa e humildemente rogar a V. M. Imperial a graça de lhe Conceder quatro meses de licença, com vencimentos gerais, para ir tratar-se no sítio de sua família na provincia de Sergipe.

O Supp.^{te}

Figura 13 – Solicitação para convalescença em residência após o laudo da junta médica. Fonte: Arquivo Histórico do Exército - AHEx.

Nos documentos que seguem nas figuras de número 12, 13 e 14, acompanhamos todo o processo burocrático pelo qual passou o capitão Aristides Arminio Guaraná para adquirir a reforma, por ter sido ferido em combate por arma de fogo, sendo necessário a amputação de um dos seus braços. Nestes documentos reconhecemos efetivamente dois processos pelos quais os médicos militares demonstravam sua importância dentro da força. O primeiro é o atendimento médico em si, o tratamento do ferimento; o segundo diz respeito à malha burocrática que o Exército criou para controlar a concessão de qualquer benefício que venha a ser dado aos militares. Estes benefícios poderiam variar desde a dispensa para convalescença em residência, quanto a solicitação de reformas e outros. Todos estes processos estavam condicionados ao parecer de uma junta médica que tinha como responsabilidade primordial fornecer aos comandantes da força, os subsídios necessários para a tomada de decisões.

Aristides Armino Guarani Ca-
pitão do Estado-maior de artilharia, ten-
do reconhecido não poder bem servir no Ex-
ército, em consequencia da amputação que
soffreo no terço inferior do braço direito, am-
putação reclamada pelo ferimento recebido
no Combate de 21 de Dezembro de 1868, vem
por isso pedir respeitosamente a Vossa
Majestade Imperial a Graça de
conceder-lhe reforma com o soldo por interi-
ro, na forma da Lei nº 648 de 18 de agosto
de 1852.

O supplicante, confiando na magnanimi-
dade de V. M. Imperial

E. R. M.^{ce}

Figura 14 – Ofício de solicitação de reforma por motivo de saúde. Fonte: Arquivo Histórico do Exército - AHEx.

No que diz respeito a atuação do segmento religioso dentro do Exército, há poucos indícios que tenham se mostrado proveitosos para esta pesquisa. Aparentemente os membros do clero obtinham patentes militares para estarem vinculados à tropa e acompanhá-la em seus deslocamentos e em combate. Nos Almanques do Exército do

período compreendido entre 1860 e 1889, somente dois nomes de membros do clero são mencionados como estando relacionados à Província de Sergipe. As especificidades que são peculiares a este grupo e a aparente distância que estes mantinham da tropa justificam um estudo mais aprofundado deste, o que efetivamente foge ao alcance estipulado nesta pesquisa, uma vez que não foram encontrados indícios de que estes membros do Clero, capelães - militares, eram sergipanos natos. De qualquer maneira, relacionamos nomes dos dois capelães – militares que atuaram em Sergipe nos anos de 1880 a 1889; são eles o Padre João Leite de Oliveira e o Padre Diogo José de Santa'Anna.¹⁸

¹⁸ Apesar de não existir até a presente data, um estudo que contemple as nuances desta questão em Sergipe, um bom estudo introdutório é o texto de Candido da Costa e Silva, *Os Segadores e a Messe: o clero oitocentista na Bahia*.

2.2 - As atuações políticas e profissionais dos Engenheiros Militares na Província de Sergipe.

Como já foi explicitado na introdução deste trabalho, a primeira academia militar do Brasil, a Real Academia Militar, nasce com uma proposta de formar prioritariamente os engenheiros necessários ao Império, para que estes implementassem as obras de infraestrutura que garantiriam as mínimas condições de governabilidade para os membros da Corte Portuguesa, recém-chegados às terras colonizadas.

Com o funcionamento desta escola militar, inaugura-se também a história acadêmica da Engenharia no Brasil, sendo então os militares os primeiros encarregados de executar as obras públicas de construção de edifícios, pontes, canais e drenagem de pântanos, etc. Somente em 1823, um ato do governo permite que sejam matriculados na Real Academia, alunos civis, sem qualquer compromisso de carreira militar. Esta formação paisana corresponde ao surgimento do Engenheiro Civil formado em terras brasileiras.

Delimitar os engenheiros militares que serviram em Sergipe no período compreendido entre os anos da fundação da Real Academia Militar e a Independência de Sergipe em relação à Bahia mostrou-se tarefa de difícil realização, uma vez que nas fontes consultadas e nos arquivos fora do Estado de Sergipe, toda menção acerca desta categoria profissional é feita vinculando-os à Província da Bahia. Desta forma, o grande momento de visibilidade social deste grupo de intelectuais esteve diretamente relacionado ao episódio da mudança da capital, em 1855 e da Guerra do Paraguai.

A necessidade de se estudar os engenheiros militares deste período, separadamente dos engenheiros militares formados pela Escola Militar da Praia Vermelha reside no fato de termos currículos que foram formulados para atender às exigências militares e civis, fazendo com que o produto final deste processo educacional fosse um militar que reunia maiores condições de atuar na área campo da engenharia civil, que naquela mais específica da sua profissão.

Embora fosse um estabelecimento militar, a Academia destinava-se, como está declarado no preâmbulo da lei, ao ensino das ciências exatas e da Engenharia em geral, no sentido mais amplo da sua época, formando não só oficiais de engenharia e de artilharia, como também

“engenheiros geógrafos e topógrafos que também possam ter o útil emprego de dirigir objetos administrativos de minas, caminhos, portos, canais, pontes, fontes e calçadas”, teria para isso um curso completo de ciências matemáticas e de observação, quais a Física, Química, Mineralogia, Metalurgia e História Natural; além das Ciências Militares “em toda a sua extensão”, e também disciplinas científicas básicas, como o Cálculo infinitesimal, Geometria descritiva, Astronomia e Geodésia. (TELLES: 1994,89).

Este perfil acadêmico que dotava os engenheiros militares de um conhecimento intelectual de fundamental importância no desenvolvimento do Império, mesclado ao fato de que, neste momento histórico, a grande maioria dos oficiais do Exército Imperial arvoravam-se também na carreira política como forma de acelerar o processo de promoções e de ascensão na carreira, fez surgir um perfil de militar que, além das questões militares e de engenharia civil, também analisava com bastante propriedade as questões da política imperial brasileira.

Em GUARANÁ (1925) deparamo-nos com dois perfis biográficos de sergipanos que, formados em engenharia, vão atuar nos campos civis e militares, produzindo obras que, além do caráter prático, que é pertinente desta classe de militares, possuem também valor intelectual por fazerem uso do arcabouço conceitual das Ciências Humanas, Exatas e Naturais.

O primeiro destes engenheiros, Firmino Rodrigues Vieira,

Foi por duas vezes engenheiro de obras públicas militares da província, hoje Estado, nos dois primeiros de 1863-1867 e 1895-1896, deputado provincial em duas legislaturas, e por poucos dias, secretário do Governo Provisório organizado na capital do Estado, quando se proclamou a República, Membro do Instituto Politécnico do Rio de Janeiro, era dado às lides da imprensa, e escreveu:

Estudo sobre engenhos centrais. 1877

Estudo sobre a Província de Sergipe e seus melhoramentos. Rio de Janeiro, 1881, 22 pags [...]

Typos parlamentares. Publicados em 1884, no Jornal do Commercio do Rio de Janeiro.

Estudos sobre as secas no Brasil. Aracaju, 1891, 27 pags. [...] Neste trabalho o autor examina sob vários aspectos as crises periódicas de secas em determinadas regiões do norte do Brasil e indica aos poderes públicos os meios tendentes a alterar ou remover, particularmente em Sergipe as causas persistentes destas frequentes calamidades. – Navegação aerostática. No “O Dia”, Aracaju 6 de junho de 1894.

Relatório da exploração e reconhecimento dos mananciaes d'água potável para abastecimento desta capital, apresentado ao Exmo. Sr. Coronel Manoel Prisciliano de Oliveira Valladão [...] Equivalente mechanico do calor deduzido pelo cálculo do trabalho das forças: estudo inédito. (GUARANÁ: 1925, 88).

Vale ressaltar o debate que o engenheiro Firmino Rodrigues Vieira fomenta acerca da questão da seca no Brasil, e em particular nas regiões afetadas de Sergipe. Este debate, conduzido por um especialista na área, chama para a arena, questões de ordem política, sociais e econômicas, o que nos mostra que a formação acadêmica recebida pelo engenheiro militar, somada ao seu repertório político, eram utilizados para aplicar-se, não somente no campo das idéias, mas sobretudo objetivando a construção efetiva do desenvolvimento local e imperial. O que a análise de outros perfis biográficos encontrados em Guaraná e em outras fontes têm nos mostrado é que, muitos militares utilizaram-se da política como forma de legitimação do seu discurso intelectual.

Um dos sergipanos mais representativos deste panorama formacional teve o auge da sua carreira, não somente nos campos da política, mas nos campos de batalha na Guerra do Paraguai. Rufino Enéas Gustavo Galvão, o Visconde de Maracajú, laranjeirense que nasceu no ano de 1831, viveu muito pouco tempo na Província de Sergipe, pois foi um dos primeiros a ser enviado como engenheiro militar ao teatro de operações. Segundo o seu biógrafo, os seus serviços técnicos como chefe da comissão de engenheiros contribuíram imensamente para o desfecho da guerra.

Os conhecimentos geográficos do Visconde de Maracajú (Rufino Enéas Gustavo Galvão) foram imprescindíveis para que as tropas Imperiais lograssem êxito em várias batalhas travadas no confronto com o Paraguai. Em GUARANÁ (1925) deparamo-nos com as produções do Visconde, que se concentram basicamente nos conhecimentos topográficos que o referido militar possuía. Escreveu:

1. Carta geográfica da fronteira do Brasil com o Paraguai.
2. Carta geográfica da fronteira do Brasil com a Bolívia.
3. Planta de operações dos exércitos aliados na República do Paraguai.

O nome do engenheiro mais lembrado pelos pesquisadores sergipanos que se ocupam com a tarefa de estudar o século XIX, certamente é o do Capitão Sebastião José

Bazilio Pyrrho. Pai do General Antônio Sebastião Bazilio Pyrrho desenvolveu uma das obras de engenharia mais conhecida por parte dos sergipanos: o Quadrado de Pyrrho. Este militar planejou a nova capital da Província de Sergipe, o que representou naquele momento um ato de extrema ousadia técnica e intelectual. Pelo seu projeto, a cidade de Aracaju apresentaria formato de tabuleiro, com suas quadras simétricas e grandes avenidas que cortariam a capital de ponta a ponta. Foi então dos militares a primeira cidade planejada do Império.

O seu filho, oficial de infantaria, aparentando ter aprendido com o pai os fundamentos da engenharia, inventa, ainda como alferes, após paciente estudo e repetidas experiências um aparelho para tiro ao alvo, que, bem mais tarde, sendo então major, foi mandado adotar como padrão para todo o Exército Brasileiro com a denominação de “Mesa de Pontaria Pyrrho”.

Ao Arquivo
 Requeiro a papéis do
 Major Antº Sebastião Bazilio
 Pyrrho referendo a mesa de pun-
 tiragem denominada - Estativa -
 movida ao arto ardu em 12-1-97
 Laureano B

Figura 15 – Solicitação do registro oficial do aparelho de pontaria que recebeu o nome de Mesa de Pyrrho Fonte: Arquivo Histórico do Exército - AHEx.

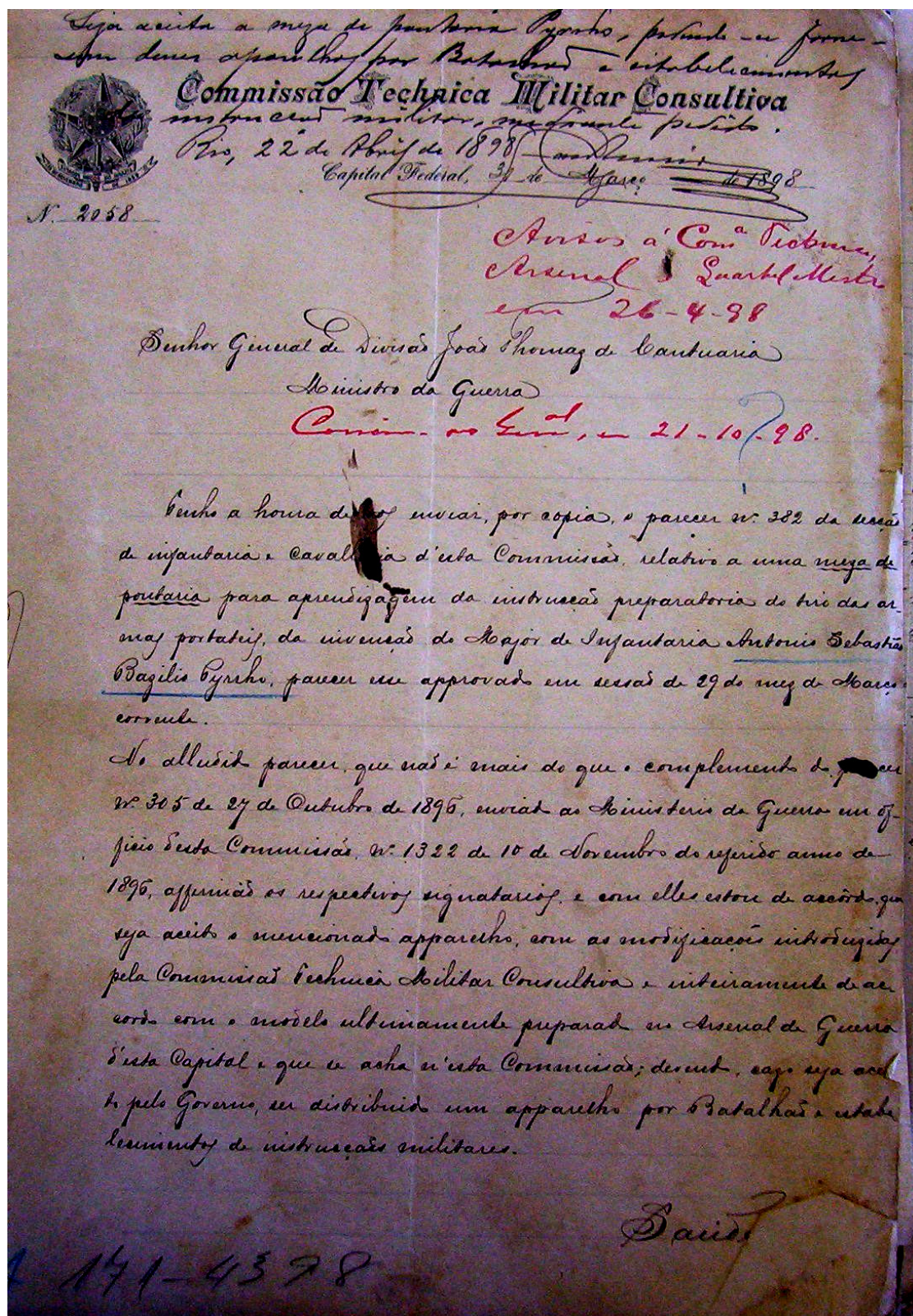


Figura 16 – Parecer da comissão técnica militar do Exército, adotando o aparelho de pontaria para todas as instituições operacionais militares. Fonte: Arquivo Histórico do Exército - AHEx.

CAPÍTULO III

OS “BACHARÉIS FARDADOS” DA ESCOLA MILITAR DA PRAIA VERMELHA EM SERGIPE.

3.1 – A Guerra do Paraguai como divisor de águas da formação do oficial do Exército Brasileiro.

Os historiadores que buscam compreender a derrocada do Império brasileiro através da revolução que culminou com a proclamação da República Federativa do Brasil, normalmente o fazem tentando compreender as modificações ocorridas na sociedade brasileira após a campanha do Paraguai.

Atribui-se a esta guerra o nascimento de espírito de corpo dentro da própria hierarquia do Exército e, também entre as tropas e a população brasileira. O conflito contra o Paraguai, que exigiu a participação de brasileiros de todos os rincões do Império, com o objetivo de organizar um exército profissional que fosse capaz de seguir à vitória, contribuiu definitivamente para solidificar definitivamente o sentimento nacional do povo do Brasil.

Apesar de todas as dificuldades encontradas na formação dos contingentes, os primeiros esforços relacionados com as atividades bélicas foram marcados por um nível considerado de patriotismo e mobilização cívica da população das províncias. Enquanto nas coxilhas dos pampas gaúchos os estancieiros mobilizavam a Cavalaria da Guarda Nacional, nas cidades, vilas e paróquias do norte e nordeste do Império recrutavam-se a Infantaria dos corpos de Voluntários da Pátria.

A guerra assumiu um papel de agente transformador cultural no seio do pensamento social brasileiro. Por um lado, a potencialidade humana para a violência, legitimada pela defesa de uma causa nacional, fazia despertar uma nova hierarquia de valores na coletividade brasileira. O culto à bravura, ao heroísmo e ao sentimento patriótico levou a sociedade civil a reconhecer a relevância do segmento militar para o fortalecimento do Estado. [...] Por outro lado o conflito propiciou àqueles que se engajaram na luta o contato direto com um tipo diferente de cultura: “a cultura guerreira” sedimentada na caserna e dotada de um sistema específico de punições e recompensas. Um mundo à parte, onde os laços de camaradagem, impregnados de nacionalismo, avultaram em

importância. Estreitados pela convivência diária, proporcionaram aos soldados, forças renovadas para suportar as adversidades do cotidiano em campanha (CUNHA, 2000, 66).

Os homens livres e os pobres constituíam-se na preferência do recrutamento para os corpos de voluntários. Esses segmentos, constituídos majoritariamente por negros ou mestiços, juntamente com os libertos comprados para a guerra e incorporados ao Exército como livres, iriam formar a grande massa do contingente que lutou no Paraguai.

Relação nominal do B.º n.º 1.º de Voluntários da Pátria da Província de Sergipe.	
Estado maior e menor.	
Com. do B.º	Francisco Felix de Freitas Barreto.
Maior.	
1.º Lt. ad.	Alf.º José Custódio de Sousa (servindo internamente)
2.º Lt. ad.	Alf.º Joaquim de Calasans (servindo internamente)
Secret.	Alf.º Deusdedit Floriano Carneiro da Cunha
Capitão Brig.	Nicomédes Gomes da Cunha
" Lt. ad.	Crescencio José de Sousa
" Lt. ad.	José Luis do Sacramento
Pombalhão	Manuel Mariano dos Santos

Figura 17 – Fragmento do registro da composição dos Batalhões de Voluntários da Pátria em Sergipe. No detalhe, o Estado Maior e Menor do Batalhão de Sergipe. Fonte: Arquivo Nacional, Série Guerra, IG¹ 109 (1860–1870) Documentos de Sergipe – Guerra do Paraguai.

Foi intensa a emissão de correspondência partindo da Corte rumo às províncias do Império conclamando os presidentes e as autoridades militares locais a envidar todos os esforços possíveis para formar contingentes de “voluntários” para compor o grosso das tropas no campo de batalha. A maior expressão do voluntariado originou-se, sem a menor sombra de dúvidas, a partir dos batalhões de Infantaria da Guarda Nacional das diferentes províncias, sendo que em alguns casos estas unidades foram convertidas integralmente em Corpo de Voluntários.

Aos brasileiros incorporados nos Corpos de Voluntários da Pátria era concedida uma espécie de carta patente na qual constava que daquele momento em diante, o referido cidadão passava a gozar dos privilégios inerentes à condição de soldado do Exército Brasileiro, esta foi uma forma de tentar valorizar e estimular cada vez mais o voluntariado, mudando a imagem negativa que possuía os efetivos de soldados recrutados à força em décadas anteriores.

45



Voluntario da Patria.

PROVINCIA DE SERGIPE

O Dr. Cincinnato Pinto da Silva, Presidente da Provincia de Sergipe por S. M. o I. etc.

Faço saber, para que em todo tempo conste, que

voluntariamente apresentou-se na Secretaria militar d'esta Provincia e pediu para ser inscripto no

numero dos VOLUNTARIOS DA PATRIA o que teve lugar em de de 1865. E para que o dito

voluntario cuja idade, naturalidade, altura, côr, cabellos, olhos, officio e estado adianta vò-se, possa gosar das garantias,

que offerece o Decreto n. 3371 de 7 de Janeiro do corrente anno, mandei passar o presente que vai por mim rubri-

cado e assignado pelo meu Ajudante de Ordens.

Secretaria militar da Presidencia de Sergipe de de 1865.



<i>Nome e filiação.</i>	IDADE	NATURALIDADE	ALTURA	CÔR	CABELLOS	OLHOS	OFFICIO	ESTADO

Figura 18 – Carta na qual se atestava a condição de militar incorporado aos Corpos de Voluntários da Pátria. Fonte: Arquivo Nacional, Série Guerra, IG¹ 109 (1860 – 1870) Documentos de Sergipe – Guerra do Paraguai.

Os registros encontrados no Arquivo Nacional dão detalhes das correspondências trocadas entre a Corte e o Presidente da Província de Sergipe, bem como exibe detalhadamente os quantitativos e as relações nominais de todos os militares sergipanos que participaram do esforço de guerra da nação.

Cópia
Nº 1
30
O Presidente da Província de Sergipe, em
virtude de Ordens Imperiais, e au-
torizado pelo Decreto n.º 3.374 de 7 de
Junho deste anno, determina
que o Corpo de Voluntarios da Pa-
tria, que se acha aquartelado,
e que progressivamente tem de
seguir para a Corte a disposição
do Excentisimo Senhor Ministro
da Guerra, tenha a seguinte orga-
nização, e que quanto a mesma Ex-
centisimo Senhor em sua sabe-
doria mas determinando contra-
rio.

Figura 19 – Ofício do Presidente da Província de Sergipe determinando a partida para a Corte do Corpo de Voluntários da Pátria aquartelados na província. Fonte: Arquivo Nacional, Série Guerra, IG¹ 109 (1860 – 1870) Documentos de Sergipe – Guerra do Paraguai.

Em diversos trechos das correspondências, o próprio imperador dá mostras de extrema necessidade que as províncias do Império sigam o exemplo da Província da Bahia que, exemplarmente recrutou 14 corpos de voluntários durante toda campanha do Paraguai. Em Sergipe, vários corpos de tropa foram formados com o consórcio das tropas de outras províncias do Império, em especial das províncias do Ceará* e do Piauí*.

QUADRO 10
VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA POR PROVÍNCIAS – 1865.

Províncias	Corpos	Voluntários
Bahia	14	9.164
Pernambuco	9	5.793
Rio Grande do Sul	5	3.200
Corte	7	7.128
Rio de Janeiro	4	4.667
Minas Gerais	3	2.158
Maranhão	3	2.385
São Paulo	3	4.824
Pará	2	2.084
Piauí*	1	1.420
Ceará*	1	2.037
Paraíba	2	1.472
Alagoas	1	1.591
Rio Grande do Norte	1	814
Mato Grosso	1	1.417
Goiás	1	275
Paraná	1	613
Sergipe		1.405
Santa Catarina		1.103
Espírito Santo		625
Amazonas		367
Total	60	54.542

Fonte: CUNHA, Marco Antônio. *A chama da nacionalidade: ecos da Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: BibliEx, 2000. p. 72.

A Província de Sergipe recebeu repetidas ordens expressas do Imperador para que remetesse imediatamente à corte todos os oficiais que estivessem em condições de integrar os efetivos de guerra da nação, e que todas as funções que eram ocupadas por estes oficiais, passassem a ser desempenhadas por oficiais honorários, que seriam oficiais que estivessem na reserva remunerada do Exército. Estes oficiais honorários deveriam ser

convocados imediatamente pelo Presidente de Província, devendo para tal localizá-los através do Almanaque dos Officiais do Exército.

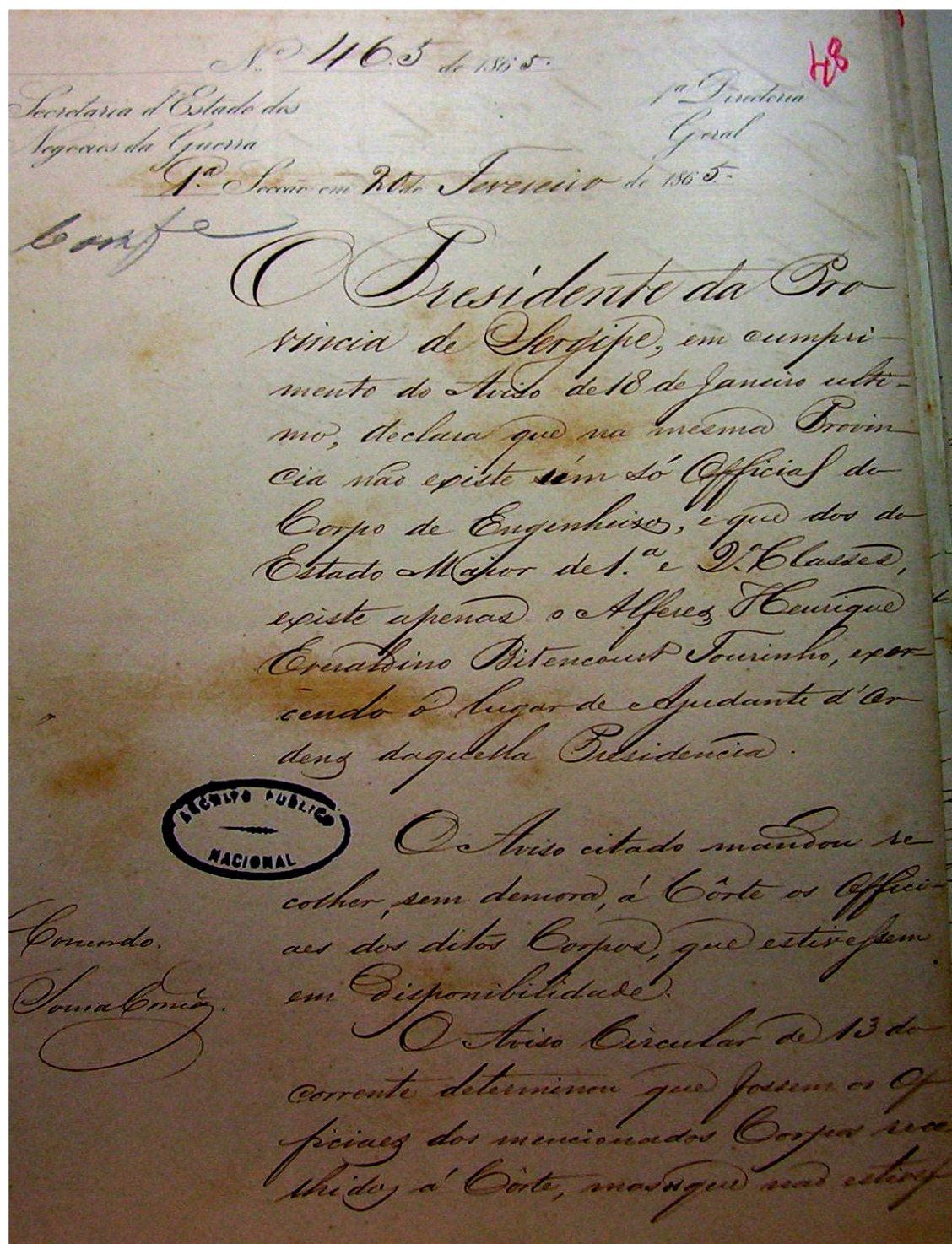


Figura 20 – Ofício de resposta do Presidente da Província de Sergipe, informando ao Imperador a inexistência de oficiais prontos para unir-se ao esforço de guerra. Fonte: Arquivo Nacional, Série Guerra, IG¹ 109 (1860 – 1870) Documentos de Sergipe – Guerra do Paraguai.

O Presidente da Província de Sergipe, mesmo após remeter todos os oficiais prontos, independente da formação, sob sua jurisdição, continuou a receber as ordens imperiais exigindo a remessa de novos oficiais para comandar as frações de tropa a serem enviados para o Paraguai. Isto demonstra que os efetivos dos Corpos de Voluntários da Pátria enviados à Corte eram numericamente bem superiores às quantidades de oficiais existentes no Império. Em resposta ao imperador, o Presidente da Província de Sergipe enviou ofício informando não mais existirem oficiais prontos naquela terra que pudessem ser remetidos ao campo de batalha. Este esvaziamento das províncias levou o Imperador a autorizar desenfreadamente a promoção de grandes contingentes de oficiais para suprir a necessidade do Exército.

Também nos fundos do Arquivo Nacional, é farta a documentação nas quais as promoções dos oficiais eram registradas. Houve inclusive casos de cidadãos serem promovidos diretamente a postos de capitão e major, tal era a necessidade de arregimentação de pessoal para a guerra. Em SALLES (1990) encontramos as preocupações do Ministro dos Negócios da Guerra e do Barão de Caxias com o excesso de promoções militares que o processo bélico deliberou. O assustador crescimento do efetivo do Exército Imperial começava a suscitar questões acerca das possibilidades futuras de manutenção desta tropa no momento em que a paz entre as nações fosse contemplada.

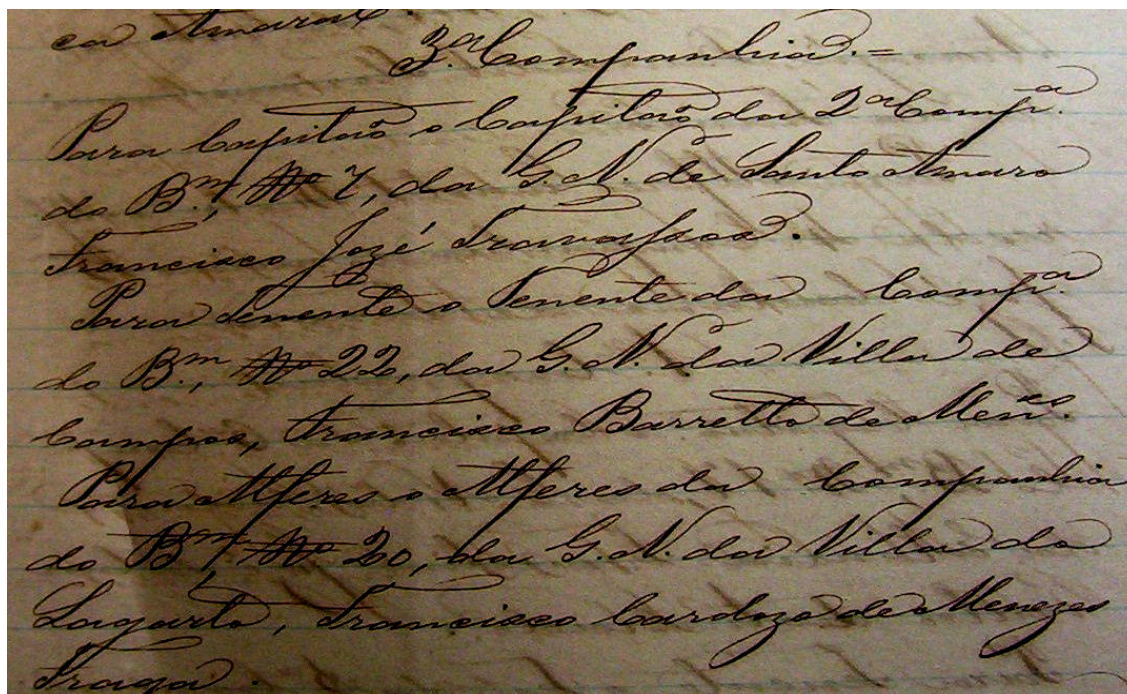


Figura 21 – Fragmento de documento no qual o Presidente da Província de Sergipe efetua a inserção dos oficiais da Guarda Nacional nas tropas de 1ª linha. Fonte: Arquivo Nacional, Série Guerra, IG¹ 109 (1860 – 1870) Documentos de Sergipe – Guerra do Paraguai.

Em sua correspondência com o ministro dos Negócios da Guerra, eram constantes as referências de Caxias às promoções para o quadro de oficiais e à questão da incorporação de oficiais para os Corpos de Voluntários da Pátria às fileiras do Exército.

Em um trecho desta correspondência Caxias relata as suas preocupações para com os privilégios que os oficiais militares brasileiros possuíam refletindo acerca desta situação após o término do conflito armado entre as nações.

Têm entendido alguns presidentes de províncias que se acham autorizados para nomear oficiais ou promoverem a postos superiores indivíduos, que pertencendo à Guarda Nacional das respectivas províncias para aqui vieram como designados para auxiliar o Exército, e ficaram desde logo sujeito às leis e foro militares.¹⁹

No entendimento de Caxias, urgia a necessidade de reconhecer a bravura dos jovens combatentes que arriscavam suas vidas no campo de batalha, através de promoções que pudessem contemplar com a patente de oficiais, os brasileiros que já tivessem provado

¹⁹ Correspondência do Comando em Chefe com várias autoridades sobre assuntos referentes à Guerra do Paraguai, vol. 12, Arquivo Nacional, códice 932.

suas qualidades no teatro de operações, mesmo que estes fossem provenientes das tropas da Guarda Nacional que já estivessem em combate. Ou seja, o intuito de Caxias era que as promoções fossem, naquele momento, prerrogativa do Comandante em Chefe das tropas do Exército Brasileiro, e não mais por indicações políticas dos Presidentes de Província, como era de praxe.

É de urgente e palpitante necessidade adiantar em postos muitos oficiais distintos e ainda moços, que aqui vejo, arriscando diariamente suas vidas e tornando-se cada vez mais comendáveis por suas qualidades [...] aqui se acham moços distintos por suas famílias e posição, os quais tendo tudo abandonado, para aqui marcharem acudindo aos reclames da Pátria. Vossa Excia. Sabe melhor do que ninguém que, por concurso de circunstâncias deploráveis, o nosso Exército contava sempre em suas fileiras grandes majorias de homens que a sociedade repudiava por suas péssimas qualidades.[...] Se dessas considerações resultou o ter sido o nosso Exército até a presente guerra aquilo, que eu disse, piores se tornaram suas condições, depois que infelizmente se introduziu o elemento servil; chegando a tal ponto o seu estado atual, que já se encontra dificuldade de se acharem praças, que possam se Cabos e Sargentos. Daqui a necessidade de inculcar nele individualidades aproveitáveis, como são aqueles que referi anteriormente; sobretudo quando muitos deles se achariam completamente desabrigados, ao terminar a guerra. (se não pudessem permanecer nas fileiras do exército regular)²⁰

O pensamento de Caxias chocava-se diretamente com a tradição cultivada pelo Império brasileiro até o momento. Começou então a surgir a cultura da premiação através do mérito militar. A construção desta concepção de um Exército moderno esbarrava diretamente na estrutura de classes da sociedade imperial escravista, de valores cunhados através de apadrinhamentos políticos nos níveis provinciais.

Esta conjuntura de promoções militares em retribuição a favores prestados pelos indivíduos à Corte, bem como atreladas às conquistas políticas invés das conquistas militares, já havia sofrido um duro golpe com a aprovação da Lei de Promoção dos Militares de 1850. A Guerra do Paraguai serviu para mostrar a falta de profissionalismo do Exército, fruto desta política fomentada pela Corte Imperial brasileira. Relatos de covardia, incompetência, má condução das tropas, ordens absurdas que ocasionaram a morte de inúmeros brasileiros, foram argumentos bastante utilizados por aqueles que defendiam a profissionalização do Exército Brasileiro ainda durante o confronto bélico.

²⁰ Cartas, reservadas e confidenciais referentes à Campanha do Paraguai (1867-1869), livro 4, Arquivo Nacional, códice 924.

Parte destas idéias gestadas na guerra, repercutiram diretamente na forma como foram formados os oficiais do Exército que a partir de 1874 ingressaram na recém reaberta Escola Militar da Praia Vermelha.

3.2 – A Escola Militar da Praia Vermelha e o caráter *sui generis* da formação dos seus oficiais.



Figura 22 - Gravura da Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro do século XIX. Acervo: Setor de iconografia do Arquivo Histórico do Exército.

Depois da desmilitarização das escolas militares durante o episódio da Guerra do Paraguai, a reabertura da Escola Militar da Praia Vermelha trouxe consigo uma série de novos elementos no que tangiam a seleção e matrícula dos futuros oficiais do Exército Brasileiro.

De forma geral, as iniciativas educacionais estavam, no Império, muito restritas aos filhos das aristocracias locais. Mesmo a educação primária e secundária, muitas vezes controladas pela iniciativa privada, mantinham uma seleção social tácita dos alunos que poderiam ou não ter acesso ao ensino. A literatura da época é farta de exemplos que ilustram este caráter elitista da educação no Brasil. Só a título de exemplificação, lembremo-nos do texto de Raul Pompéia, o Ateneu, que vai nos trazer fortes indícios de como funcionava esta dinâmica educacional do último quarto do século XIX. No Ateneu, Sérgio relata suas impressões acerca do diretor do renomado estabelecimento de ensino,

afirmando que era prática comum a diferenciação de tratamento entre meninos oriundos das famílias mais nobres do Império, em detrimento àqueles que não possuíam linhagem tão nobre. Além disso, outro critério de diferenciação no tratamento que o interno recebia por parte do diretor Aristarco, era o da pontualidade e adimplência no pagamento das mensalidades escolares.

De maneira similar, funcionavam as escolas de Direito de Olinda e São Paulo, as escolas de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, a Academia de Belas Artes e a Real Academia dos Guardas-Marinhas. Todas estas escolas, especialmente a última, exigiam dos seus alunos um enxoval de custo vultoso, isso certamente tornava-se um impeditivo para que os filhos das classes menos favorecidas pudessem freqüentar estes estabelecimentos de ensino.

Na Escola Militar da Praia Vermelha, não eram exigidos enxovais, eram garantidas a alimentação, a moradia e a percepção de um pequeno soldo para que o aluno pudesse custear despesas menores durante sua formação. Isto foi uma das principais molas propulsoras para que os filhos das classes médias lançassem-se no campo para assim, serem possuidores de um diploma superior, visto como única via de exercício real da cidadania no Brasil daquele período.

Além disso, a aprovação da Lei de Promoção dos Militares, pelo então Ministro dos Negócios da Guerra, Manoel Felizardo fez perder parte da atração que a carreira militar proporcionava aos membros da aristocracia brasileira, desta forma, com o progressivo esvaziamento das fileiras do Exército por parte dos oficiais nomeados pelo Imperador, através da política das liturgias, houve a necessidade de reposição destes efetivos através da Escola Militar.

Até metade do século XIX quase todos os generais do Exército brasileiro eram oriundos de famílias que classificaríamos como da elite. Usamos a palavra “elite” para designar a classe que participava da política nacional e podia passar uma temporada na capital, com bastante conforto. Este grupo, que constituía talvez um por cento da população, era formado por fazendeiros e comerciantes ricos, sem contar com os altos funcionários civis e militares. A “elite” estava claramente separada da classe superior e da classe média locais: a classe superior local, da qual haviam saído muitos oficiais, era geralmente pobre e uma viagem ao Rio significaria para ela uma grande despesa. Os generais da elite, em meados do século XIX, conseguiam atingir rapidamente suas posições segundo o padrão do

ancien régime típico, enquanto o restante dos oficiais raramente ultrapassava o posto de major (SCHULZ. 1994, 28).

Os subsídios concedidos aos alunos para a matrícula na Escola Militar da Praia Vermelha nos seus primeiros anos de funcionamento justificou-se pelo fato de que antes de qualquer coisa existia um preconceito generalizado na sociedade brasileira contra o serviço militar, não sendo apenas por conta do terrorismo que se solidificou em torno do recrutamento forçado dos soldados, mas também por conta de uma visão negativa da vida da caserna, onde o rigor disciplinar e o serviço dos quartéis equivaleria às atividades não intelectuais tradicionalmente realizadas por escravos ou por negros libertos e brancos pobres. Os próprios oficiais reconheciam que a farda além de não atrair a juventude para a oficialidade, era, em suma, um verdadeiro castigo para os pobres e fracassados na vida.

Na Escola Militar da Praia Vermelha os futuros oficiais eram submetidos a um currículo dividido em duas grandes vertentes: a primeira denominada de educação técnica, destinada a verdadeira formação do oficial militar e a segunda, com fortes traços civis, visava a formação de engenheiros, pessoas íntimas da Matemática, Física e Química e que fossem capazes de, após sua formação, construir estradas e pontes. Era comum nos depararmos com oficiais que, após concluída sua formação, costumavam ser tratados pelo título de doutor: Dr. General, Dr Coronel, Dr Capitão, numa nítida tentativa de aproximar seu status ao dos magistrados e políticos que tinham a esta época, uma tradição intelectual e econômica que perdurava desde o início do Império.

Com a entrada dos militares e o crescimento da sua importância no contexto intelectual e político, percebemos que estes, ao contrário dos magistrados, por emergirem basicamente das classes inferiores da sociedade não mantinham incondicional relação de dependência com a elite econômica imperial. Tal fato radicalizou – se ainda mais, após a Guerra do Paraguai, pela introdução do Positivismo nos currículos de formação, o que lhes permitiu articular, em algumas províncias, uma vigorosa oposição intelectual e política à elite civil.

(...) desde a década de 1850 já se formava entre os oficiais uma mentalidade que entrava em aberto conflito com a elite dos bacharéis. Além de reclamações contra discriminações que sofriam os militares, havia divergências relativas à política geral do governo. Os jovens

militares pregavam a ênfase na educação, na construção de estradas de ferro, na abolição da escravidão. Após a guerra (do Paraguai), essas queixas e reivindicações aumentaram, como aumentou o envolvimento político dos militares, já agora sob a racionalização de uma ideologia específica, o positivismo. Nesse ínterim, a organização cresceu, aperfeiçoara sua estrutura interna, elevou o nível de educação de seus membros e adquiriu maior clareza na definição de seus interesses e maior sentimento de identidade corporativa. Diferentemente do que ocorreu com magistrados e padres, o setor militar da burocracia não só pôde ser absorvido e eliminado como constituiu o principal elemento da destruição do sistema imperial, agindo dentro do próprio Estado (CARVALHO, 2003, 190).

CASTRO (1995), cruzando dados de outros autores com os que ele próprio obteve em sua pesquisa sobre a participação dos jovens e “ilustrados” oficiais da Praia Vermelha na Proclamação da República, conseguiu identificar a procedência dessa mocidade. Segundo ele, 66,7% dos oficiais tinham nascido no “Norte”, que compreende as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e 33,3% eram oriundos do “Sul”, isto é, do resto do país. Entre os Estados mais representados, estavam o Rio Grande do Sul e o Maranhão que compareciam, um e outro, com o mesmo percentual de 16,7%, **além da Bahia e Sergipe, com 10%, cada**. Ao mesmo tempo, mostrou a procedência dos alunos de outras escolas: 88,12% dos estudantes que freqüentavam as escolas de Olinda e Recife, assim como 92,08% dos que se dirigiam para a Bahia, eram do “Norte”, enquanto, 93,18% dos que se dirigiam para São Paulo e 84,46% dos que se dirigiam para o Rio de Janeiro eram procedentes do “Sul”.

Comparando os percentuais referentes à procedência dos oficiais da Praia Vermelha, com os dados de procedência de estudantes de outras escolas de nível superior do país, aquele mesmo autor chamou a atenção do leitor para o fato, - muito mencionado nas memórias dos ex-alunos da Escola, - de esta última, ao contrário das outras, atrair estudantes de todas as regiões do país, característica que fez dela escola superior de acesso mais democrático nos idos do Império e da Primeira República. Essa característica constituiu, e ainda continua constituindo, “elemento simbólico importante (...) para a afirmação do caráter nacional do corpo de oficiais do Exército”.(CASTRO, 1995).

Em termos práticos, a separação que houve entre ensino militar e ensino civil foi menos real que formal, principalmente depois da entrada do Positivismo de Comte e do evolucionismo de Spencer na Escola Militar, ou seja, da entrada nessa escola das doutrinas

cientificistas que irromperam no contexto intelectual brasileiro. A penetração de tais doutrinas na Escola Militar da Praia Vermelha acabaram transformando-a em “mais um centro de estudos de matemática, filosofia e letras, do que de disciplinas militares”(CARVALHO, 1985), seguindo – não sem razão - as tendências do ensino superior civil brasileiro, gerador de bacharéis e literatos.

Essas doutrinas circularam mais ou menos livremente no Brasil desde meados do século XIX. Contudo, sabe-se também, que essa circulação acentuou-se ao final desse século, perpassando todos os centros acadêmicos de ensino superior, até mesmo a Escola Naval, onde também podia-se observar uma ênfase acentuada no ensino matemático e teórico. CARVALHO (2003) argumentou que vários alunos saíram dessa escola sem ter dado um tiro de canhão ou lançado um único torpedo. Ilustrando sua argumentação, reproduz a fala de um ex-aluno, segundo o qual, a “Escola Naval era uma paráfrase da Escola Politécnica”. Porém, a única escola que foi profundamente marcada pela presença do pensamento positivista de Auguste Comte, foi a Escola Militar da Praia Vermelha, principalmente depois do ingresso ali, no início dos anos setenta, de Benjamin Constant como professor de matemática do ensino superior.

Dizer que a Escola Militar da Praia Vermelha foi profundamente marcada pelo positivismo depois da admissão de Benjamin Constant como professor, não significa dizer que tenha sido ele o introdutor dessa doutrina na Escola. Ela já vinha, paulatinamente, conquistando os espíritos brasileiros, desde 1850. A antiga Escola Militar da Corte - considerada por alguns o grande baluarte da Filosofia Positiva foi, não apenas o centro de onde começaria a sua irradiação, mas o ambiente de sua preservação até período bem mais recente da história brasileira. Nada de estranho existia nesse fato. Explicando-o, afirmou que faltava aos oficiais estudantes, ocupados com problemas matemáticos e físicos, “um pensamento filosófico diretor, uma doutrina científica geral, em função da qual organizassem metodicamente o seu saber”. E, logo depois, arrematando sua explicação assinalou que “o positivismo tinha todas as virtudes” para atender às solicitações daquela oficialidade. Por ser “doutrina clara, transformando a filosofia numa meditação geral sobre os resultados das ciências, organizando rigidamente estas em termos hierárquicos, descartando quaisquer especulações ‘metafísicas’, pretendendo apenas estudar relações e estabelecer leis, atendia exatamente a homens voltados para problemas reais e tangíveis”.

Ressaltado esse traço da Escola Militar — de baluarte do positivismo — cabe acrescentar que os conteúdos curriculares dos cursos ministrados pela Escola Militar da Praia Vermelha, componentes do regulamento aprovado quando esta foi reaberta, e que vigorou até o início da República, atestam o caráter “pouco ortodoxo” do ensino que era ali ministrado. Esse caráter acentua-se mais ainda se, aos conteúdos curriculares forem associados os debates travados no interior das sociedades científicas, filosóficas, literárias e até dramáticas ali existentes. Os depoimentos de ex-alunos, os títulos e conteúdos das várias publicações da Escola, demonstram, igualmente, a distancia que havia entre a formação propedêutica que se dava na Escola e a formação profissional que deveria ser dada numa casa de ensino destinada a preparar especialistas na “arte” e no ofício de fazer guerras.

Assim como ocorria nas faculdades de Direito, era no processo de “socialização” que acontecia para além dos limites das salas de aula, ou seja, no interior do movimento-filosófico-científico desencadeado principalmente pelos alunos, mas com a conivência declarada dos lentes da Escola, que se completava a formação bacharelesca delineada pela ênfase que a escola conferia aos estudos teóricos curriculares. CASTRO (1995), discutindo o caráter mais propedêutico que profissional dessa formação feita na Praia Vermelha, mostrou como já se inscrevia, na própria estrutura curricular do curso ministrado pela Escola, um estatuto de desigualdade entre as armas consideradas “científicas” e as armas consideradas “tarimbeiras”. Assim, nos cinco anos do curso superior o curso de infantaria e cavalaria compreendia os dois primeiros anos; o curso de artilharia, até o 3º; o curso de estado-maior, até o 4º; e o curso de engenharia, todos os cinco anos.

O fosso que surgiu entre os oficiais formados na Escola Militar e aqueles formados em outras instâncias do Exército ilustrou a formação “civil” dos oficiais formados pelas Escolas Militares do Império, mais especificamente a dos oficiais formados na Praia Vermelha, que privilegiavam os conhecimentos amparados pelas certezas da ciência. Como já demonstraram alguns estudos, as perspectivas de ascensão profissional dentro do Exército Imperial eram lentas, os salários eram baixos, a situação financeira da Corporação era precária, tornando essa carreira pouco atrativa para os ambiciosos e “ilustrados” oficiais que freqüentavam a Escola Militar da Praia Vermelha, que, cada vez mais, pleiteavam para si uma “equivalência” de status, mesmo que apenas formal, entre

eles e os bacharéis formados pelas Faculdades de Medicina e de Direito. Era com os egressos destas últimas, principalmente com os acadêmicos de Direito, que os oficiais militares do Tabernáculo da Ciência — nome por eles conferido à sua escola, não por acaso —, disputavam, no plano social e simbólico, os espaços políticos existentes no interior da sociedade.

Enquanto o status social dos militares não era legitimado, os jovens bacharéis do Direito tinham caminho aberto para cargos e funções públicas em todos os quadros administrativos e políticos do país. Os jovens ‘bacharéis fardados’ adeptos do cientificismo positivista que invadia o Exército, lutavam para situar-se melhor dentro de um campo dominado pelos bacharéis em direito. Concluímos, então, que a Escola da Praia Vermelha, antes que militar, era rival das academias civis.

Não pensemos que o cientificismo positivista tenha sido exclusivo dos oficiais “ilustrados” da Praia Vermelha. Ele penetrou também, nas demais escolas de ensino superior, não com a mesma ênfase e importância que acabou por adquirir naquela Escola.

Em que pese a presença predominante do positivismo na formação dos oficiais que freqüentaram a Escola Militar da Praia Vermelha, não foi apenas essa doutrina que encontrou espaço ali. O Evolucionismo, desenvolvido no campo da história natural, também foi muito discutido. A idéia de evolução das espécies, de Darwin, a introdução da filosofia evolucionista, de Spencer são freqüentemente referidas nos textos dos alunos da Escola. Essa pequena digressão visa, apenas, esclarecer que tais doutrinas dividiram espaço com o positivismo, que passou a ocupar lugar privilegiado na formação dos oficiais da Praia Vermelha, depois da entrada de Benjamin Constant em seus quadros.

Avançando, deve-se dizer que foi principalmente nas associações filosóficas, científicas e artísticas, que vicejaram no interior da Escola, que os jovens oficiais da Praia Vermelha apuravam o “espírito crítico” e o “senso estético” que marcariam a trajetória da maior parte dos oficiais que “alisaram” os bancos daquela Escola. Pertencer, por exemplo, aos quadros da Fênix Literária era privilégio de poucos, geralmente dos alferes-alunos, ou seja, daqueles “aprovados plenamente ao final dos anos iniciais do curso representando, além do prêmio pela performance escolar, um aumento substancial nos vencimentos por eles percebidos”.

O Clube Acadêmico, por sua vez, além de promover sessões comemorativas de fatos e vultos nacionais e estrangeiros, organizava debates com os alunos e com a sociedade carioca sobre as teses mais palpitantes da época, bem como se orientava no sentido do aperfeiçoamento intelectual de seu público, na medida em que era mais científica, mais didática e discutia assuntos matemáticos. Isso, contudo, embora fizesse essa entidade diferente daquela que a antecedeu, não conferia a ela um caráter menos civil e menos cientificista. Os temas debatidos, claramente influenciados pelo pensamento comteano, assim como os artigos que fez circular em suas publicações, eram essencialmente teóricos, reproduzindo em tudo uma formação alheia às exigências técnico-profissionais da carreira militar.

Foi, portanto, no interior dessas e de outras sociedades de menor expressão relacionadas à história da Escola Militar, que ganharam asas as doutrinas cientificistas. Dizendo de outro modo, foi no interior delas que, de modo particular, o positivismo comteano - despido de seu rigor religioso, avesso a quaisquer procedimentos anárquicos, e conseqüentemente, desejoso do progresso precedido da ou assentado na ordem veio se unir aos oficiais “científicos” da Praia Vermelha. Isto equivale a dizer que se verificou o oposto do que se poderia esperar: ao invés de serem os jovens oficiais militares da Praia Vermelha a dar sua adesão ao positivismo, foi este que a eles se uniu, “convertendo-se” afinal, para os grandes projetos que os moviam, na mais prestativa das filosofias.

Como já foi dito, essa “adesão” dos alunos da Escola Militar da Praia Vermelha ao positivismo ocorreu principalmente depois do ingresso do professor Benjamin Constant na Escola. Ele e o professor Roberto Trompowsky, seu repetidor a partir de 1877, pautaram o ensino da matemática, ministrado para o primeiro ano do curso superior, nos ensinamentos de Comte. Não se pense, todavia -conforme, às vezes se afirma - que as idéias comteanas fossem predominantes entre os professores. Havia entre estes, fervorosos católicos e ferrenhos defensores da Monarquia. Dizendo de outro modo, em que pesasse a influência de Benjamin Constant, o positivismo de Comte não predominou entre os professores. O mesmo não se pode dizer em relação aos alunos, que elegeram essa doutrina como o tema mais relevante dos debates travados nos limites de seus grêmios e associações.

Não é difícil entender o interesse despertado pela doutrina positivista entre os alunos. Em primeiro lugar, pela importância que atribuía à matemática e à ciência. Em segundo lugar, pela oposição tenaz ao espírito legista encamado idealmente pelos bacharéis em direito - característico do “estágio metafísico” a ser superado. Terceiro, pelo lugar de destaque reservado à nova elite “científica” no estágio positivo que se avizinhava (CASTRO, 1995, 70).

Seja como for, a ênfase que acabou assumindo o positivismo na Escola Militar não impediu a discussão de outras doutrinas, conforme já se assinalou. Porém, o que importa frisar não são as filigranas que distinguiram as doutrinas científicas ali discutidas, mas o espírito geral que as estruturava e unificava, ou seja, a fé irrestrita no progresso e na posição de destaque da ciência, bem como no papel que esta atribuía aos “sábios” - isto é, aos “cientistas” - na reorganização da sociedade, papel, aliás, que estes desempenhariam, protegidos pelo manto da neutralidade científica.

Não se pense, todavia, que a formação dos “bacharéis de farda” - expressão que acabou por cunhar os oficiais “científicos” que se formavam na Praia Vermelha - tenha contribuído para diminuir a distância social que punha, de um lado, aqueles e, de outro, os “paisanos”, ou seja, seus inimigos políticos, os bacharéis formados pelas escolas de Medicina e de Direito do Império. Esses oficiais militares, que desempenharam papel expressivo na Proclamação da República, tiveram que engavetar seus sonhos de participação política por algumas décadas, na medida em que, acalmados os ânimos, o padrão de Estado que predominou foi o civil, isto é, um padrão de Estado não intervencionista, apoiado num projeto liberal que deu autonomia aos Estados Federados e que continuou garantindo aos bacharéis do Direito e da Medicina o comando da trama política, durante toda a Primeira República.

Como deixou clara a discussão feita acima, não foram propriamente soldados o que as escolas militares produziram, especialmente a Escola Militar da Praia Vermelha, mas “bacharéis fardados” políticos, engenheiros, arquitetos, burocratas, publicistas, literatos, sertanistas e, também, “militares”.

3.3 – Os militares sergipanos formados na Escola Militar da Praia Vermelha e a composição da intelectualidade sergipana (1874 – 1889)

Durante o regime imperial, a Escola Militar da Praia Vermelha sofreu duas mudanças nos seus regulamentos com o fito de adequar o referido estabelecimento às exigências advindas da progressiva modificação da estrutura administrativa do Brasil, e também para dar maior uniformidade na formação dos oficiais após as reflexões realizadas no pós Guerra do Paraguai. No que tange o primeiro aspecto, coube às reformas desvincular a formação do engenheiro militar para atividades civis. O segundo intuito das foi o de homogeneizar a formação do oficial em um único estabelecimento de ensino, prestigiando a Escola Militar da Praia Vermelha em detrimento da Escola do Largo de São Francisco. Esta última medida visou também legitimar a EMPV como único *locus* fornecedor de oficiais para as fileiras do Exército Imperial, retirando das mãos do Imperador e dos Presidentes de Província o direito de distribuir patentes militares em troca de favores ou da comprovada lealdade ao regime monárquico.

O discurso institucional do Exército passa a venerar a questão do mérito intelectual, em forte oposição às práticas imperiais de concessão de patentes militares. No entanto, a pesquisa empírica nos mostrou que este discurso de adoração ao mérito visava unicamente extinguir toda e qualquer promoção ou ingresso no oficialato por outra via que não fosse pela via acadêmica. Nos registros de matrícula da EMPV deparamo-nos com uma série de militares sergipanos que puderam ingressar nas turmas de formação com o status de extranumerário²¹, ou seja, uma cota extra destinada aos filhos dos oficiais superiores do Exército e das Guardas Nacionais, sem que isso tenha causado qualquer tipo de revolta ou exclusão destes alunos no círculo dos seus pares e superiores.

Uma leitura mais atenta em MOTTA (2001) e a análise dos registros de matrícula dos alunos da Escola Militar nos mostram que o primeiro ano cursado passou a ser conhecido como Curso Preparatório²² e era composto de um conjunto de disciplinas

²¹ Grandes nomes da História Política e Militar de Sergipe ingressaram no Exército através do benefício legal conhecido por extranumerário.

²² Muitos pesquisadores postulam que o Curso Preparatório seria uma espécie de curso desvinculado da Escola Militar e que arregimentaria jovens de todo o território brasileiro dando-lhes uma base intelectual para que estes pudessem submeter-se aos exames admissionais e, se aprovados, matricularem-se nas turmas de alunos da academia. A pesquisa empírica, aliada aos corretos comentários contidos em Motta (2001)

teóricas que buscavam conduzir os alunos a um padrão mais ou menos regular de erudição e que possibilitaria aos mesmos poder acompanhar com desenvoltura as disciplinas mais complexas dos cursos específicos, fossem eles infantess, cavalarianos, artilheiros, engenheiros militares ou membros do Estado-Maior.

Samuel Augusto de Oliveira, natural da
 provincia de Sergipe, habilitado pela Per-
 legacia da Instrução Publica de Bôrta,
 nesta provincia, em Portuguez, francez,
 Inglez, Arithmetica, Algebra, Geome-
 tria, Historia e Geographia, pede
 ao N.º 6.º se digno conceder-lhe li-
 cencia para matricular-se, no an-
 no proximo futuro, na Escola prepa-
 ratoria annexa ao Militar de Bôrta
 pelo que

Figura 23 – Solicitação de matricula na Escola Militar da Praia Vermelha após a conclusão dos exames preparatórios Fonte: Arquivo Histórico do Exército - AHEx.

Aos infantess e cavalarianos sempre foi destinada uma educação mais curta que aquela ofertada aos demais oficiais. Isto, no entanto não nos autoriza a dizer que os militares destas armas eram destituídos de repertório, ao ponto de serem eles excluídos das rodas intelectuais nas respectivas províncias após a formação. Pela reforma de 1874, estes militares, além dos 3 anos do Curso Preparatório, deveriam obter aproveitamento em disciplinas que, além de militares, os legitimavam como detentores de um conhecimento

comprovam que o curso preparatório da EMPV era efetivamente um dos anos que o aluno tinha que cumprir dentro do currículo ao qual estava submetido. Neste 1º momento na academia, o aluno estudava, em três anos disciplinas como: Gramática Nacional, Geografia, Francês, Aritmética e Desenho linear. Estudavam, além disso, num segundo ano, as disciplinas Língua Vernáculas, Inglês, Francês, História Antiga, Álgebra e Desenho Linear. Por fim, num terceiro ano do curso preparatório, os alunos submetiam-se ao estudo do Inglês, mais uma cadeira de Língua Vernácula, História (Idade Média, Moderna, Contemporânea e da Pátria), além do estudo da Geometria e Trigonometria plana e prática.

em ciências exatas que estava muito acima da média da população brasileira. Ao longo de dois anos de duração, os infantes e cavalarianos estudavam, no primeiro ano do seu curso, disciplinas como Álgebra Superior, Geometria Analítica, Cálculo Diferencial e Integral. Além destas disciplinas, os alunos eram conduzidos a refletir acerca da Física experimental, Química Inorgânica, Desenho Topográfico, Topografia e Reconhecimento do terreno. Estas formavam o conjunto de disciplinas inerentes ao 1º ano do referido curso.

O segundo ano de formação destes oficiais era preenchido por um leque de disciplinas que os fazia transitar por um pequeno punhado de matérias práticas e declaradamente militares, e por outro montante de disciplinas que contemplavam questões do Direito Internacional, Direito Natural, Direito Público, Análise da Constituição do Império e também análise do Direito Militar.

Uma vez que, na Província de Sergipe, o quartel de 1ª linha do Exército era de tropa de infantaria, a grande massa de oficiais que aqui serviam eram possuidores deste arcabouço teórico que os legitimava enquanto partícipes de uma intelectualidade, composta, segundo SILVA (2004) por “intelectuais com e sem formação superior”.

É fato que os alunos matriculados nos cursos de Estado-Maior e Engenharia Militar, eram submetidos a um currículo muito mais extenso e completo. Para termos uma idéia, os primeiros (Estado-Maior) faziam toda a trajetória acadêmica dos infantes, cavalarianos e artilheiros, enquanto que os engenheiros militares cursavam todas as disciplinas de todos os cursos da academia. Esta diferenciação curricular acabava refletindo, no âmbito das províncias, nos cargos que eram destinados para cada perfil de oficial. Os militares de infantaria, em Sergipe, eram destinados exclusivamente para as funções na tropa, enquanto que os componentes do Estado-Maior eram designados para as funções de 1º Secretário do Presidente Provincial e os Engenheiros Militares, por conta de todo o prestígio social e intelectual, desempenhavam a função de encarregado das obras públicas²³.

²³ Mesmo após a separação da formação civil e militar dos engenheiros, isentando-se o Exército daquela formação, os militares ainda eram as grandes referências em termos de Engenharia no Brasil. Durante todo o Império, a função máxima de gestão das obras públicas sempre foi confiada aos militares, dos quais destacamos a figura do General José de Siqueira Menezes, que em Sergipe, realizou incontáveis obras, destacadamente na construção de prédios públicos e na primeira drenagem realizada em Aracaju com o fito de livrar a capital de diversos pântanos aqui existentes.

A maior visibilidade social destinada aos engenheiros e membros do Estado Maior, em detrimento aos infantes da tropa de linha na Província de Sergipe, fez com que a historiografia pontuasse apenas alguns poucos nomes de oficiais pertencentes à elite intelectual sergipana. Estes nomes coincidem com aqueles que desempenharam cargos públicos importantes no estado, principalmente após a Proclamação da República. Destacam-se, por exemplo, as trajetórias de José de Siqueira Menezes, José de Calazans, José Joaquim Pereira Lobo, Ivo do Prado Montes, dentre outros. O que ficou claro com esta pesquisa é que os oficiais da Tropa de Linha do Exército foram submetidos a uma brusca mudança de perfil. O fato de terem estudado numa academia militar, e de terem discutido de forma homogênea uma série de teorias e ciências, certamente os colocou num patamar intelectual muito maior do que as gerações militares anteriores. No entanto, há um grande declínio na visibilidade social deste grupo, uma vez que as patentes não são mais um sinônimo de status, apresentado àqueles que possuíam uma boa rede de relações com o poder provincial e imperial.

Como a Escola Militar da Praia Vermelha começa a deter a exclusividade da formação dos oficiais brasileiros, o Exército Imperial perde sua característica heterogênea e provincial e efetivamente passa a ser visto como uma tropa imperial. Os uniformes diferentes que eram utilizados em todo o território, passam a ser paulatinamente substituídos por um único padrão, e a manutenção dos corpos de tropa deixa de ser mantidos pelos poderes locais e passam a ser responsabilidade do poder central. Este fato conduz a uma rápida depreciação dos quartéis de linha, que passavam anos a fio a espera de verbas para, às vezes, ser completamente reestruturado.

Em 1882, o Presidente da Província de Sergipe, Herculano Marcos Inglês de Souza, em seu relatório acerca das condições de infra-estrutura das instalações da província, escreve o seguinte:

Quando cheguei a esta província visitei aquelle estabelecimento, o qual reclamava muitos concertos e melhoramentos, quer no que dizia respeito à commodidade das praças, quer em relação à hygienne tão necessária e recommendada em semelhantes casas.

Infelizmente, porém, muito pouca cousa se tem feito, por isso que não tem sido satisfeitos completamente os muitos pedidos de verba para occorrer à semelhantes despesas.

O Engenheiro José de Siqueira Menezes está encarregado de levantar a planta e confeccionar o orçamento da despesa a fazer-se com os concertos de que me ocupe.

Neste sentido, fica muito claro que a intelectualidade militar teve, na Guerra do Paraguai, um divisor de águas. Na primeira metade do século XIX, quando os militares sergipanos, em sua maioria, não tinham formação acadêmica, buscavam a legitimidade da sua condição de intelectual através de instituições locais e, desta forma, estavam mais diretamente infiltrados no conjunto dos indivíduos que compunham a elite intelectual da província, até mesmo porque esta coincidia com a elite econômica e política de Sergipe. Quando os militares, após a Guerra do Paraguai, são levados a buscar uma legitimação centralizada, através da Escola Militar da Praia Vermelha, desvinculam-se parcialmente das demais elites (econômica e política) e perdem também a visibilidade social, que fica registrada para a historiografia, neste caso, principalmente através do silêncio dos jornais e documentos da época. A ruína dos prédios da Tropa de Linha serve-nos como um forte indício metafórico da perda da visibilidade social que os militares de infantaria estavam submetidos. Esta ruína, vale pontuar, é de ordem política e econômica, mas jamais intelectual.

Uma busca minuciosa nos registros do Arquivo Histórico do Exército mostrou-se deveras reveladora da quantidade de matriculas de sergipanos nos bancos da Escola Militar da Praia Vermelha. Comparando estes dados com os registros biográficos do Dicionário Biobibliográfico de Armindo Guaraná, podemos perceber que a grande maioria destes militares, independentemente da formação recebida, seja tarimbeiro ou científico, retorna à Província de Sergipe e desenvolvem uma intensa atividade intelectual, seja no campo das Ciências Exatas, Naturais, Humanas, nas Artes, na Literatura, ou ainda através de contribuições para os jornais e folhetins locais e nacionais que circulavam no Império.

Um dos folhetins que recebia intensa contribuição dos oficiais sergipanos recebeu o nome de – O Soldado: órgão destinado aos interesses das classes militares – e circulou com ampla divulgação pelas províncias na década de 1880. Em um dos seus números, os editores repudiam o comportamento da força policial sergipana ao maltratar um oficial da Companhia de Infantaria e, na descrição do fato, os editores não perderam a oportunidade

de difundir que a própria população sergipana testemunhou o fato com grande espanto e reprovação. Transcrevemos aqui a matéria que saiu publicada no dia 17 de maio de 1881.



Figura 24 – Detalhe da capa nº 19 do Jornal “O Soldado”. Fonte: Arquivo Histórico do Exército - AHEx.

Motim Popular

A capital da província de Sergipe acaba de presenciar o facto mais imponente em que o povo revelando a sua legitima vontade, fez prevalecer os seus soberanos direitos.

Foi o caso de ser o tenente Bastos Coelho maltratado pela força policial, com o prévio assentimento de um chefe de policia arbitrário e de um juiz de direito venal, que não respeitando os direitos adquiridos, consentiram em tão requintada perversidade.

O povo, porém, tomando o direito da victima contra os algozes, reunido em massa foi ao palácio da presidência e forçou a que o presidente sancionasse a demissão do delegado de policia e pedisse ao governo a remoção do juiz de direito Campello, que immediatamente passou o exercício ao seu substituto, para não soffrer o mesmo que já soffreu em Porto Alegre quando era Chefe de Polícia. O delegado não esperou que o presidente o demittisse, foi forçado pelo povo, em plena rua, a assinar o requerimento de demissão!

Quanta moralidade e ensinamento nos briosos provincianos de Sergipe!

Que exemplo edificante acaba de dar o povo sergipano, fazendo respeitar os galões de um militar!

Dizemos moralidade, porque igual facto já se deu nesta côrte com o major honorário do exército Raymundo Duarte Bezerra, nosso digno e honrado companheiro, que por espírito de vingança foi prezo em uma enxovia... e todos souberam do facto, e o mais leve signal não appareceu como reprovação, nem menos, de tamanha violência!

E no entanto a câmara dos deputados e o Senado tiveram conhecimento desta violência e as autoridades foram conservadas para maior gloria do republicano Laffayette, ministro da Justiça de então; e do fraudulario gabinete de execrada memória, que se chamou 5 de janeiro!

Agora o que dirá o Sr. Dantas aos actos de caniballismo dos seus agentes contra o tenente Bastos Coelho, e ao desrespeito em plena rua a um alferes?

É muito bom que estes nobres exemplos partam das províncias e nelles mirem-se os nossos conterrâneos, que fogem do combate ao mais leve esguincho de uma bomba de incendio!

Ao brioso povo sergipano, que tão bons signaes de vida está dando, as nossas sinceras felicitações, pela licção aproveitável que acaba de dar aos pretensos civilisados da corte, que tudo suportam por amor à civilisação.

Um abraço, um sincero abraço, corajosos patrícios sergipanos.

No quadro 09, podemos reiterar os dados de CASTRO (1995), quando este quantifica em aproximadamente 10% a participação da Província de Sergipe nas matriculas de novos alunos na Escola Militar da Praia Vermelha. Claro que nem todos os Sergipanos matriculados retornavam à terra natal para aqui servir, pois era estratégico para o Exército, que militares oriundos das várias províncias do Brasil servissem em diversos outros lugares, como o fito de inibir maiores envolvimento com movimentos revolucionários das províncias e evitar que um grupo de oficiais que compartilhem dos mesmos ideais propusesse qualquer tipo de ruptura política de uma dada região do vasto território do Império do Brasil.

QUADRO 11
REGISTRO GERAL DOS ALUNOS DO CURSO SUPERIOR - EMPV (1870-1889).

Nome	Posto/Graduação	Naturalidade
Tito Antonio de França do Amaral	2º Cadete	Província de Sergipe
Preludiano Ferreira da Rocha	2º Cadete	Província de Sergipe
Antônio Freire de Carvalho	-	Província de Sergipe
João Martins d'Avila	Soldado	Província de Sergipe
Manoel Xavier de Oliveira	1º Sargento	Província de Sergipe
Antônio Teles da Silveira	1º Cadete	Província de Sergipe
Francisco Borja Lima	Soldado	Província de Sergipe
José Joaquim Pereira Lobo	2º Cadete	Província de Sergipe
Elpidio Cyrilo de Lima	2º Cadete	Província de Sergipe
Lauro Bransford	2º Cadete	Província de Sergipe
José Maria Moreira Guimarães	-	Província de Sergipe
Francisco Serôa da Motta	2º Cadete	Província de Sergipe
Norberto Augusto Villas Boas	2º Cadete	Província de Sergipe
José de Barros Pimentel Sobrinho	Soldado	Província de Sergipe
José do Prado Sampaio Leite	Soldado	Província de Sergipe
Agripim Vieira de Campos	2º Cadete	Província de Sergipe
José de Siqueira Menezes	2º Cadete	Província de Sergipe
Candido Pinto de Carvalho Júnior	-	Província de Sergipe
Erasmus de Lima	-	Província de Sergipe
Herculano de Araújo	-	Província de Sergipe
Ivo do Prado M. Pires da Franca	Soldado	Província de Sergipe
João d'Avila França	-	Província de Sergipe
José de Calazans	2º Cadete	Província de Sergipe
Nilo Moreira Guerra	-	Província de Sergipe
Samuel Augusto de Oliveira	-	Província de Sergipe

Fonte: Arquivo Histórico do Exército.

Estas configurações do cenário político, econômico e social do Brasil do final do século XIX, fazem com que compreendamos as profundas modificações pelas quais a categoria social – militares – foi submetida. Os militares da tropa de linha do Exército foram ainda mais submetidos ao estereotipo de tarimbeiros e os engenheiros, artilheiros e

militares do Estado Maior, buscaram, neste momento radicalizar para si o estereotipo de científicos. Isto explica-se com relativa naturalidade ao considerarmos que uma das exigências da corrente do Positivismo era que todo o saber deveria estar submetido aos rigores das ciências. Esta classificação, no entanto era de cunho interno, uma vez que os oficiais da tropa de 1ª linha do Exército eram detentores de um saber acadêmico capaz de lhes proporcionar o devido acesso ao grupo da sociedade sergipana que se compreendiam como sendo a intelectualidade da província.

No dicionário biobibliográfico de Armino Guaraná deparamo-nos com extensos trechos, nos quais o autor ressalta a capacidade intelectual dos militares da geração de 1870, inclusive, dando-nos provas da atuação destes militares nas principais instituições agregadoras de intelectuais da província. Exemplo claro disto, encontramos na página 123 do dicionário, quando GUARANA (1925) escreve acerca do General Ivo do Prado Montes Pires da França.

Pertenceu a várias sociedades literárias e scientificas [...] e foi um dos sócios do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe
Foi Ivo do Prado um dos sergipanos de mais elevado merecimento. Como militar, propagandista e um dos proclamadores da República, sua atuação sempre foi nobre e benéfica. Político, seu ideal collimou a autonomia dos pequenos estados no seio da Federação Nacional. Jornalista, fez de sua pena uma arma de combate a favor da regeneração de costumes deletérios. Positivista á Comte e materialista á Büchner, tornou-se alfim theosofista, evolução material explicável pela natureza dos seus sentimentos, pelas qualidades excepcionaes de seu coração. Representou ainda a sua terra natal á constituinte republicana de 1921 a 1923. Intelligente e bom, difícil seria assignalar o que nele mais se afirmou: si o talento servido por vasta erudição, si a bondade, constatada em todos os actos de sua vida pública ou particular.

É ainda o próprio Armino Guaraná quem insere o General Ivo do Prado na categoria de político e intelectual, quando narra o sentimento destas categorias por ocasião da sua morte, no estado do Rio de Janeiro.

Pranteou-a toda a colônia sergipana alli residente, todo o intellectual e político, que naquele instante perdia um dos seus filhos mais illustres. [...] Foi um *causer* admirável e um arguto polemista. Nós, os sergipanos, somos-lhes devedores da extraordinária defesa dos direitos de Sergipe na secular pendência de limites com a Bahia. O seu livro – “A capitania de Sergipe e suas ouvedorias” é um perfeito trabalho de historiographo e scientista, pois, revivendo o passado, elle nos deu sobre o assumpto a última palavra. Fundou e redigiu:

Correio de Sergipe: [...]

Jornal do Aracajú: [...]

Outro militar sergipano da geração de 1870 que, através do relato biográfico de Guaraná, ajuda-nos a confirmar as hipóteses levantadas acerca da efetiva participação dos militares no bojo da intelectualidade sergipana é o Marechal José Siqueira de Menezes. Este militar é possuidor de farto registro documental tendo seu nome e seus feitos citados em documentos da época, – relatórios do Presidente da Província, – jornais e outros registros que servem de fontes para a pesquisa historiográfica.

A análise destes registros documentais acerca do General Siqueira Menezes nos traz um outro elemento de suma importância para esta pesquisa. Seu nome está diretamente atrelado aos demais militares da sua geração e que, segundo os próprios relatos da época, foram os fundadores da República em Sergipe. Estes sergipanos mostraram-se exímios manipuladores do imaginário coletivo, utilizando-se de todos os mecanismos disponíveis para erigir, a exemplo dos republicanos do Rio de Janeiro, um verdadeiro monumento em torno de seus nomes, buscando transformar-se em heróis do novo regime político brasileiro.

Em torno de um jornal da época, o Correio de Aracajú, estavam reunidos além do Presidente do Estado, Siqueira de Menezes, os Generais Prisciliano de Oliveira Valladão, José de Calazans e José Joaquim Pereira Lobo.

General Dr. José de Siqueira Menezes

O dia presente é solenne em todo o Estado—de festa, regosijo e grande gala.

E a bom direito.

Recorda a deliciosa emoção que sentio a pequena Belgica, esta pequena Hollandia d'aquem mar, quando, com os olhos marejados de lagrimas sorridentes, recebeu, decadas passadas, das mãos de uma familia credora de reverencia, um menino, vagindo ainda, o qual hoje é esse homem que tem o coração inundado de felicidade pela passagem do seu anniversario—esse homem que actualmente exerce a nobre missão civilizadora de governar o patricio torrão natal, ao qual trouxe, no regaço da gloriosa farda, que veste, o sópro possante da mais bella esperanza de resurgimento.

A grande causa é esta—a reproducção do tempo em que começou a sua viagem pelas etapas da vida a criança de então, que é, no momento que transcorre, o general dr. José de Siqueira Menezes—um benemerito que desobriga a imprensa de seus favores, e não precisa que

esta lhe levante ruido em torno do nome.

E razão mais persuasiva e mais proba não póde ser allegada.

Os honestos, os imparciaes, os que respeitão a verdade, os que teem a religião do sentimento não podem deixar de ser parceiros dos que levantão a festa ao illustre homem publico que tão efficazmente tem contribuido para a verificação do progresso social de nossa terra, espalhando uma fecundidade de melhoramentos de toda a especie e categoria.

Póde alguém, caprichoso ou despeitado, obliterar da historia contemporanea de Sergipe os inolvidaveis serviços prestados por esse homem á sua terra?

Póde mão impia arrancar as infulas de grande dia estadual ao dia propicio e venturoso de seu nascimento?

O que está feito, está feito, e ha de permanecer.

Na administração do illustre general, homem que toma para si o melhor d'este disjunctivo—«il faut en ce monde être le chef ou l'esclave», — accenderão-se na capital as primeiras lampadas electricas; tivemos em nossas casas as aguas salubres do Pitanga; adornarão as nossas ruas as fitas da primeira ferro-viaria do Estado; recebemos o nosso primeiro bispo diocesano; vimos começar as construcções das obras do porto, do seminário, do asylo de mendigos e da rede de exgottos; vimos erguer-se um novo Grupo Escolar; vimos fundar-se um Instituto Historico e Geographico; decuplicarem-se as escolas primarias; reorganisarem-se as repartições publicas; adoptar-se o moderno methodo pedagogico, e prescrever-se a cada um o culto do seu dever, o respeito á lei e ás autoridades; ampliar-lhe a esphera economico-financeira; alargar-se o desenvolvimento agricola e industrial indigena.

Orgão da opinião, impõe-se-nos uma larga contribuição de reconhecimento e bons votos ao distincto Sergipano que tem feito o governo de sua pequena patria, procurando-lhe o mais

acertado horizonte de grandeza.

Trazemol-a nestas linhas mui singelas, de cortezias, deferencias e saudações, pedindo á s. ex. que a aceite de boa vontade.

E' o nosso cumprimento de consideração e estima.

Nas palavras que o comppõem, s. ex. encontrará a sincera traducção do bem que lhe desejamos, e da verdade dos pensamentos e sentimentos que nos inspira a sua illustre e veneranda pessoa de homem forte de caracter, espirito escolhido, e intelligencia que vê longe.

Estação telegraphica

Acham-se retidos na Estação desta capital os seguintes telegrammas: «Benta; Ainojag; Ravena».

O sr. Antonio Prado escreveu longa carta ao «Estado de S. Paulo, explicando que voltou á actividade politica, unicamente para promover um accordo entre os dirigentes da politica paulista e os directores do partido Conservador.

Figura 25 – Homenagem prestada ao General Siqueira pelo jornal “Correio de Aracaju” 1913. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe - IHGS.

Esta manipulação dos símbolos e das idéias foi marca registrada dos militares da Escola Militar da Praia Vermelha que buscaram, coletivamente, implantar nas suas províncias de origem as idéias Positivistas e os ideais republicanos. CARVALHO (2005) sobre isso bem pontua quando traça o perfil desta geração.

Se a ação tinha de se basear no convencimento, impunha-se o uso dos símbolos. Em primeiro lugar, sem dúvida, a palavra escrita e falada. Dela fizeram uso abundante em livros, jornais, publicações da Igreja, conferências. Era sua arma principal de convencimento dos setores médios. Mas empregaram também o simbolismo das imagens e dos rituais, especialmente tendo em vista dois públicos estratégicos, as mulheres e os proletários, menos afetos, ao menos no Brasil, à palavra. Atingir esses dois públicos, convencê-los da verdade da doutrina, era condição indispensável ao êxito final da tarefa que se impunham. A briga pelas imagens adquiria importância central. (CARVALHO: 2005,139).



Figura 26 – Foto do General Siqueira publicada pelo jornal “Correio de Aracaju” 1913. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe - IHGS.

No caso da transição do Império para a República em Sergipe, esta manipulação dos símbolos e das informações a serem deixadas para a posteridade, pela geração militar da Escola Militar da Praia Vermelha, foi uma tarefa tão bem realizada que não nos permite encontrar fortes indícios das disputas de poder político e intelectual travadas entre os militares e os demais membros das elites sergipanas. A leitura das fontes nos conduz a

uma descrição de Sergipe como uma das províncias na qual a mudança de regime foi recebida pelos diversos setores sociais como uma unanimidade. Um dos entusiastas da República, Laudelino Freire, encarregou-se de solidificar um imaginário republicano sergipano, fazendo circular entre as escolas públicas primárias seu livro acerca da História de Sergipe.

O segundo período que se estende de 1822 á 1889 em que Sergipe esteve sob o domínio do Império, nenhum acontecimento deu-se que lhe trouxesse transformações. Passa vida calma e regular, presenciando, apenas a disputa de poder pelos dous partidos – liberal e conservador – que então dominavam o paiz. Dáhi não resultava phase alguma de vida nova para a província, sinão assistir a sucessão ininterrupta de presidentes de província que lhes eram enviados pelo governo central. [...]

Proclamada a república no Brazil, Sergipe accetando-a não podia deixar de passar por uma phase de organização. Essa phase, mui curta embora, em que se procurou instituir os novos moldes do regimen adoptado para entrar-se na vida constitucional, que é a que rege todos os povos civilizados, trouxe-lhe grandes transformações e por isso pode constituir uma de suas phases de sua existência política. (FREIRE, 1898, 46).

Estes argumentos de Laudelino Freire ilustram e reforçam o ideário dos republicanos em Sergipe, que buscaram negar veementemente todo e qualquer valor que remontasse ao período Imperial brasileiro, colocando-se como os únicos legitimados a conduzir Sergipe rumo à ordem e o progresso. Os ecos desta manipulação do imaginário coletivo ressoaram durante todo o século XX, e fizeram-nos assumir a tese de que não havia intelectuais nesta província, por tratar-se de terra desprovida de oportunidades. Esta pesquisa constatou que, além das categorias de intelectuais, mormente citada como fecundada no século XIX, são também os oficiais do Exército participantes desta figuração que mostrou ter diferentes nuances na Província de Sergipe, se comparada com as elites intelectuais das demais regiões do Império.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A História Militar de Sergipe no século XIX, confunde-se com as trajetórias intelectuais dos seus oficiais, sejam aqueles formados no âmbito das diversas escolas militares que funcionaram nos anos oitocentos, ou aqueles que se mostraram merecedores de receber do Imperador do Brasil uma patente representativa de um título nobiliárquico.

O contato com fontes inéditas ou ainda pouco exploradas pela historiografia brasileira propiciou remontar um cenário, no qual foram evidenciadas nuances muito peculiares do fazer militar nas tropas de 1ª linha do Exército Imperial, mostrando que a semântica do termo “militares”, no transcorrer do século XIX, transcendia os muros dos aquartelamentos, estendendo-se pela vida política, econômica, cultural e intelectual da Província de Sergipe.

Interessou-nos, nesta pesquisa, comprovar que esta categoria social, que são os oficiais do Exército, independentemente da formação obtida, sempre representaram a ponta da linha no que diz respeito às questões de produção intelectual. Estes indivíduos, durante todo o período estudado, eram dotados de um repertório de idéias, teorias, conceitos e práticas que os legitimavam e os integravam no bojo das discussões e dos embates travados pelo que podemos chamar de *intelligentsia* sergipana.

A análise dos perfis biográficos dos oficiais do Exército Imperial em Sergipe, na primeira metade do século XIX, revelou-nos que estes homens, indicados pelas autoridades locais para compor a tropa de linha, ou exercerem funções administrativas chave dentro da máquina burocrática da província, ostentando uma patente militar, eram também, indivíduos que mesmo sem uma formação militar acadêmica, transitavam com propriedade por diversos campos do conhecimento humano e, certamente contribuíram para difundir, no âmbito da sua terra natal, os fundamentos da Botânica, da Medicina Veterinária, da Matemática, da Física, das Práticas higienistas, da Pedagogia – através da implantação do método lancasteriano - da Geografia, da História, da Literatura, isto somente para citar algumas.

Parte da produção intelectual destes militares era voltada para a modernização do próprio Exército Imperial, portanto interna, e certamente por isso, a visibilidade e o reconhecimento destes como intelectuais é assunto que suscitou durante anos, polêmicas ferrenhas entre os estudiosos desconhecedores destas questões em torno dos múltiplos estudos que foram produzidos dentro da caserna. Ressalte-se, no entanto, que esta produção de conhecimento relacionada aos militares sergipanos, fatalmente acabava sendo revertida em benefício do processo civilizatório do povo brasileiro. Submetendo-se esta produção intelectual a um olhar crítico, percebemos que a Educação, de forma geral é o grande campo que se beneficia das produções militares do período.

O General Manoel da Silva Rosa Junior, apesar de jamais ter recebido formação acadêmica, publica em 1873 o *Compêndio Elementar do Sistema Métrico Decimal* que foi adotado por todas as escolas públicas da Província de Sergipe. Este mesmo compêndio teve sua segunda edição em 1882, em São Paulo, em cujas escolas primárias também foi adotado.

Estes militares que não tiveram formação militar acadêmica buscavam a legitimação no campo intelectual através do vínculo às instituições locais de cunho científico, cultural e político, como por exemplo a assídua frequência aos gabinetes de leitura, às associações, ao Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe ou a iniciação no campo da política, o que obrigatoriamente os inseria no grupo do que podemos chamar de elite intelectual sergipana. É esta geração de militares que vai receber a incumbência de, através do método lancasteriano, dar educação elementar a todos os militares que dela fossem desprovidos, através de um modelo que ficou conhecido como escola regimental.

Ainda nos primeiros anos do século XIX, quando funcionou a Real Academia Militar, e os seus desdobramentos, Sergipe vai beneficiar-se diretamente de um perfil de militar a quem será outorgada a responsabilidade de alavancar o progresso do Império. São os Engenheiros.

Vistos como a mola propulsora e como a principal justificativa para criação da academia militar, estes profissionais eram preparados para o desempenho das suas funções, através de um refinado contato, principalmente com as Ciências Exatas, tornando-se assim, exímios Matemáticos, Físicos e Topógrafos. Retomando o que

explicitamos na introdução deste estudo, a urgente necessidade que o Império do Brasil teve de construir estradas, pontes e prédios públicos, e no caso de Sergipe, tudo isso se dá com mais intensidade a partir de 1855, supervaloriza estes engenheiros que rapidamente, pelo prestígio intelectual que detinham, vão ser absorvidos pela burocracia Imperial, sendo além de encarregado das obras públicas, em alguns casos, assessores diretos dos presidentes das províncias.

A intensa drenagem de pântanos, a disposição arquitetônica das cidades, o planejamento das redes de esgoto, faziam parte do arcabouço técnico destes militares que também produziram contribuições intelectuais em vários campos. O engenheiro Tito Antônio da França Amaral é autor de varias obras literárias que foram paulatinamente publicadas em diversos jornais sergipanos e de outras províncias. Guaraná cita algumas delas.

Homem de letras, romancista e poeta, escreveo:

- **O ciúme**: pequena narrativa. Rio de Janeiro 1879, 63 págs. [...] publicado anteriormente na Revista Mensal da sociedade Phoenix Literária, da qual foi colaborador.
- **A aurora da redenção**, romance.
- **Proculo, o Itabaiana, ou a bolsa do resgate**, romance.
- **O monge escravo e a natureza**, romance.
- **Os nautas da redempção**, poema.
- **A cabana legendária**, romance.
- **Meus cantos**, versos. (GUARANÁ: 1925, 271)

Vistos em conjunto com os engenheiros, no que diz respeito ao status social que detinham no seio da sociedade sergipana, estão os médicos militares e os capelães militares. Sobre estes últimos, no decorrer desta pesquisa, não foram encontrados, nas fontes estudadas, registros de membros do clero que satisfizessem as exigências metodológicas deste estudo, quais sejam: ser sergipano nato e estar vinculado ao quadro de oficiais do Exército Imperial. Como a Igreja oitocentista possuía uma dinâmica própria de mobilidade dos seus membros, será necessário um estudo que contemple exclusivamente esta categoria, para compreender como se dava a ação do clero militar junto aos integrantes das tropas de linha e da elite intelectual sergipana.

Os médicos militares e os padres compõem um grupo que, neste trabalho foi classificado como sendo o dos militares que receberam formação acadêmica civil. Os

médicos, sob um discurso de que eram os legítimos responsáveis pela elevação do povo brasileiro à categoria de civilização, mas com o intuito de expurgar do campo da medicina todos aqueles que exerciam sua prática sem a legitimação acadêmica devida, começam a difundir através de manuais e livros os fazeres médicos alicerçados num discurso científico para que todos os demais membros da sociedade compreendam a nova ordem deste campo.

O combate aos ativistas da medicina identificados como curiosos feiticeiros e curandeiros se tornou mais incisivo por ocasião do início da profissionalização dos médicos no Brasil. Essa formação profissional procurava atingir um duplo objetivo: unificar os conhecimentos e práticas médicas e desautorizar discursos e práticas amparados na metafísica, magia e teologia. O início da profissionalização dos médicos no Brasil pode ser considerado como um outro marco no processo de institucionalização e legitimação social deste campo do conhecimento, embora não represente uma ruptura plena com o estado de coisas [...]. (GONDRA, 2004, 64).

A produção intelectual destes militares tinha uma utilidade prática de grande monta, uma vez que foram os médicos que regularam as condições de saúde básicas que o cidadão deveria ter para ser incorporado às tropas de linha do Exército Imperial. Além disso, elevam sobremaneira a qualidade dos trabalhos militares através do emprego de diversas práticas higienistas que preveniam o surgimento e a difusão de moléstias nos corpos de tropa.

No afã de legitimarem-se como os detentores do saber médico, esta categoria vai buscar manipular o imaginário coletivo, mas também vão buscar espaços junto aos grupos intelectuais das províncias. Para tal, adotam a mesma estratégia dos militares sem formação acadêmica e vinculam-se às mais diversas associações agregadoras de intelectuais das províncias. Invadem os Institutos Históricos e Geográficos, os gabinetes de leitura, dentre outros e são responsáveis por um grande número de publicações em jornais, revistas e demais periódicos.

O outro grupo de oficiais que foi contemplado como foco do objeto desta pesquisa é composto pelo grupo da geração de 1870 que cursou o estabelecimento de ensino militar mais *sui generis* do século XIX. A Escola Militar da Praia Vermelha. Os currículos desta academia, visavam dar aos militares ali formados, além de uma boa instrução militar, os conhecimentos científicos das ciências exatas para que estes pudessem bem desenvolver

suas atividades nos corpos de tropa ou mesmo na administração de determinados setores das províncias. O que chamou e continua atraindo a atenção de vários pesquisadores acerca deste caráter *sui generis* da EMPV é que os próprios alunos ali matriculados, buscaram outras formas de complementar os seus estudos através de associações acadêmicas e grupos literários que discutiam questões que variavam desde a Literatura e Artes, perpassando pela Filosofia e Ciência Política podendo mesmo perpassar pelas questões militares.

Este estudo ratifica então a tese de SILVA (2004), que sugere que a intelectualidade sergipana do século XIX era composta de indivíduos portadores ou não do diploma acadêmico. Assume como verdadeira a tese da mesma pesquisadora que afirma que os militares eram sim legítimos participantes desta elite intelectual.

[...] foi analisada a formação da intelligentsia sergipana, constatando que ela foi construída por intelectuais com e sem formação superior, o que mostra que é na diversidade de seus indivíduos que a sociedade é construída, para depois configurar em grupos homogêneos no todo, mas heterogêneos na essência [...] (SILVA: 2004, 87).

O que pode ser percebido acerca dos militares é que, nos primeiros anos do século XIX, quando as promoções e o próprio acesso ao oficialato davam-se através da nomeação direta pelo Imperador, o Exército, como instituição, parecia extremamente fragmentado e, portanto, com as características de cada província. Por outro lado, seus oficiais, mesmo não possuindo o diploma superior, já estavam, na maioria das vezes, inserido na elite intelectual da província. Alguns deles aliavam a isso tudo uma carreira política e/ou a estratégia de associar-se às agências culturais regionais, o que lhes davam visibilidade social e legitimidade intelectual. À medida em que o Exército, com a finalidade de modernizar-se, sente a necessidade de homogeneizar alguns dos seus procedimentos, tais quais o uso dos mesmos uniformes, a mesma formação para seus oficiais, surge então um novo intelectual militar; possuidor do espírito de corpo e de uma identidade única, este militar vê na Escola Militar da Praia Vermelha um verdadeiro “ Tabernáculo do Conhecimento” e na figura do Benjamim Constant, a imagem ideal do oficial a ser seguido. Com isso o Exército adquire maior coesão e notoriedade como instituição, em contrapartida, seus oficiais, no âmbito das suas províncias, apesar de manterem-se completamente inseridos no campo intelectual, perdem em notoriedade individual,

transparecendo aos olhos menos treinados que esta institucionalização do Exército trouxe consigo um alheamento militar às questões intelectuais.

Espera-se que este estudo, que não tem a pretensão de esgotar o tema, possa contribuir para que novas pesquisas em História Militar de Sergipe elucidem outras nuances desta categoria, explorando as lacunas deixadas aqui nesta pesquisa na elaboração de novos objetos em História da Educação, que somem ainda mais no tecer historiográfico de Sergipe.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Sergio. *Os aprendizes do poder*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- ALMEIDA, Ana Maria F. *Circulação Internacional e formação intelectual das elites brasileiras*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo, Paz e Terra, 2002.
- ALVES, Claudia Maria Costa. *Cultura e política no século XIX: o Exército como campo de constituição de sujeitos políticos no Império*. Bragança Paulista, EDUSF, 2002.
- BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Ática, 1988.
- BARROSO, Gustavo. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2000.
- BASTOS, Maria Helena Câmara; FILHO, Luciano Mendes de Faria. *A escola elementar no século XIX: o método monitorial/ mútuo*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.
- BELLO. *História da República (1889-1902)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940.
- BERGER, Peter, L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de Sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.
- BITENCOURT, Liberato. *Brasileiros ilustres: sergipanos ilustres*. Rio de Janeiro: Typ. Pap. Gomes Pereira, 1913.
- BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: duvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora Unesp, 1997.
- BORGES, Vavy Pacheco. *O historiador e seus personagens: algumas reflexões em torno da biografia*. Revista Horizontes, Bragança Paulista, vol 19, p. 01 – 10. jan/dez 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- _____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- _____. *Coisas ditas*. Pierre Bourdieu. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- _____; PASSERON, Jean Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Trad. Reynaldo Bairão. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BURKE, Peter. *Uma história do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2005.

_____. *A formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador*. In : FAUSTO (dir.). *O Brasil republicano: sociedade e instituições (1889-1930)*. São Paulo : Difel, 1977. Tomo III, v. 2. (Col. História da Civilização Brasileira).

_____. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

_____. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

_____; IZECKSOHN, Victor; KRAAY, Hendrik. *Nova História militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1976.

_____. *As Profissões Imperiais: Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro (1822 – 1930)*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999

CORACINI, Maria José.(Org) *Identidade e discurso: (des) construindo subjetividades*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

COSTA, Valeriano Mendes Ferreira. *Ressentimento e revolta – Formação Cultural e radicalização política dos jovens oficiais da Escola Militar da Praia Vermelha: 1874 – 1889*. São Paulo, 1990 (Dissertação de Mestrado) – Universidade de São Paulo.

COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise de Império*. Campinas, Hucitec – Editora da UNICAMP, 1996.

CRUZ, Andreza Santos. *Formalidades do estilo: heróis, invenções e celebrações no 28º Batalhão de Caçadores*. São Cristóvão, 2005, 124 p. Monografia (Licenciatura em História). DHI, CECH, UFS.

CUNHA, Marco Antonio. *A chama da nacionalidade: ecos da Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2000.

DINIZ, Diana Maria de Faro Leal. (Org). *Textos para a História de Sergipe*. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 1991.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma História dos costumes*. Vol I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

_____. *O processo civilizador: formação do estado e civilização*. Vol II. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

_____. *A sociedade de Côrte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Trad. Pedro Sussekund. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor. 2001.

_____. *Mozart: Sociologia de um Gênio*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor. 1995.

_____. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor. 1994.

_____; SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor. 2000.

ENCREVÉ, Pierre e LAGRAVE, Rose-Marie. *Trabalhar com Bourdieu*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2005.

FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Ed. Globo 2001.

FAUSTO, Boris (org). *O Brasil Republicano, Tomo III: sociedade e instituições (1989 – 1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. 423 p.

FERNANDES, Heloísa. *Os militares como categoria social*. São Paulo: Global Ed. 1979.

FERRIRA NETO, Amarílio. *A Pedagogia no Exército e na Escola: a educação física brasileira (1880-1950)*. Aracruz: FACHA, 1999.

FONTES, Arivaldo Silveira. *Breve introdução à História dos colégios militares no Brasil*. Rio de Janeiro, 1958.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro,: Edições Graal, 1979.

_____. *Vigiar e Punir*: História da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

FREIRE, Felisbello *História de Sergipe*. Coleção Dimensões do Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 1977.

FRAGO, Antonio Viñao. *Las autobiografías, memórias y diários como fuente histórico-educativa: tipologia e usos*. Teias: Revista de Educação da UERJ – n° 1, (jun 2000) – Rio de Janeiro: UERJ, Faculdade de Educação, 2000-v.

GENNEP, Arnold Van. *Os ritos de passagem*: estudo sistemático dos ritos da parta e da soleira, da hospitalidade, da adoção, gravidez e parto, nascimento, infância, puberdade, iniciação, ordenação, coroação, noivado, casamento, funerais, estações, etc. Trad. Mariano Ferreira. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. Trad. Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GONDRA, José Gonçalves. *Artes de Civilizar*: Medicina, Higiene e Educação escolar na Corte Imperial. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2004.

GRUNENVALDT, José Tarcisio. *A educação militar nos marcos da primeira República*: estudo dos regulamentos do ensino militar 1890-1929. Tese de doutoramento do Programa de Estudos Pós - Graduados em Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.

GUARANÁ, Manuel Armindo Cordeiro. *Diccionario bio-bibliográfico sergipano*. Edição do Estado de Sergipe. 1925.

HERCHMANN, Michael M.; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. *A invenção do Brasil moderno*: medicina, educação e engenharia nos anos 20 e 30. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

_____ ; KROPF, Simone; NUNES, Clarice. *Missionários do Progresso: médicos, engenheiros e educadores no Rio de Janeiro 1870 - 1937*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *História geral da civilização brasileira: declínio e queda do Império*. Tomo II. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HORTA, José Silvério Baía. *O Hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil. (1930 – 1945)*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1994.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

_____. *Memória – História: documento/monumento*. Enciclopédia Einaudi, Vol. 1 Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

_____. *Os intelectuais na Idade Média*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

LEIRNER, Piero de Camargo. *Meia volta volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

LIMA, Aristela Arestides. *A instrução da mocidade no Liceu Sergipense: um estudo das práticas e representações sobre o ensino secundário na Província de Sergipe (1847 – 1855)*. São Cristóvão, Universidade Federal de Sergipe, 2004. (Dissertação de Mestrado).

MACHADO, Maria Cristina Teixeira. *Lima Barreto: um pensador social na primeira República*. São Paulo: EDUSP, 2002.

MAGALHÃES. *A evolução militar do Brasil*. Rio de Janeiro : Bibliex, 1958 ; CIDADE. *Lutas ao sul do Brasil, com os espanhóis e seus descendentes*. Rio de Janeiro : Biblioteca Militar, 1948 ; HANDELMANN. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1931.

MALVASIO, Luiz Sebastião. *História da Força Pública de São Paulo*. São Paulo, 1967.

MENDES, Fábio Faria. Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX. In CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Victor; KRAAY, Hendrik. *Nova História militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

MICELLI, Sérgio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MONTEIRO, Jônatas do Rêgo. *O Exército Brasileiro*. Edição da Biblioteca Militar. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1939.

MORAES, Evaristo de. *Da Monarquia para a República 1870 – 1889*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985.

MOTTA, Jehovah. *Formação do oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar. 1810 – 1944*. Rio de Janeiro: BibliEx, 2001.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. *Memórias do Aprendizado: 80 anos de ensino agrícola em Sergipe*. Maceió, Edições Catavento, 2004.

_____. Jorge Carvalho do. Anotações sobre a Botânica em Sergipe durante a primeira metade do século XIX. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Aracaju, vol 1, nº 1, 2005.

NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. *Pierre Bourdieu – Escritos de Educação*. 4ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

_____ e NOGUEIRA, Cláudio M. Martins. *Bourdieu & a Educação*. Belo Horizonte: Autentica, 2004.

NUNES, Maria Thétis. *História da educação em Sergipe*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

ORTIZ, Renato. *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1994.

PEREGRINO, Umberto. *História e projeção das instituições culturais do Exército*. Coleção documentos brasileiros. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1967.

RODRIGUES, J. Washt. *Uniformes do Exército Brasileiro 1730-1922*. Exercito Brasileiro, s/d.

SAID, Edward W. *Representações do intelectual: as conferências Reith de 1993*. Trad. Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SANTANA, Antonio Samarone de. *As febres do Aracaju: dos Miasmas aos Micróbios*. Aracaju, 2005.

SANTOS FILHO, Licurgo de Castro. *História Geral da Medicina Brasileira*. Vols 1 e 2. São Paulo: HUCITEC – EDUSP, 1991

SCHULZ, John. *O Exército na Política: Origens da intervenção militar: 1850 – 1894*. São Paulo, Edusp, 1994.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo, 2005.

SILVA, Cândido da Costa e. *Os Segadores e a Messe: o clero oitocentista na Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2000.

SILVA, Eugênia Andrade Vieira da. *A formação intelectual da elite sergipana: 1822 – 1889*. São Cristóvão, Universidade Federal de Sergipe, 2004. (Dissertação de Mestrado).

SILVA, José Carlos de Araújo. *O Recôncavo Bahiano e suas escolas de primeiras letras 1827-1852: um estudo do cotidiano escolar*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia. 1999.

SILVA, Denize Elena Garcia da; VIEIRA, Josênia Antunes. (Org.) *Análise do Discurso: percursos teóricos e metodológicos*. Brasília: Editora da UnB, 2002.

SIRINELLI, Jean François. *Os intelectuais*. In: RÉMOND, René. (Org) *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editoras Fundação Getúlio Vargas, 2003.

SODRÉ. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SOUZA, Adriana Barreto de. *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre ação política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

_____. *Caxias e a formação do Império Brasileiro: um estudo sobre trajetória, configuração e ação política*. Tese de Doutorado do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

_____. *A serviço de sua Majestade: a tradição militar portuguesa na composição do generalato brasileiro (1837-1850)*. In CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Victor; KRAAY, Hendrik. *Nova História militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

SHWARTZMAN, Simon. *A força do novo: por uma sociologia dos conhecimentos modernos no Brasil*. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 5, v. 2, out., 1977.

SUBRINHO, Josué Modesto dos Passos. *História Econômica de Sergipe 1850-1930*. São Cristóvão: Programa Editorial da UFS, 1987.

TAUNAY. *Império e República*. São Paulo: Melhoramentos, 1933.

TELLES, Pedro Carlos da Silva. *História da Engenharia no Brasil: séculos XVI a XIX*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Claveiro, 1994.

TREVISAN, Leonardo. *Instituição Militar e Estado Brasileiro*. São Paulo. Global, 1987.

VIEIRA, Rosa Maria. *O juiz de Paz: do Império a nossos dias*. 2ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

ANEXO I

**REPRODUÇÃO DIGITALIZADA DAS APOSTILAS
UTILIZADAS PELO MÉTODO LANCASTERIANO EM
SERGIPE.**

ESCOLAS ELEMENTARES.

Dos Adjectivos Articulares.

Os adjectivos articulares se ajuntam aos nomes e numera para determinarem a quantidade de individuos, de que falamos. São os adjectivos articulares: *simples*, ou sómente artigo, *articulares numericos*, *articulares relativos*, *articulares demonstrativos*, *articulares possessivos*, *articulares genericos*, *articulares indefinidos*, *articulares conjunctivos*, *articulares interrogativos*, e *articulares admirativos*.

1.º O *articular simples* ou o artigo *a* é o que indica que o nome se toma em toda a extensão da sua significação, v. g. o *homem* é mortal, a *larangeira* é arvore do espinho, os *esvallos* são animaes serviaes, as *aves* voam.

Alguns vizes porém se ajuntam aos nomes individuos o artigo *a*, v. g. o *Brasil*, a *America*, o *Japão*, a *China* &c. Isto procede assim, porque os nomes individuos á quem não conheço os individuos, não dão pela malor prate ideia alguma, nem da classe á que pertencem; por isso era usual ajuntar-se o nome comum com o proprio apposto, v. g. o *rio Tejo*, a *lagôa Meóhia*, &c.

2.º Os *articulares numericos* são os que determinão o numero de individuos de que falamos, e são *cardinaes* ou *ordinaes*. Os *numeraes cardinaes* são os que mostrão o numero absoluto de individuos, v. g. *hum*, *dois*, *tres*, *quatro* &c. Os *numeraes ordinaes* são os que mostrão a ordem, em que os individuos são considerados, v. g. *primeiro*, *segundo*, *terceiro*, *quarto* &c.

3.º Os *articulares relativos* são os que trazem á memoria um nome antecedente, v. g. *elle*, *que*, *qual*, *quem*, *cujos*, *onde*, *quando*; exemplos: vi *Pedro*, e *elle* me saudou; o *livro*, *que* comprei é bom; li um *livro*, do *qual* não tirei proveito; o *homem*, á *quem* falaste é morto; a *quinta*, *cujos* dono é meu amigo; estive no *theatro*, *onde* o *quando* eu tambem estive; neste ultimo exemplo *onde* equivale á *em que*, e *quando* á *no tempo em que*. O *articular relativo onde* tambem se refere ás pessoas, v. g. *aquelles*, *donde* venho, i. e. *aquelles*, de *quem* descendo.

4.º Os *articulares demonstrativos* são os que determinão a extensão do nome á que se ajuntão, mostrando que o objecto se acha junto á uma certa pessoa, ou remoto d'ella, v. g. *este*, *isto*, *esse*, *isso*, *aquelle*, *aquillo*; exemplos; *que espada é essa?* (resposta) *esta espada é minha*; *aquelle alem é de Pedro*. O *articular demonstrativo isto* equivale á *este objecto proximo d mim*, o *articular isso*, á *esse objecto proximo d ti*; e o *articular aquillo*, á *quelle objecto remoto*.

5.º Os *articulares possessivos* são os que determinão a extensão do nome á quem pertence o objecto v. g. *meu*, *ten*, *seu*, *nossa*, *vossa*; exemplos: *este livro é meu*; *aquelle á vossa*; *toma o teu livro*; *livro seu chapéo*; *agula nossa bandelras*.

Alguns vizes antepomos aos *articulares possessivos* o *articular simples* *a*; 1.º quando calamos o nome, v. g. *esta espada é minha*, a *coisa* é *aquelle*; 2.º quando falamos de alguma coisa habitual, v. g. *estou com a minha dor*.

6.º O *articular genericos* é o que junto ao nome indica a totalidade de individuos, v. g. só *Deus* é verdadeiro, e *toda* *homem* mentiroso; *tudo* está em ordem, que val o mesmo que *todas as coisas* estão em ordem.

7.º Os *articulares indefinidos* são os que juntos aos nomes indicão os objectos de um modo vago, v. g. *algum*, *nenhum*, *cada*, *qualquer*; exemplos: *algum homem* não é branco; *cada dia* vão succederem novas revoluções; *nenhum homem* é perfeito; *qualquer homem* tem sua opinião.

Commette-se erro quando se põe o *articular algum* depois do nome para exprimir o mesmo que *nenhum*, v. g. *pessoa alguma*, por *nenhuma pessoa*; é sempre necessario ajuntar a negativa *não*, v. g. *palavra alguma não* se lhe entendeu.

8.º Os *articulares conjunctivos* são os que ajuntão as sentenças, em que se achão, com a antecedente, v. g. *que*, *qual*, *quem*, *cujo*. Exemplos: *a casa*, *que* *edifiquei*, é *vossa*; o *articular que* ajunta as duas sentenças, *a casa é vossa e edifiquei*; a *quinta*, *cujos* dono é *Pedro*, *agradame*; o *articular cujo* ajunta as duas sentenças *a quinta agradame*, *Pedro é dono*.

9.º Os *articulares interrogativos* são os que se ajuntão aos nomes, que mostrão o objecto sobre que recae a pergunta, v. g. *que*, *quem*, *qual*, *quanto*, *quando*, *onde*; exemplos: *que livro* queres? *quem é este homem?* *qual é teu lugar?* *onde estavas tu?* *que* equivale á *em que lugar estavas tu?* *quando chegaste?* i. e. *em que tempo chegaste* &c.

10.º Os *articulares admirativos* são os que juntos aos nomes exprimem os objectos sobre que recae a admiração de quem fala, v. g. *que*, *quem*, *onde*, &c.; exemplos: *que homem!* *quem tal pensaria!* &c.

Para que servem os adjectivos articulares?

Quanto são os adjectivos articulares?

Que é *articular simples*?

Quando se ajunta o *articular* a os nomes individuos?

Que são *articulares numericos*?

Que são *articulares relativos*?

Que são *articulares demonstrativos*?

N. 3. Primeira Classe.

Que são *articulares possessivos*?

Quando se ajunta o *articular* a os possessivos?

Que é *articular genericos*?

Que são *articulares indefinidos*?

Que são *articulares conjunctivos*?

Que são *articulares interrogativos*?

Que são *articulares admirativos*?

ESCOLAS ELEMENTARES.



Introdução á Grammatica.

A Grammatica é arte, que ensina a declarar bem os nossos pensamentos, por meio de palavras.

O objecto da Grammatica é fazer Sentenças, e explicar as diversas partes, de que ellas se compõem.

As Sentenças são as proposições, ou sentidos perfectos. Ellas constão de *Palavras*: as *Palavras* de *Syllabas*: as *Syllabas* de *sons* elementares representados por *Lettras*.

Palavra é uma quantidade de son articulado, que significa algum conceito em qualquer idioma.

Os sons elementares são ou *vogaes*, ou *consoantes*.

Os sons vogaes são articulados pelo impulso da voz, e sómente pela abertura da boca de um certo modo, por exemplo; a, e, i, o, u,

As *lettras vogaes*, ou com que representamos os sons vogaes, são a, e, i, o, u, y.

As *lettras consoantes*, ou com que representamos os sons consoantes, são b, c, d, f, g, h, j, k, l, m, n, p, q, r, s, t, v, x, z. O h é sinal de aspiração, desconhecida no nosso idioma, e o k é letra grega e desnecessaria.

Os sons consoantes são os que se não pôdem pronunciar bem por si sós, e se modificão por meio dos sons vogaes, como os seguintes Bè, Cè, Dè, Fè, Gè, Jè, Lè, Mè, Nè, Pè, Qè, Rè, Sè, Tè, Vè, Xè, Zè.

Os sons vogaes, pronunciados em parte pelo nariz se chamão *nasaes*, e se representão pelas vogaes com o sinal (~), v. g. ã õ &c. O sinal (~) que se acha sobre as vogaes para lhes dar son nasal se chama *til*.

O *Ditongo*, ou son vogal composto, é a união de dois sons vogaes pronunciados em um só impulso da voz, v. g. ai, ei, &c.

A *syllaba* é a pronuncia de uma vogal só, ou combinada e precedida de consoantes, ou tambem de qualquer ditongo, preferida a vogal ou o ditongo em uma só emissão de vós, quer forme uma palavra, como a, de, lei, são; quer parte de uma palavra, v. g. á-ba, á-gua, á-dro, tem-plo.

Os sons vogaes simples da lingua Portuguesa são os tres seguintes; agudos, ou fortes, graves e mudos

Dos Accentos.

Fonte: Arquivo Nacional, Série Guerra IG³ 23 (1823-1827) – Documentos de Sergipe – Ensino mútuo.

ESCOLAS ELEMENTARES.

Dos Adjectivos Articulares.

Os adjectivos articulares se ajuntão aos nomes communs para determinarem a quantidade de individuos, de que falamos.

Dês são os adjectivos articulares; *articulares simples*, ou sómente artigo, *articulares numeraes*, *articulares relativos*, *articulares demonstrativos*, *articulares possessivos*, *articulares genericos*, *articulares indefinidos*, *articulares conjuntivos*, *articulares interrogativos*, e *articulares admirativos*.

1.º O *articular simples* ou o artigo *o* é o que indica que o nome se toma em toda a extensão da sua significação, v. g. o *homem* é mortal, a *larangeira* é arvore de espinho, os *caballos* são animaes serviçaes, as *arves* voão.

Alguas vezes porem se ajunta aos nomes individuaes o artigo *o*, v. g. o *Brasil*, a *America*, o *Japão*, a *China* &c. isto procede assim, porque os nomes individuaes á quem não conhece os individuos, não dão pela maior parte ideia alguma, nem da classe á que pertencem; por isso era usual ajuntar-se o nome commum com o proprio apposto, v. g. o *rio Tejo*, a *lagoa Meóthia*, &c.

2.º Os *articulares numeraes* são os que detirminão o numero de individuos de que falamos, e são *cardiaes* ou *ordinaes*.

Os *numeraes cardiaes* são os que mostram o numero absoluto de individuos, v. g. *hum*, *dois*, *tres*, *quatro* &c.

Os *numeraes ordinaes* são os que mostram a ordem, em que os individuos são considerados, v. g. *primeiro*, *segundo*, *terceiro*, *quarto* &c.:

3.º Os *articulares relativos* são os que trazem á memoria um nome antecedente, v. g. *elle*, *que*, *qual*, *quem*, *cujo*, *onde*, *quando*: exemplos: vi Pedro, e *elle* me saudou; o livro, *que* comprei é bom; li um livro, do *qual* não tirei proveito; o homem, á *quem* falaste é morto; a quinta, *cujo* dono é meu amigo; estive no theatro, *onde* e *quando* eu tambem estive; neste ultimo exemplo *onde* equival á *em que*, o *quando* á *no tempo em que*. O *articular relativo onde* tambem se refere ás pessoas, v. g. *aquelles*, *donde* venho, i. e. *aquelles*, de *quem* descendo.

4.º Os *articulares demonstrativos* são os que determinão a extensão do nome á que se ajuntão, mostrando que o objecto se acha junto á uma certa pessoa, ou remoto d'ella, v. g. *este*, *isto*, *esse*, *isso*, *aquelle*, *aquillo*: exemplos; que espada é *essa*? (resposta) *esta* espada é minha; *aquella* alem é de Pedro.

O *articular demonstrativo isto* equival á *este objecto proximo á mim*, o *articular isso*, á *esse objecto proximo á ti*; e o *articular aquillo*, á *aquelle objecto remoto*.

Fonte: Arquivo Nacional, Série Guerra IG³ 23 (1823-1827) – Documentos de Sergipe – Ensino mútuo.

ESCOLAS ELEMENTARES.

De alguns accidentes communs aos Nomes, e Adjectivos.

Chamamos accidente dos nomes, e adjectivos ás variações de terminações, quando significamos multos objectos, v. g. um dia, dois dias; este pomo verde, aquellos pomos verdes; esta mulher virtuosa, estas mulheres virtuosas: isto é o nome, ou adjectivo ao plural.

Varião tambem os nomes para indicar o sexo, ou genero dos individuos; e os adjectivos que os modificão, v. g. leão bravo, leoa brava; deuses irados, deusas iradas; gato miador, gata miadora.

Da formação dos plurales dos Nomes, e Adjectivos.

Os nomes acabados em vogal pura, ou nasal formão o plural acrescentando-se no singular um s, v. g. caça, caças; boa, boas; pobre, pobres; leve, leves; nebrí, nebris; dono, donos; só, sós; baú, baús; lú, lús; cã, cãs.

Ha tres modos de formar o plural dos nomes acabados em ão: o 1.º é, seguindo a regra geral, acrescentando-se-lhes um s, v. g. cidadão, cidadãos; christão, christãos; mão, mãos; &c. o 2.º é, mudando o o em es, v. g. capellão, capellães; cão, cães; albrão, albrões; &c. o 3.º é, mudando-se o ão em ões, v. g. folião, foliões; vulcão, vulcões; peão, peões; &c.

Os nomes, e adjectivos terminados em al, ol, ul mudão no plural o l em es; v. g. sal, sales; natural, naturdes; sol, sóes; tafal, tafães; azul, azúes; exceptuão-se desta regra consul, que faz consules; praconsul, praconsules; curul, curules.

Os nomes, e adjectivos acabados em el formão o plural mudando o l em is, v. g. anel, aneis; andrel, andreis; edrel, edreis.

Os nomes, e adjectivos acabados em il agudo mudão o l em s, v. g. anafil, anafis; vil, vis; gazil, gazis; edil, eds.

Os nomes, e adjectivos acabados em il sem acento fazem o plural mudando o il em eis, v. g. facil, facies; docil, docies; &c.

Os nomes acabados em em, im, om, um mudão no plural o m em es, v. g. bem, bens; fin, fins; bom, bons; atum, atuns.

Os nomes acabados em on formão o plural acrescentando-se es, v. g. canoa, canoes; nomocão, nomocões; &c.

Os nomes, e adjectivos acabados em r, s, x, z formão o plural acrescentando-se es, v. g. pezar, pezares; clamor, clamores; rapa, rapas; evar, evaras; feliz, felizes; alferes, alferes; &c. exceptuão-se desta regra caliz, que faz calices; appendiz, appendices; index, indices; e feniz, que não varia, e se diz as fenizes.

As palavras compostas formão o plural mudando separadamente as partes, que varião, v. g. cada-um, cada-uns; qual-quer, quaes-quer; gentio-homem, gentio-homens; &c.

Dos nomes que não tem plural, e dos que não tem singular.

Dizemos que os nomes não varião de numero á numero, ou que são indclinaveis, e de hum só numero, quando grammaticalmente falando, só devem ser tomados em um unico numero.

Os nomes individuaes não tem plural, v. g. Hercules, Annibal, Cezar, &c. e só figuradamente, e para exprimir individuos que tem as mesmas qualidades, é que dizemos os Hercules, os Annibales; os Cezares, &c.

A palavra deus, quando exprime o verdadeiro Deus, não tem plural.

Os nomes de metaes não tem plural, v. g. ouro, ferro, prata, platina, estanho, &c. e só por figura é que dizemos as pratas, os ferros, os cozes, &c. por que neste caso entendemos as peças destes metaes, pelos metaes, v. g. as pratas das igrejas em lugar das peças de prata das igrejas, &c.

Os nomes, que exprimem as paixões da nossa alma, não tem plural, v. g. amor, odio, ira, raiva, &c. e só por figura dizemos amores, odios, iras, raivas, &c.

Os nomes de virtudes, e vicios não tem plural, v. g. patriotismo, beneficencia, fé, caridade, esperanca, &c.; avariza, soberba, lousa, gúlla, maledicencia, &c.

Os nomes de ventos não tem plural, v. g. norte, sul, leste, oeste, &c. e só dizemos os nortes, os súes, &c. quando queremos exprimir que estes ventos soprão por muitos dias, ou temporadas.

Não tem singular os nomes actas, algemas, aleiçoras, andas, andilhas, ceroulas, grilhas, fizes, exéquias, fauces, prócos, péletes, pás, vices, l'esperas, Completas, Matinas, Laudes; exprimindo estes ultimos quatro as horas canonicas.

Que são accidentes dos Nomes, e Adjectivos?

Que é variação de género?

Como se forma o plural dos nomes acabados em vogal pura, ou nasal?

Quantos modos há de formar o plural dos nomes acabados em ão?

Como se forma o plural dos nomes, e adjectivos acabados em al, ol, ul?

Como se forma o plural dos nomes, e adjectivos acabados em el?

N. 5. Primeira Classe.

Como se forma o plural dos nomes, e adjectivos acabados em il agudo?

Como se forma o plural dos nomes, e adjectivos acabados em il sem acento?

Como se forma o plural dos nomes acabados em em, im, om, um?

Como se forma o plural dos nomes acabados em on?

Como se forma o plural dos nomes, e adjectivos acabados em r, s, x, z?

Como se forma o plural das palavras compostas?

Que são nomes indclinaveis de numero á numero?

Os nomes individuaes tem plural?

O nome Deus de L'Alto tem plural?

Os nomes de metaes tem plural?

Os nomes de virtudes, e vicios tem plural?

Os nomes de ventos tem plural?

Quaes são os nomes que não tem singular?

ESCOLAS ELEMENTARES.

De alguns accidentes communs aos Nomes, e Adjectivos.

Chamamos accidente dos *nomes*, e *adjectivos* ás variações de terminações, quando significamos multos objectos, v. g. um dia, dois dias; este pomo verde, aquelles pomos verdes; esta mulher virtuosa, estas mulheres virtuosas: isto é ir o nome, ou adjectivo ao plural.

Varião tambem os nomes para indicar o sexo, ou genero dos individuos; e os adjectivos que os modificão, v. g. leão bravo, leoa brava; deuses irados, deusas iradas; gato miador, gata miadora.

Da formação dos plurales dos Nomes, e Adjectivos.

Os nomes acabados em vogal pura, ou nazal formão o plural acrescentando-se ao singular um *s*, v. g. caça, cazas; boa, boas; pebre, lebres; leve, leves; nebris, nebris; dono, donos; só, sós; baú, baús; lã, lãs; cã, cãs.

Ha tres modos de formar o plural dos nomes acabados em ão: o 1.º é, seguindo a regra geral, acrescentando-se-lhes um *s*, v. g. cidadão, cidadãos; christão, christãos; mão, mãos; &c. o 2.º é, mudando o *o* em *es*, v. g. capellão, capellães; cão, cães; alemão, allemães; escrevão, escrevões; &c. o 3.º é, mudando-se o ão em ões, v. g. folião, foliões; vulcão, vulcões; peão, peões; &c.

Os nomes, e adjectivos terminados em *al*, *ol*, *ul* mudão no plural o *l* em *es*; v. g. sal, sals; natural, naturaes; sol, sóes; tafel, tafés; azul, azúes; exceptuão-se desta regra *consul*, que faz *consules*; *proconsul*, *proconsules*; *curul*, *curules*.

Os nomes, e adjectivos acabados em *el* formão o plural mudando o *l* em *is*, v. g. anel, aneis; amável, amáveis; edel, sáveis.

Os nomes, e adjectivos acabados em *il* agudo mudão o *l* em *s*, v. g. anafil, anafis; vil, vis; gazil, gazis; edil, edis.

Os nomes, e adjectivos acabados em *il* sem accento fazem o plural mudando o *il* em *eis*, v. g. facil, facies; docil, doceis; &c.

Os nomes acabados em *em*, *im*, *om*, *um* mudão no plural o *m* em *ens*, v. g. bem, bens; fim, fins; bom, bons; atum, atuns.

Os nomes acabados em *on* formão o plural acrescentando-se *es*, v. g. cãnon, cãnones; nomocãnon, nomocãnones; &c.

Os nomes, e adjectivos acabados em *r*, *s*, *x*, *z* formão o plural acrescentando-se *es*, v. g. pezar, pezares; clamor, clamores; rapás, rapázes; voraz, vorazes; feliz, felizes; alferes, alferizes; &c. exceptuão-se desta regra *caliz*, que faz *calices*; *appendiz*, *appendices*; *index*, *indices*; e *fenix*, que não varia, e se diz *as fenix*.

As palavras compostas formão o plural mudando separadamente as partes, que varião, v. g. cada-um, cada-uns; qual-quer, quaes-quer; gentil-homem, gentis-homens; &c.

Fonte: Arquivo Nacional, Série Guerra IG³ 23 (1823–1827) – Documentos de Sergipe – Ensino mútuo.

ESCOLAS ELEMENTARES.

Das palavras por si sos.

As palavras, de que consta qualquer sentença, são oito: *Nomes*, ou *Substantivos*, *Adjectivos articulares*, *Adjectivos attributivos*, *Verbos*, *Adverbios*, *preposições*, *Conjunções*, *Interjeições*.

Nomes, ou *Substantivos* são as palavras, com que significamos os indivíduos da natureza, ou da arte, v. g. *Pedra*, *casa*, *Pomo*; e as qualidades do persal como *aluno*, *douro*.

Adjectivos articulares são as palavras, que juntamos aos nomes para determinarem a extensão individual, á que se applica um nome commum, v. g. *o* homem, *este* homem, *aquella* casa, *qual* pomo, *toda* pessoa, *nenhum* homem, &c.

Adjectivos attributivos são as palavras, que juntamos aos nomes para significar as propriedades e qualidades das pessoas ou coisas, v. g. *homem bom*, *fruta doce*, *seda azul*, *homem moral*, &c.

Verbos são as palavras, com que afirmamos, que algum attributo compete á alguma pessoa ou coisa, ou declaramos o nosso desejo do que alguma pessoa ou coisa tenha alguma qualidade ou attributo, faça ou sofra alguma acção, v. g. *este pomo é doce*; *Pedro ama a verdade*; *filho, ama os teus semelhantes*; *perdoai o sereno* perdoados; &c.

Adverbios são as palavras, com que modificamos os attributos das coisas, v. g. *muito* branco, *pouco* quente; e também os attributos significados pelos verbos, v. g. *ama pouco*, *falla muito*; o adverbio *não* exclue os attributos.

Preposições são as palavras, com que declaramos as relações, que umas coisas tem com outras, v. g. *senhor da casa*, *homem sem brío*.

Conjunções são palavras, que indicão as correlações das sentenças, e as ligão entre si, v. g. *Pedro é intrepido, mas é imprudente*; *João não foi lá, nem Francisco*; *Pedro e João são amáveis*.

Interjeições são as palavras, de que nos servimos para exprimir as Paixões da nossa alma, v. g. *ai*, *ui* &c., que valem o mesmo, que *eu tenho dor*; *eu me admira*.

Dos Nomes, ou Substantivos.

Os nomes ou são *indivíduos*, como *Catão*, *Roma*; ou *communs*, como *planta*, *arvore*, *cidadão*.

Os nomes tem dois *numeros*; *singular*, e *plural*.

O *Singular* exprime uma só pessoa, ou coisa, v. g. *um cavallo*, *esta arvore*, *um cidadão*.

O *Plural* exprime duas ou mais pessoas, ou coisas v. g. *dois cavallos*, *estas arvores*, *muitos cidadãos*.

Os nomes *indivíduos*, ou *proprios* não tem plural, e só quando queremos exprimir indivíduos de huma mesma familia, ou por figura indivíduos de qualidades semelhantes é que disemos, os *Albuquerque* os *Víras*, &c.: O Brasil produz *Sciphões*, *Cesares*, &c.

Os nomes tem dois generos, conforme significão animaes de um ou outro sexo.

Os nomes se chamão *masculinos*, quando significão o macho de qualquer especie, v. g. *homem*, *rato*, *cavalle*.

Os nomes se chamão *femininos*, quando significão a fêmea de qualquer especie, v. g. *mulher*, *gata*, &c.

Chamão-se *Casos* dos nomes as diversas variações, que exprimem as relações das coisas significadas entre si.

No *Latim* se encontram seis casos; v. g. *Nominativo*, *Genetivo*, *Dativo*, *Accusativo*, *Vocativo*, e *Ablativo*.

Nos em *Portuguez* temos alguma semelhança de casos nos seguintes nomes *eu*, *nós*, *tu*, *vós*, *elle*, *ella*, que os *Grammaticos* chamão *Pronomes* pessoas.

O nome *eu*, com que quem fala de si se nomina em logar do seu proprio nome, tem as variações *me*, *mim*, *migo*. O nome é dito pelos *Grammaticos* pronome da primeira pessoa do singular.

O nome *nós*, com que alguém afirma alguma coisa de si e de outros, tem as variações *nos* e *nosco*. O nome *nós* se diz pronome da primeira pessoa do plural.

O nome *tu*, com que designamos a pessoa, á quem falamos, tem as variações, *te*, *ti*, *tigo*. O nome *tu*, se diz pronome da segunda pessoa do singular.

O nome *vós*, com que designamos as pessoas, com que falamos, tem as variações *vos*, *vosco*. O nome *vós* se diz pronome da segunda pessoa do plural.

Os nomes *elle*, *ella*, com que designamos a pessoa, de quem falamos, tem as variações *si*, *the*, *se*, *sigo*. Os nomes *elle*, *ella* se dizem pronome da terceira pessoa do singular.

Os nomes *elles*, *ellas*, com que designamos as pessoas, de quem falamos, tem as variações *si*, *the*, *se*, *sigo*. Os nomes *elles*, *ellas* se dizem pronome da terceira pessoa do plural.

Todos os outros nomes não varião no mesmo numero, e por isso se dizem *invariaveis*, ou *indivelluaveis*.

Os *augmentativos* são os que se derivão dos *Substantivos* e *adjectivos attributivos*, v. g. *hamemzarrão*, *mulheraça*, *cavallão*, *doidarão*, *negralhão*; de *homem*, *mulher*, *cavalle*, *doido*, *negro*.

Os *diminutivos* são os que se derivão dos *substantivos* e *adjectivos attributivos* positivos, v. g. *hamemzinhos*, *mulherinha*, *cavallinho*, *doidinho*, *negrinha*; de *homem*, *mulher*, *cavalle*, *doido*, *negro*.

Quantas são as palavras?	Que são Conjunções?	Que é nome masculino?	Como varia o nome <i>vós</i> ?
Que são nomes, ou Substantivos?	Que são Interjeições?	Que é nome feminino?	Como varião os nomes <i>elle</i> , e <i>ella</i> ?
Que são adjectivos articulares?	Como se divide o nome?	Que são casos?	Como varião os nomes <i>elles</i> e <i>ellas</i> ?
Que são adjectivos attributivos?	Quantos são os numeros dos nomes?	Quantos são os casos?	Que são os augmentativos?
Que são verbos?	Que é singular?	Como varia o nome <i>eu</i> ?	Que são os diminutivos?
Que são adverbios?	Que é plural?	Como varia o nome <i>nós</i> ?	
Que são preposições?	Quantos são os generos dos nomes?	Como varia o nome <i>tu</i> ?	

1.ª 2.ª Primeira Classe.

ESCOLAS ELEMENTARES.

Das palavras por si sos.

As palavras, de que consta qualquer sentença, são oito; *Nomes*, ou *Substantivos*, *Adjectivos articulares*, *Adjectivos attributivos*, *Verbos*, *Adverbios*, *preposições*, *Conjunções*, *Interjeições*.

Nomes, ou *Substantivos* são as palavras, com que significamos os individuos da natureza, ou da arte, v. g. *Pedro*, *casa*, *Pomo*; e as qualidades de persi como *altura*, *doçura*.

Adjectivos articulares são as palavras, que ajuntamos aos nomes para determinarem a extensão individual, á que se applica um nome comum, v. g. *o* homem, *este* homem, *aquella* casa, *este* pomo, *toda* pessoa, *nenhum* homem, &c.

Adjectivos attributivos são as palavras, que ajuntamos aos nomes para significar as propriedades e qualidades das pessoas ou coisas, v. g. homem *bom*, fruta *doce*, seda *azul*, homem *moral*, &c.

Verbos são as palavras, com que afirmamos, que algum attributo compete á alguma pessoa ou coisa, ou declaramos o nosso desejo de que alguma pessoa ou coisa tenha alguma qualidade ou attributo, faça ou sofra alguma acção, v. g. *este* pomo *é doce*; *Pedro ama* a verdade; *filho*, *ama* os teus semelhantes; *perdoai* e *sereis* perdoados; &c.

Adverbios são as palavras, com que modificamos os attributos das coisas, v. g. *muito* branco, *pouco* quente; e tambem os attributos significados pelos verbos, v. g. *ama pouco*, *falla muito*: o adverbio *não* exclue os attributos.

Preposições são as palavras, com que declaramos as relações, que umas coisas tem com outras, v. g. *senhor da casa*, *homem sem brio*.

Conjunções são palavras, que indicão as correlações das sentenças, e as ligão entre si, v. g. *Pedro é intrepido, mas é imprudente*; *João não foi lá, nem Francisco*; *Pedro e João são amáveis*.

Interjeições são as palavras, de que nos servimos para exprimir as Paixões da nossa alma, v. g. *ai*, *ui* &c., que valem o mesmo, que *eu tenho dor*; *eu me admiro*.

Dos Nomes, ou Substantivos.

Os nomes ou são *individuaes*, como *Catão*, *Roma*; ou *communs*, como *planta*, *arvore*, *cidadão*.

Os nomes tem dois *numeros*; *singular*, e *plural*.

O *Singular* exprime uma só pessoa, ou coisa, v. g. *um cavallo*, *esta arvore*, *um cidadão*.

O *Plural* exprime duas ou mais pessoas, ou coisas v. g. *dois cavallos*, *estas arvores*, *muitos cidadãos*.

Os nomes *individuaes*, ou *proprios* não tem plural, e só quando queremos exprimir individuos de huma mesma familia, ou por figura individuos de qualidades semelhantes é que disemos, os *Albuquerque* os *l'ciras*, &c.: O Brasil produz *Scipões*, *Cesares*, &c.

Os nomes tem dois generos, conforme significão animaes de um ou outro sexo.

Os nomes se chamão *masculinos*, quando significão o macho de qualquer especie, v. g. *homem*, *rato*, *cavallo*.

Os nomes se chamão *femininos*, quando significão a fêmea de qualquer especie, v. g. *mulher*, *gata*, &c.

Chamão-se *Casos* dos nomes as diversas variações, que exprimem as relações das coisas significadas entre si.

No *Latim* se encontrão seis casos; v. g. *Nomenativo*, *Genetivo*, *Dativo*, *Accusativo*, *Vocativo*, e *Ablativo*.

Nós em *Portuguez* temos alguma semelhança de casos nos seguintes nomes *eu*, *nós*, *tu*, *vós*, *elle*, *ella*, que os *Grammaticos*

chamão *Pronomes pessoais*.

Fonte: Arquivo Nacional, Série Guerra IG³ 23 (1823–1827) – Documentos de Sergipe – Ensino mútuo.